



RELATÓRIO

2005

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL-MI

Ministro
Ciro Ferreira Gomes

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS-DNOCS

Diretor-Geral
Eudoro Walter de Santana

Assessoria
José Alberto de Almeida
Napoleão Ferreira da Silva Neto
Tânia Maria Rodrigues de Pinho

Conselho Consultivo
Hypérides Pereira de Macedo
Pedro Brito de Nascimento
Eudoro Walter de Santana
Luiz Novais de Almeida
José Silvério da Silva
José Thadeu Silva Kettelhut
Benedito Braga
Manoel Brandão Farias
Edinardo Ximenes Rodrigues
Alex Araújo
Elbe Figueiredo Brandão Santiago
Maria Emília Rocha
Iberê Paiva Ferreira de Souza
Antônio Ronaldo de Alencar Fernandes
José Rubens de Moraes
Tomé Carlos do Rego Cavalcante

Procuradoria Geral-PGE
Reno Ximenes Ponte

Auditoria Interna-AUDI
Antônio Pinheiro de Freitas

Diretoria Administrativa-DA
José Tupinambá Cavalcante de Almeida

Coordenação Geral de Planejamento e Gestão Estratégica-CGPE
Antônio Cláudio Ferreira Lima

ISSN 0101-5680



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS**

RELATÓRIO

2005

FORTALEZA
2006

Compilador
Yoshio Namekata

Revisão Gramatical e Editoração
Lúcia Maria Piancó Chaves (CGE/MD)
Margarida Lídia de Abreu Vieira (CGE/BI)

Normalização
Biblioteca Central

Gráficos

.....

Fotografias

.....

Tiragem
1000 exemplares
Distribuição

Biblioteca Central
Av. Duque de Caxias, 1700 sala 105
60.035-111 Fortaleza-CE
Fone: (85) 3288-51-11
Fax: (85) 3281-76-11
<http://www.dnoes.gov.br>
E-mail: biblioteca@dnoes.gov.br

D 419 r DNOCS

Relatório 2004/Departamento Nacional de Obras
Contra as Secas-DNOCS. - Fortaleza, 2006.
.....p. el. color.

ISSN 0101-5680

1. DNOCS-Relatório 2005. I. Título

CDU 354.315.3(047.3) "2005"

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	06
2	INTRODUÇÃO	07
3	ATIVIDADES-FIM	10
3.1	Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção	10
3.1.1	Coordenação de Pesca e Aqüicultura.....	12
3.1.1.1	<i>Centro de Pesquisas em Aqüicultura Rodolpho von Ihering</i>	20
3.1.1.2	<i>Centro de Pesquisas em Carcinicultura</i>	22
3.1.2	Coordenação de Tecnologia e Operações Agrícolas.....	23
3.2	Diretoria de Infra-Estrutura Hídrica	46
4	ATIVIDADES-MEIO	80
4.1	Centro de Referência e Documentação do Semi-Árido	80
4.2	Coordenação Geral de Planejamento e Gestão Estratégica	81
4.2.1	Coordenação de Gestão Estratégica.....	82
4.2.2	Coordenação de Planejamento e Orçamento.....	85
4.3	Diretoria Administrativa	94
4.3.1	Coordenação de Recursos Humanos.....	94
4.3.2	Coordenação de Recursos Financeiros.....	100
4.3.3	Coordenação de Recursos Logísticos.....	107
4.4	Procuradoria Geral	112
4.4.1	Coordenação de Contencioso e Desapropriação.....	112
4.4.2	Coordenação de Análise Jurídica.....	112
4.5	Auditoria Interna.....	119

1 APRESENTAÇÃO

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS, coloca à disposição da sociedade o Relatório 2005, um resumo das principais atividades desenvolvidas, um trabalho integrado e em sintonia com os demais ministérios, no compromisso de disponibilizar água para a população do semi-árido do Nordeste.

Os relatórios anuais, sistematicamente publicados desde 1909, contém informações sobre a implantação e a administração da infra-estrutura hídrica no semi-árido do Nordeste, servindo de referencial para a constante necessidade de revisão e identificação de novas prioridades dos investimentos públicos, e nas demais ações voltadas para o desenvolvimento sustentado da população. Este documento tem foco nas informações atualizadas sobre os resultados das realizações. Para isso, foram relacionados os principais indicadores gerenciais, necessários para a compreensão da complexidade das atribuições e contribuir na agilização das ações.

As ações do Governo Federal concentram-se no desenvolvimento de diversos programas, de forma articulada, para que resultem em maior eficiência e eficácia do ponto de vista da organização social, da convergência produtiva das forças sociais, econômicas, políticas e culturais na busca da inclusão social, do crescimento ambientalmente sustentável, da promoção da cidadania e, em conseqüência, do fortalecimento da democracia. A transparência da gestão fiscal tornou-se uma obrigação para os órgãos públicos e uma referência para os estudiosos e representantes do Nordeste na Câmara e no Senado, na solução da questão aflitiva da constante escassez de recursos hídricos.

Considerando que a organização das informações gerenciais permite cumprir com maior competência a missão de desenvolver recursos hídricos e propiciar o seu gerenciamento para a utilização múltipla da água, viabilizando a convivência humana com a adversidade climática de ocorrência de secas cíclicas no Nordeste. Além da demanda interna por informações, há também, um grande interesse público sobre os investimentos realizados em infra-estrutura e conhecimentos acumulados nas ações públicas e privadas de convivência da população no semi-árido, notadamente os relatórios sobre os programas de açudagem, perfuração de poços, irrigação, pesquisa, aquíicultura, pesca e meio ambiente.

Yoshio Namekata
Compilador

2 INTRODUÇÃO

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS, uma instituição criada pelo presidente Nilo Peçanha, com o nome de Inspetoria de Obras Contra as Secas-IOCS, através do decreto 7.619 de 21 de outubro de 1909 e prestes a completar um século de existência, tem procurado retomar as bases da sua criação, em decorrência da visão obreira criada ao longo dos anos, que tem na obra em si a grande motivação, colocando em segundo plano o seu real objetivo, o de mitigar os efeitos das adversidades climáticas regionais, propiciando ao homem, as condições de convivência com o meio, para o que a obra deve se constituir em um instrumento.

Os alicerces dessa reconstrução se fundam em dois pilares sobre o qual se assentam as bases da sua importância, enquanto instrumento de governo, o seu patrimônio técnico e tecnológico representado pelo conhecimento acumulado, e, o seu patrimônio construído representado pela infraestrutura física e produtiva implantada. A nossa proposta de trabalho que vimos buscando implementar nesses três anos de administração é a de colocar ambos os patrimônios a serviço da sociedade.

Seguindo a orientação programática com referenciais territoriais inovadores, a ação do Ministério da Integração Nacional-MI, está claramente definida na Política Nacional de Desenvolvimento Regional-PNDR, que estabelece articulações claras entre as obras infraestruturantes e o desenvolvimento local, com o enfoque centrado na inclusão social, a exemplo do Projeto Castanhão-CE e do Projeto de Integração do Rio São Francisco-NE. Aproveitamento das potencialidades endógenas com sustentabilidade ambiental, como se registra em relação ao programa CONVIVER, que ultrapassa os velhos conceitos que deram corpo às políticas regionais do passado para adotar uma abordagem em múltiplas escalas e, sobretudo, multi-setorial. Mesmo os programas desenvolvidos com ênfase na implementação de obras, como o PROÁGUA/Semi-Árido, traz consigo uma missão estruturante, no fortalecimento institucional de todos os atores relevantes envolvidos com a gestão de recursos hídricos, tanto nas bacias das águas de domínio da União, quanto nas bacias das águas de domínio dos Estados inseridos no semi-árido

Começa a nascer e consolidar uma nova cultura em que os diversos programas são pensados de forma articulada e a concentração de esforços em ações que resultem em maior eficiência e eficácia do ponto de vista da organização social, da convergência produtiva das forças sociais, econômicas, políticas e culturais na busca da inclusão social, do crescimento ambientalmente sustentável, da promoção da cidadania. Hoje está consensuado o conceito de que a grande obra deve ser tratada não como objeto isolado, mas como um empreendimento em que são considerados todos os seus usos, suas potencialidades, seus aproveitamentos e impactos físicos, sociais e econômicos.

Na condição de agente do Ministério da Integração Nacional, o DNOCS, se coloca como um dos responsáveis pelos programas de desenvolvimento regional do Governo Federal, na gerência da execução dos programas e projetos para o semi-árido. A implementação dessas ações necessita de um forte apoio político e financeiro, iniciando-se pela ampliação de sua capacidade de desenvolver planos estratégicos, planos plurianuais, planos anuais, acompanhamento e fiscalização dos projetos executivos. Essa proposta encontra guarida nas ações governamentais orientadas para o estabelecimento de novos paradigmas como a integração, a transversalidade e o estabelecimento de parcerias, na busca pela consolidação de ações conjuntas do Governo Federal, Governos Estaduais, Prefeituras Municipais e a Sociedade.

É inegável a nossa responsabilidade na implantação e na administração de infra-estrutura hídrica permanente para produção e consumo de água, cujo planejamento de suas atividades envolve visões de curto, médio e longo prazos. Mas o maior apoio para o desenvolvimento das atividades vem das instâncias superiores da administração pública, do Ministério de Integração Nacional e da

orientação política dada pelo Congresso Nacional, responsáveis pela aprovação de programas e projetos de investimentos de recursos financeiros do Governo Federal no Nordeste.

Paralelamente a bancada do Nordeste no Parlamento vem trabalhando no apoio aos programas e projetos de interesse regional, destacando-se entre outros:

A criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Semi-Árido;

A execução do Prodetur II;

A instalação de uma refinaria no Nordeste;

A utilização do biodiesel como fonte energética renovável e ambientalmente adequada;

O fortalecimento institucional dos órgãos de desenvolvimento, como Banco do Nordeste-BNB, DNOCS e CODEVASF;

A recriação da SUDENE;

A implantação do programa de capacitação tecnológica da população através de Centros Vocacionais Tecnológicos-CVT e Centros de Ensinos Tecnológicos-Centec;

A implantação de infovias de desenvolvimento;

O aumento da oferta de recursos hídricos com a revitalização do São Francisco;

A integração das bacias dos rios São Francisco, Tocantins, Parnaíba, Jaguaribe, Apodi, Piranhas/Açu e Paraíba; e

A expansão e a melhoria da infra-estrutura da região.

Para alcançar o objetivo da retomada do crescimento econômico e social nas diversas regiões, o Governo Federal assumiu a difícil tarefa de minimizar as forças políticas que tradicionalmente controlavam as aplicações de recursos públicos em benefício próprio. Um dos objetivos regionais é promover a equidade pela aplicação integrada de dinheiro público do BNB, da nova SUDENE, ainda em formatação, e de todos os órgãos responsáveis pelo desenvolvimento do Nordeste.

As intervenções governamentais através do PROÁGUA no Nordeste, têm também, procurado a preservação do sistema ambiental, armazenamento e integração de bacias hidrográficas na produção da água para a agricultura e o abastecimento das cidades de grande e médio portes através de adutoras regionais, e a convivência sustentável da população rural com o fenômeno natural da má distribuição das chuvas no semi-árido.

As ações do programa CONVIVER nas áreas mais isoladas do semi-árido, objetiva criar condições para promover o enfrentamento da problemática da insuficiência de água, até para o consumo humano, reduzir a necessidade do uso do famigerado carro-pipa, símbolo da falta de investimento em infra-estrutura hídrica e, um dos ícones dos tradicionais esquemas de dominação política.

Dando continuidade à proposta de trabalho que estabeleceu como referência, os três eixos, sobre os quais vem-se desenvolvendo as atividades, com vistas à recuperação do DNOCS como ativo governamental importante para a superação dos problemas do semi-árido, à retomada do seu papel histórico de gerador de conhecimentos e tecnologias, para o enfrentamento da problemática da produção e do uso da água e a sua inserção, com base na transversalidade propugnada pelo atual Governo, nas ações que tem por objetivo a convivência com a região.

Os três eixos referenciados no desafio assumido pela atual administração são: a gestão do patrimônio; a gestão dos recursos hídricos e meio ambiente; e a gestão do conhecimento;

E que têm por objetivo inverter a lógica dos governos anteriores, qual seja, a de colocar-se a serviço da tarefa fundamental expressa no PPA: a inclusão social e a redução das desigualdades; o

crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais; e a promoção e a expansão da cidadania e o fortalecimento da democracia.

Sob estes aspectos, foram concentrados esforços no processo de democratização do Estado, procurando estreitar a relação com o público meta que são os usuários dos açudes do DNOCS, notadamente irrigantes, pescadores, aqüicultores e atingidos pela desapropriação das barragens, entre outros, buscando a sua participação efetiva na administração dos conflitos e na construção de consensos. Queremos registrar também, que as articulações com outros órgãos, tanto do executivo federal como dos estaduais e municipais, têm sido de grande valia, refletindo a atual visão do Ministério da Integração Nacional de bem administrar e aproveitar a transversalidade governamental.

A implantação de sistemas de gestão participativa, integrada e descentralizada dos recursos hídricos e meio ambiente passou a ter uma importância estratégica e fundamental para a instituição, um desafio que o DNOCS assumiu com as gerações atuais e futuras, democratizar o uso da água é uma tarefa de todos que tem compromisso com a vida.

É com muita satisfação que vimos concretizando os primeiros resultados da proposta inicial de trabalho da atual administração para reduzir a ênfase obreira do DNOCS, em que os recursos e os melhores esforços se destinavam às obras, vistas de forma isolada e como um fim em si mesmo, para se colocar em primeiro lugar o aproveitamento da água, tendo como novo ponto focal a gestão dos recursos hídricos e do meio ambiente, buscando resultados mais imediatos de retorno econômico e social dos investimentos públicos no abastecimento humano, irrigação e aqüicultura, dentro do enfoque da convivência com o semi-árido.

Registramos como ação emblemática dessa concepção, a adutora do Jucazinho, obra que deu resultado quase que imediato a uma das funções mais importantes a serem desempenhadas pela barragem do mesmo nome, qual seja, o de suprir de água, um significativo contingente populacional da região do Agreste Pernambucano polarizada por Caruaru-PE, cidade marcada pelos acidentes fatais provocados pela carência de recursos hídricos de qualidade. Atendendo à quase totalidade dos municípios englobados pelo projeto, restando apenas um pequeno trecho de Bezerros a Gravatá, que corresponde a 8% da obra, esta é também o exemplo de obra da qual o Governo de Pernambuco participa tendo a seu cargo a implantação de cinco das sete estações de tratamento e a quem caberá a operação do sistema de distribuição.

Não é difícil inferir que houve significativos avanços na agilização de diversas ações complementares, principalmente, através do Grupo de Trabalho Interministerial criado em agosto de 2004, no âmbito da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, que vem pondo em prática um conjunto de ações, tendo como foco, áreas com baixo dinamismo econômico localizadas no semi-árido.

Foram registrados avanços nas ações de recuperação de importantes ativos patrimoniais como é o caso das barragens, das estações de piscicultura e dos perímetros irrigados com ênfase na participação da comunidade e dos usuários. O mesmo pode ser dito em relação ao patrimônio técnico e tecnológico representado pelo acervo e pelo resultado de pesquisas aquícolas.

Algumas questões ainda encontram óbices que se situam além das nossas competências, como é o caso da agilidade da execução orçamentária, particularmente em relação às emendas parlamentares de natureza individual, cujos recursos continuam a ser liberados ao final do exercício; a não formalização de uma unidade regimental responsável pela gestão dos recursos hídricos; a gritante discrepância salarial agravada pela inexistência de um plano de cargos, carreiras e salários e a não realização de concurso para o preenchimento das vagas geradas por aposentadorias e transferências, em pontos nevrálgicos da administração, acompanhamento e controle.

3 ATIVIDADES-FIM

3.1 Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção.

A organização do sistema de gestão dos recursos hídricos foi definida como de competência da União, pela Constituição de 1988 (Inciso XIX do art. 21), que é responsável pela implantação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos-SIGERH e a definição dos critérios de outorga de direitos de uso, cuja implementação está prevista na lei Nº 9433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos-PNRH e a criação do SIGERH. A Secretaria de Infra-estrutura Hídrica-SIH/MI, é responsável pela execução dos programas de desenvolvimento e gerenciamento dos recursos hídricos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional-PNDR.

Em consonância com a orientação do Ministério da Integração Nacional-MI, a atual Direção vem buscando cooperar na implantação do Sistema Nacional de Recursos Hídricos, desenvolvendo esforços para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Os subprogramas do Governo Federal na área de recursos hídricos são:

- PROÁGUA Semi-Árido;
- PROÁGUA Infra-estrutura;
- Programa de Drenagem Urbana Sustentável;
- Gerenciamento do Programa de Desenvolvimento da Agricultura Irrigada;
- Programa de Eficiência na Agricultura Irrigada;
- Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação; e
- Integração de Bacias Hidrográficas.

O Subprograma de Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos para o Semi-Árido Brasileiro-PROÁGUA Semi-Árido, tem por objetivo principal garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade no semi-árido brasileiro e, como objetivos específicos:

- Fortalecer institucionalmente o setor de recursos hídricos;
- Viabilizar a implementação de novas obras de infra-estrutura hídrica;
- Viabilizar a realização de estudos sobre as bacias hidrográficas;
- Promover o desenvolvimento e viabilizar a implementação de modelos de gestão de bacias hidrográficas; e
- Viabilizar a elaboração e análise de projetos de obras prioritárias.

As ações são definidas a partir de demandas dos usuários atuais e futuros dos recursos hídricos, formuladas diretamente pelas entidades executoras estaduais ou federais, conforme o caso. Estas demandas são espontâneas, nascidas do desejo da sociedade em buscar apoio às intenções de sua iniciativa (*demand reponsive approach*), ou induzidas pelos responsáveis por meio de incentivos governamentais ou instrumentos de política econômica, financeira e social, particularmente mediante processos educativos e de conscientização da população alvo.

Neste contexto, nem sempre todas as atividades elegíveis para financiamento são contempladas pelos órgãos gestores estaduais que, obedecidos os princípios de descentralização consignados no subprograma, têm a competência de definir as respectivas estratégias, linhas de política e prioridades na área estadual de recursos hídricos. Por outro lado, a simples apresentação de propostas por estas instituições, é considerada como um compromisso de execução, assim como a adesão destas instituições aos princípios e critérios e pré-condições estabelecidas para cada atividade programada, inclusive no que se refere a garantia das respectivas contrapartidas técnica e financeira.

As ações do PROÁGUA compreendem, fundamentalmente, a recuperação e construção de barragens, açudes e adutoras, aquisição de equipamentos, tais como bombas de recalque, comportas,

válvulas, tubulações e acessórios. As necessidades detectadas pelos governos municipais, estaduais e pelas entidades vinculadas DNOCS e CODEVASF, permitirão a elaboração do plano de trabalho anual e plurianual.

A execução é descentralizada, em parceria com governos municipais, estaduais e organismos vinculados. As prioridades das ações são determinadas segundo as necessidades das comunidades, a população atendida, os benefícios gerados, a relação benefício/custo e os prazos de execução. Os recursos são aplicados nos componentes gestão de recursos hídricos, infra-estrutura, estudos e projetos, gestão de recursos hídricos na bacia do São Francisco, administração, monitoria e avaliação.

No segmento gestão de recursos hídricos, o subcomponente desenvolvimento institucional vem concentrando esforços no apoio ao desenvolvimento de Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SIGERH:

- Na estruturação dos órgãos gestores e Unidades Estaduais de Gerenciamento de Projetos-UEGP's;
- No desenvolvimento e na aplicação da legislação sobre recursos hídricos e meio ambiente;
- Na implantação do sistema de outorga e cobrança pelo uso da água;
- Na capacitação de recursos humanos na gestão do programa e dos recursos hídricos;
- Nos mecanismos econômicos e financeiros do programa;
- Na comunicação, na educação e na gestão participativa.

Todo ser humano merece ter uma vida digna, o que inclui, entre outras coisas, a de ter saúde, acesso à água de qualidade e condições de gerar renda. Com relação a demanda de água para o consumo humano, um morador da cidade de São Paulo consome, em média, 340 litros/dia/habitante e na cidade do Rio de Janeiro, esse número é de 220 litros/dia. Na região setentrional do Nordeste que deverá ser beneficiada pelo Projeto de Integração do rio São Francisco, apresenta um consumo de cerca de 50 litros/dia (IPT, 1995), bem abaixo do mínimo de 120 litros/dia, recomendado pela Organização das Nações Unidas-ONU. E a disponibilidade de 450 m³/habitante/ano de água para usos múltiplos, essencial para geração de emprego, renda e a sustentabilidade da população, a região do projeto apresenta índice inferior ao valor considerado crítico, que é de 1.000 m³/habitante/ano. A disponibilidade da água de boa qualidade é portanto, o principal fator de sustentabilidade e de desenvolvimento das atividades humanas.

Para atender ao crescimento da demanda, são normalmente exigidos grandes esforços em ações de preservação do meio ambiente, armazenamento, adução e uso administrado, para assegurar o direito de acesso à quantidade e a qualidade mínima indispensável. No semi-árido do Nordeste, a escassez de água assume proporções dramáticas em períodos cíclicos plurianuais, com registros de ocorrência de três a seis anos subsequentes de baixa pluviosidade e falta de água para beber, devido a baixa pluviosidade, caráter temporário dos mananciais, subsolo cristalino de baixa capacidade de retenção ou sem qualidade para consumo. A escassez de água no semi-árido vem sendo a principal causa da falta de saneamento, elevadas taxas de morbidade e mortalidade, reduzida produção de alimentos, poucas oportunidades econômicas, baixa qualidade de vida, pobreza e emigração.

Um plano de desenvolvimento de recursos hídricos, consistente e responsável, compreende um amplo estudo do histórico da evolução da disponibilidade e da demanda de água em todo o espaço geográfico do Nordeste, complementados com projetos de integração das águas das regiões Norte e Sudeste, num horizonte de médio e longo prazos, e no curto prazo, projetos para a recuperação de obras existentes, construção de novas barragens para armazenamento e regulação, adutoras e estruturas auxiliares para garantir o acesso para consumo e produção de alimentos.

O programa de interligação ou integração de bacias hídricas, permite minimizar as perdas por evaporação e racionalizar o uso. Mas, paradoxalmente, as águas armazenadas em alguns reservatórios nunca foram eficientemente utilizadas, pela inexistência de recursos financeiros previstos nos planos para investimentos em obras complementares de adução, tratamento e distribuição, situação esta, agravada pelo crescimento exponencial da população e do consumo.

3.1.1 Coordenação de Pesca e Aqüicultura

A Coordenação de Pesca e Aqüicultura-CPA e as Coordenadorias Estaduais são responsáveis pelas ações desenvolvidas nas estações de piscicultura e nos centros de pesquisas aquícolas, envolvendo a administração do sistema, produção e distribuição de alevinos, pesquisa de tecnologia de reprodução e alimentação, banco genético de peixes do Nordeste, processamento de pescado, produção de microalgas, monitoramento de pesca nos açudes do DNOCS, implantação de novas estações de piscicultura e de unidades demonstrativas em tanques rede e viveiros para peixe e camarão.

As ações de desenvolvimento da aqüicultura e pesca concentram-se nas pesquisas tecnológicas, no fortalecimento da cadeia produtiva, com ênfase à difusão de tecnologia, assistência técnica, capacitação e apoio às comunidades dos açudes públicos do Departamento. A produção e a distribuição de alevinos é uma das principais atribuições do Setor de Fomento, destinados ao povoamento e repovoamento de águas públicas e particulares do Nordeste, com espécies selecionadas e aclimatadas. As espécies de maior expressão econômica são a tilápia da Tailândia, tilápia do Nilo, tilápia do Nilo revertida, tambaqui, curimatã, tambacu, carpa, tucunaré e pescada.

No programa de fomento à piscicultura, a estação de piscicultura Estevão de Oliveira, em Caicó-RN produziu cerca de 8,9 milhões alevinos em 2005, vindo a seguir, Osmar Fontenele-CE com 6,9 milhões, Pedro de Azevedo-CE com 5,33 milhões e Bastos Tigre-PE com 5,32 milhões.

O programa de recuperação e modernização das estações de pisciculturas e dos centros de pesquisas, alcançou a produção de 40,8 milhões de alevinos em 2005, abaixo da meta prevista de 60 milhões, mas 85 % acima da média de 22 milhões produzidos nos anos anteriores.

A meta estabelecida previa a implantação e o início de operação das estações de piscicultura de Castanhão-CE, Jaramataia-AL, Três Barras-SE, São Gonçalo-PB, Rio de Contas-BA e São Francisco-MG.

TABELA 1-PRODUÇÃO DE ALEVINOS DAS ESTAÇÕES DE PISCICULTURA.

UNIDADE PRODUTORA	LOCALIZAÇÃO	TOTAL DE ALEVINOS
Adhemar Braga	Piripiri-PI	4.871.500
Centro de Pesquisas-CPAq	Pentecoste-CE	4.450.500
Osmar Fontenele	Sobral-CE	6.935.550
Pedro de Azevedo	Icó-CE	5.330.350
Valdemar Carneiro de França	Amanari-CE	2.880.390
Estevão de Oliveira	Caicó-RN	8.962.000
Bastos Tigre	Ibimirim-PE	5.326.100
Oceano Atlântico Linhares	Itiúba-BA	2.038.600
TOTAL		40.794.990

Fonte: Coordenação de Pesca e Aqüicultura.

Com o início de operação das novas estações previstas para 2006, espera-se alcançar substancial incremento na produção. Somente a estação do Castanhão-CE, está pronta e estruturada para ofertar 30 milhões de alevinos anualmente, que deverá resultar em 24.000 ton. de pescado no valor de R\$ 60,00 milhões.

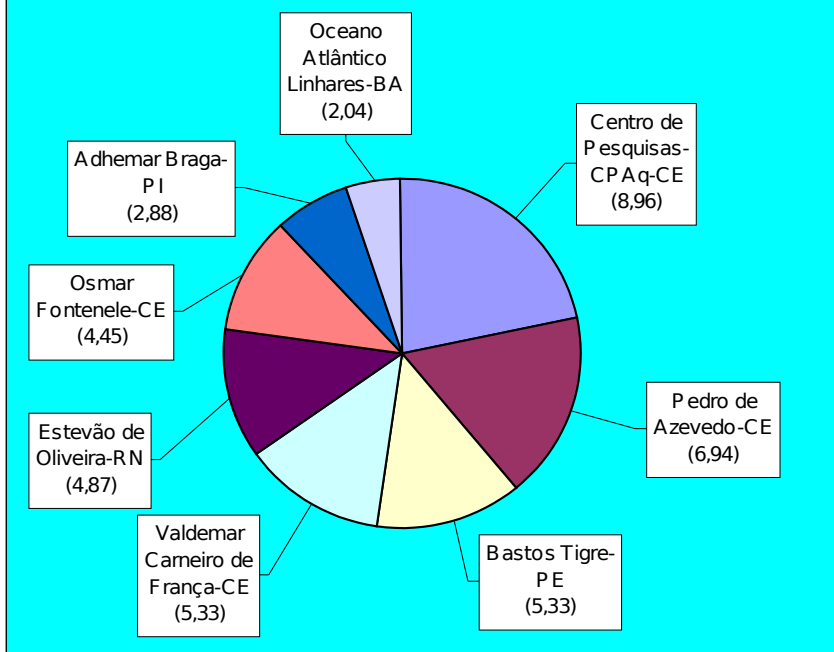
Implantação de estações de piscicultura

As coordenadorias estaduais acompanham e fiscalizam as implantações das estações de piscicultura em Jaramataia-AL e Três Barras em Graucho Cardoso-SE, esta última com 62% das obras concluídas. Com o projeto básico pronto e em fase de licitação, foi firmado o convênio com a prefeitura de São Francisco-MG, para implantação da estação de piscicultura, num terreno de 11,0 ha, localizado no perímetro urbano, doado pela prefeitura. A estação de piscicultura em Rio de Contas-BA, teve a sua obra paralisada em 2005, para regularização do contrato.

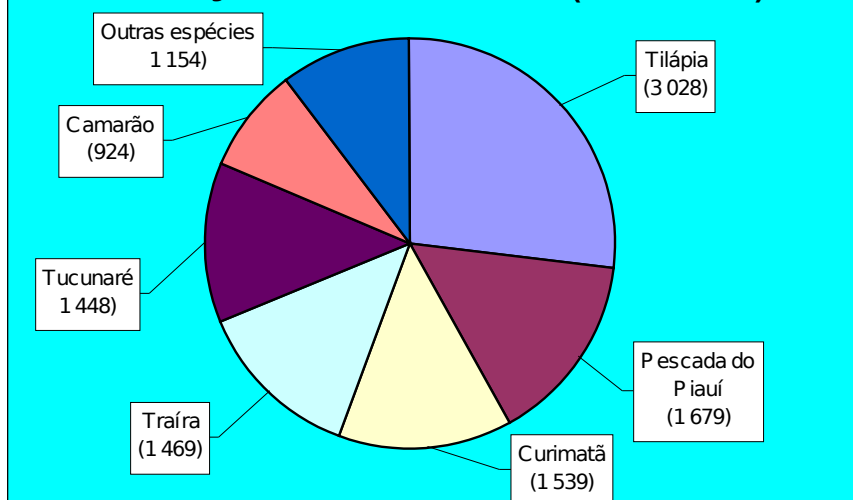
Assistência técnica e extensão de pesca.

A assistência técnica é direcionada aos técnicos e criadores de peixes, que procuram orientações sobre procedimentos, na implantação dos projetos públicos e privados e acompanhamento no processo produtivo. Os principais canais de difusão de informações tecnológicas são as apresentações de palestras e publicações, orientadas para o desenvolvimento da aqüicultura nacional e para a capacitação dos piscicultores. São ministrados cursos de capacitação para produtores e técnicos envolvidos em programa de difusão de tecnologia, nas modalidades de cultivo e processamento de pescado.

Produção de alevinos por estação de piscicultura. (milhões de alevinos)



Registro de produção de pescado nos açudes monitorados. (toneladas)





Laboratório do Centro de Pesquisas em Aqüicultura. Pentecoste-CE.



Alevinos. Centro de Pesquisas em Aqüicultura. Pentecoste-CE.

TABELA 2-DISTRIBUIÇÃO DE ALEVINOS, POR ESPÉCIE, EM COLEÇÕES DE ÁGUA PÚBLICAS E PARTICULARES.

ESPÉCIES	ESTAÇÕES DE PISCICULTURA								TOTAL
	CPAq-CE	Waldemar Braga-PI	Waldemar Carneiro de França-CE	Pedro de Azevedo-CE	Osmar Fontenele-CE	Estevão de Oliveira-RN	Estação de Ibimirim-PE	Oceano Atlântico-BA	
Apaiari	2.000	-	-	-	-	-	1.520	5.000	8.520
Camarão	-	-	-	-	-	-	-	5.000	5.000
Carpa comum	20.440	148.750	33.000	21.000	77.190	-	35.200	125.700	461.280
Carpa espelho	-	-	-	-	-	685.400	465.000	246.000	1.396.400
Curimatã Comum	2.000	148.000	21.500	-	32.180	48.500	56.000	89.300	397.480
Sardinha	4.000	-	-	-	-	-	-	-	4.000
Pescada do Piauí	-	-	-	-	-	-	-	1.650	1.650
Picu	1.000	-	-	-	-	-	-	-	1.000
Pirapitinga	3.050	-	-	-	-	-	4.500	-	7.550
Tambaqui	111.510	1.426.900	134370	508.500	92.960	1.955.250	1.212.880	896.050	6.338.420
Tilápia tailandesa	1.864.000	-	332.000	-	-	-	798.500	365.400	3.359.900
Tilápia tailandesa revertida	875.000	-	547.520	-	380.810	-	659.000	129.000	2.591.330
Tilápia do Congo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tilápia do Nilo	1.387.500	2.735.250	1.625.000	4.410.500	6.367.410	5.582.600	1.657.000	100.000	23.865.260
Tilápia do Nilo revertida	180.000	412.600	187.000	390.350	-	635.150	446.500	-	2.251.600
Tilápia vermelha	-	-	-	-	-	52.500	-	50.000	102.500
Tucunaré comum	-	-	-	-	-	2.600	-	500	3.100
TOTAL ALEVINOS DISTRIBUIDOS	4.450.500	4.871.500	2.880.390	5.330.350	6.950.550	8.962.000	5.336.100	2.013.600	40.794.990

Fonte: Coordenação de Pesca e Aqüicultura.

A CEST-RN, vem desenvolvendo um projeto de melhoria no esforço de pesca, controle dos estoques pesqueiros e a qualidade do pescado dos mananciais, projeto de desenvolvimento de piscicultura semi-intensiva em pequenos açudes de até 100.000 m³ (açudes que secam no final do ano), e projeto de piscicultura com águas do rejeito de dessalinização.

Unidades Demonstrativas de produção de peixe e camarão.

Outra ação iniciada em 2005 foi a de implantação de Unidades Demonstrativas-UD de criação intensiva de peixes e camarões em gaiolas ou tanques rede colocadas nos açudes, objetivando transferir aos piscicultores a tecnologia da nova modalidade de produção de peixe e camarão em cativeiro, para consumo e geração de emprego e renda. As Unidades Demonstrativas são compostas de módulos de viveiros e/ou tanques rede para criação intensiva de pescado. O DNOCS financia a primeira parcela e presta assistência técnica e depois o projeto é gerido pela própria comunidade.

A CEST-PE implantou as unidades demonstrativas de tanques rede nas localidades de Francisco Calado e Carlos Vaz, ambos em Ibimirim-PE, outro projeto operando na barragem de Serrinha em Serra Talhada -PE e, em fase de implantação, dois projetos na barragem de Jucazinho em Surubim-PE.

Foram liberados recursos para a implantação de unidades demonstrativas, no Piauí, em Caicó-RN e duas na Bahia. O projeto de implantação da unidade demonstrativa de camarão sob a responsabilidade da CEST-BA, vem sendo realizado em parceria com a Universidade Federal da Bahia e Universidade Estadual de Feira de Santana, com objetivo de revitalizar a produção de camarão do Açude de Jacurici em Itiúba-BA. Foi providenciado o encaminhamento do projeto de desenvolvimento do cultivo familiar do camarão canela (*M. amazonicum*) em gaiolas flutuantes, a fim de subsidiar a formulação de um modelo de gestão integrada e sustentável, porém o projeto ainda não foi aprovado pelo CNPq. As unidades demonstrativas previstas para Bahia não foram implantadas e nem tiveram seus recursos empenhados por causa das divergências com a Procuradoria Jurídica da Coordenadoria Estadual do DNOCS na Bahia.

A CEST-BA elaborou o projeto de módulo demonstrativo de cultivo de peixes visando a implantação de 40 tanques rede nos açudes de Adustina e Anagé, a fim de capacitar pescadores e produtores rurais, formação de mão de obra especializada para o cultivo intensivo de peixes, devendo otimizar a produção de pescado nos açudes. Estima-se que cada módulo de 40 tanques deverá produzir mensalmente 8 toneladas de peixes a partir do sexto mês, beneficiando 20 famílias com uma renda de 2 salários mínimos. Os tanques rede de 6 m³ e para 1.500 peixes são ideais para tilápias, permitem despesca de até 1.250 Kg a cada seis meses e são fáceis de manejar.

A CEST-BA promoveu reuniões preliminares com a SEAP e CRA visando a liberação da licença ambiental e implantação dos projetos de tanques rede nos açudes Cocorobó, Jacurici, Tremedal e São Domingos.

Parque aquícola.

Os parques aquícolas são áreas que o Governo Federal irá selecionar em todo o Brasil para o cultivo organizado de pescados. Os parques serão demarcados em águas de propriedade da União que apresentem boas condições para a produção de pescados, localizadas no mar brasileiro, barragens hidrelétricas, rios, lagos e açudes, entre outros. Numa comparação simples, os parques são como fazendas em áreas de água, que serão divididas em lotes destinados ao cultivo de peixes, camarões, ostras, algas e outras espécies permitidas na lei. O Programa Nacional de Parques Aquícolas representa a maior evolução legal, institucional e prática já promovida no setor. É um apoio concreto para os produtores e empreendedores de todo o Brasil, capaz de proporcionar o salto de produção e produtividade aquícola, compatível com o ilimitado potencial do País.

Pelo acordo de cooperação técnica e convênio firmado com a Secretaria Especial de Pesca e Aqüicultura da Presidência da República-SEAP/PR, ainda em fase de negociação, deverá permitir a criação do parque aquícola do Castanhão, em Nova Jaguaribara-CE. A base de sustentação do parque será a moderna estação de piscicultura, praticamente concluída em 2005, com capacidade para produzir 30 milhões de alevinos/ano, estruturada para ofertar mais do que estava sendo ofertado anteriormente pelo conjunto das seis estações em operação. O parque aquícola do Castanhão conta com um espelho d'água de 32.500 ha do açude (quando cheio), onde deverão ser instalados tanque rede, havendo um potencial para produção de 32.000 ton. de pescado de água doce.

Com o objetivo de incrementar a aqüicultura e a pesca, o DNOCS desenvolveu estudos para criação de parques aquícolas nas barragens Eng^o Armando Ribeiro Gonçalves em Açú-RN, Eng^o Moacir Ávidos (Boqueirão de Piranhas) em Cajazeiras-PB, Eng^o Francisco Saboya (Poço da Cruz) em Ibimirim-PE e Eng^o Antônio Gouveia Neto (Jucazinho) em Surubim-PE. A equipe da CEST-RN, vem empenhando esforços na divulgação das ações do órgão no cenário político local, nas assembleias itinerantes do Estado, nos municípios de Nova Cruz e Pau dos Ferros e em outras oportunidades através de seminários, oficinas, reuniões e palestras sobre o assunto.

Monitoramento da pesca

Os desembarques de pescados são monitorados nos principais açudes do DNOCS, complementados com serviços de difusão de informações técnicas sobre produção, cadastro para fins previdenciárias, assistência técnica e extensão rural de pescadores e piscicultores de açudes públicos e criadores particulares. São efetuadas pesquisas em pesca e piscicultura com vistas à dinamização do setor, aumento na produtividade dos açudes e fiscalização para coibir a pesca predatória.

Para o dimensionamento da produção de pescado em 2005, foram considerados 224 açudes construídos pelo DNOCS, tendo como base de dados, a amostragem de produção de 69 açudes. Os dados estimados são do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Bahia, totalizando 11.241,5 toneladas, sendo 91,7% de peixes e 8,3% de camarões. Nos demais Estados não houve coleta de dados.

TABELA 3-ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO DE PESCADO EM AÇUDES DO DNOCS.

PESCADO	COORDENADORIAS ESTADUAIS. (Quantidades em toneladas)					TOTAL (t.)
	Piauí	Ceará	R.G. Norte	Paraíba	Bahia	
Peixe	1.629,4	6.398,6	1.252,3	416,9	620,4	10.317,6
Camarão	28,7	427,7	264,7	188,5	14,3	923,9
TOTAL (t.)	1.658,1	6.826,3	1.517,0	605,4	634,7	11.241,5
Nº de açudes pesquisados	4	48	4	4	9	69
Nº total de açudes	23	130	30	26	15	224

Fonte: Coordenação de Pesca e Aqüicultura.

As informações são coletadas pelas Coordenadorias Estaduais e os números totais são estimados à partir da amostragem de pesca realizada em 69 açudes.

TABELA 4-PRODUÇÃO DE PESCADO NOS AÇUDES DO DNOCS.

ESPÉCIES	COORDENADORIAS ESTADUAIS (Produção em Kg)						
	Piauí	Ceará	R. G. Norte	Paraíba	Bahia	Total	
Apaiari		757	112.269	12.359	24.561	21.961	171.907
Beiru		1.121	60.666	9.800	-	316	71.904
Carpa		284	124	-	-	416	824
Curimatã comum		72.953	948.433	200.504	41.414	50.346	1.313.651
Curimatã pacu		-	223.894	392	-	1.115	225.401
Pescada cacunda		91.777	-	-	-	156	91.934
Pescada do Piauí		405.255	1.041.418	162.686	33.790	36.232	1.679.379
Piau comum		15.054	158.403	4.192	129	14.293	192.072
Piau verdadeiro		-	51.640	-	-	-	51.640
Pirambeba		808	130.172	1.252	-	-	132.233
Piranha		1.118	35.665	-	-	461	37.244
Sardinha		-	181.499	12.414	-	286	194.199
Tambaquí		2.726	2.014	8.711	-	409	13.861
Tilápia		599.540	1.414.253	525.233	159.840	329.556	3.028.422
Traíra		291.134	935.799	104.581	48.251	88.927	1.468.691
Tucunaré		117.382	941.321	210.174	108.916	70.170	1.447.963
Outras		29.458	161.000	33	28	5.769	196.287
Camarão		28.738	427.721	264.718	188.541	14.322	924.041
TOTAL		1.658.108	6.826.290	1.517.050	605.469	634.734	11.241.651

Fonte: Coordenação de Pesca e Aqüicultura.

A Coordenação de Pesca e Aqüicultura-CPA promove palestras educativas, em ação conjunta com outros órgãos de preservação ambiental, num programa de conscientização sobre o problema da pesca predatória e da poluição dos mananciais públicos, que põem em risco a fauna aquícola, flora e a qualidade da água para o consumo humano. A falta de fiscalização para coibir pesca predatória, tende a dizimar as espécies nativas de valor comercial nos açudes.

Em 2005 foram intensificados os trabalhos de divulgação e sensibilização da importância da piracema na preservação das espécies em águas interiores, além de emitir atestado de pescador profissional, para que se tenha direito ao benefício do seguro desemprego para pescadores artesanais dos açudes públicos federais do DNOCS. No período de defeso ou piracema de 2005, o programa beneficiou 1.361 pescadores com o seguro desemprego, em 36 municípios e 63 açudes, havendo efetuado 65 reuniões preparatórias sobre o assunto e trabalho de cadastramento. Para atender ao crescente volume de trabalho e de responsabilidades, a Coordenação espera conseguir maior dotação de recursos orçamentários para 2006, visto que os açudes estão desprovidos de materiais e os administradores desestimulados por falta de apoio. Os pedidos feitos ao IBAMA, único órgão competente de fiscalização e com poder de polícia, são constantemente frustrados por insuficiência de contingente e falta de material e equipamentos.

3.1.1.1 *Centro de Pesquisas em Aqüicultura-CPAq Rodolpho von Ihering*

No Centro de Pesquisas em Aqüicultura-CPAq Rodolpho von Ihering, localizado em Pentecoste-CE, em cujos laboratórios e tanques são realizadas pesquisas de melhoramento genético, reprodução, reversão sexual da tilápia, alevinagem, nutrição de peixe, cultivo do camarão, tecnologia de processamento de pescado, limnologia e monitoramento ambiental. Os trabalhos atualmente desenvolvidas são o projeto genoma, produção de alevinos e microalgas, processamento de resíduo de filetagem de peixe e o projeto pirarucu.

Além da pesquisa, os técnicos do CPAq participam da difusão de tecnologia, ministrando aulas sobre aqüicultura em águas continentais, para estudantes de cursos técnicos, graduação e pós graduação das escolas técnicas, universidades federal e estaduais, inclusive apoio aos trabalhos de teses de mestrado. O centro oferece estágios para estudantes de engenharia de pesca, técnicos, difusores, merendeiras, pescadores e piscicultores, nas suas dependências, dotadas de alojamento e restaurante.

Banco genético de peixes da região Nordeste. Projeto Genoma.

O projeto banco genético de peixes da região Nordeste, iniciado em 2004, foi fundamental para o carreamento de recursos para a modernização do laboratório de genética, permitindo a realização de pesquisas de: mapeamento genético para tilápia, curimatã e pirarucu; uso de marcadores moleculares para identificação de fêmeas do pirarucu; início de trabalho de extração do genoma do pitu e o programa de melhoramento genético da carpa, tambaqui e tilápia. Está sendo implantado um arquivo de imagens de fito-isoplâncton em microscópio invertido e um banco de dados em planilha eletrônica para acompanhamento e controle das reversões sexuais de tilápia.

No laboratório de genética molecular é realizada a identificação e marcação genética para o controle e monitoramento da pureza e melhoramento genético da tilápia, tambaqui e carpa. Pelo reconhecimento da qualidade de seus trabalhos, o DNOCS vem emitindo certificado de pureza genética que é uma exigência da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca e um compromisso assumido perante órgãos de biossegurança e meio ambiente.

Os beneficiários do projeto são os piscicultores que contam com espécies geneticamente identificadas, rastreáveis e de alto padrão genético, os pescadores dos açudes públicos peixados com alevinos de melhor qualidade e os produtores de alevinos, que adquirem matrizes e reprodutores de alta linhagem no DNOCS.

Pelos resultados alcançados no melhoramento, a tilápia tailandesa tem condições de atingir 800 gramas em seis meses, contra apenas 400 gramas da tilápia do Nilo, no mesmo período. Cabe ressaltar que se trata de uma ação de enormes resultados por causa dos ganhos de 100% no peso e mais 20% no preço médio de comercialização, por causa da melhoria na qualidade do produto que fez o preço elevar-se de R\$2,50/Kg para R\$3,00/Kg, com custos operacionais de produção mantidos em torno de R\$2,00/Kg.

Num trabalho de parceria com a CODEVASF, o Centro vem realizando estudos das espécies regionais para a identificação das modificações genéticas provocadas pelo cladismo da barragem física dos rios, através de cruzamentos orientados, com o intuito de fazer-se a recomposição das espécies originais no rio São Francisco.

Produção de microalgas

A produção de microalgas é efetuada no laboratório do CPAq, em Pentecoste-CE, enquanto a transformação em farinha está sendo no galpão de processamento da estação de piscicultura de Amanari, em Maranguape-CE. A previsão inicial de produzir 50 Kg de farinha de algas foi superada em 20%, alcançando 60 Kg em 2005. A microalga é utilizada na composição de alimento para peixes, cuja pesquisa se encontra em andamento em Amanari.

Nas análises bromatológicas realizadas em amostras da farinha de algas, para avaliação dos níveis de proteínas, fósforo, cinzas, cálcio e potássio, constatou-se um teor médio de proteínas de 33% para as algas clorofíceas (algas verde) e de 22% para as algas diatomáceas. O próximo desafio será a pesquisa de desenvolvimento de zooplâncton, essencial na alimentação de peixe carnívoro como pirarucu que exige teor de proteínas acima de 55% desde a fase larval.

Processamento de pescado

A pesquisa de tecnologia de processamento de pescado realizada na fábrica-escola, equipada e montada em Pentecoste-CE, concentrou-se no aproveitamento da sobra ou carcaça de peixe após a retirada do filé, na produção de sopão, hambúrguer e almôndega. A sopa retirada através da centrífuga, representa cerca de 70% do peso da carcaça, resíduo da filetagem, a qual pode ser desidratada e destinada para alimentação. O processamento permite agregar valor ao produto, subproduto e resíduos do pescado, dando determinação econômica para as espécies de reduzido valor comercial. Os produtos são submetidos à análise microbiológica e bromatológica e posteriormente destinados para a merenda escolar. Na fábrica-escola são oferecidos cursos de capacitação de curta duração para piscicultores, pescadores, técnicos e merendeiras.

Projeto Pirarucu

Com o apoio da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República-SEAP/PR, foi retomado o Projeto Pirarucu, uma espécie da bacia amazônica, cujos primeiros trabalhos foram iniciados em 1939, havendo registrado a captura de 106.318 exemplares pesando 2.020 toneladas antes de 1981. O projeto havia sido abandonado por falta de condições de prosseguimento. Com os recursos inicialmente liberados, de R\$ 450 mil, o DNOCS firmou um convênio com a Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura da Universidade Federal do Ceará, para a contratação de consultoria especializada e na aquisição de matrizes, reprodutores, alevinos, rações e medicamentos, entre outras.

O projeto pirarucu foi implantado em uma área de seis hectares, vem apresentando excelentes resultados que serão divulgados em breve, através de pacote tecnológico. Para se ter uma idéia do seu crescimento, está sendo obtido ganhos de um quilo por mês no peso médio do pirarucu em cativeiro. Ainda são inúmeros os desafios tecnológicos exigidos na criação de pirarucu, iniciando-se pelo baixo índice de sobrevivência na fase larval, elevado custo da ração com alto teor de proteínas e elevado preço do alevino disponível no mercado, atualmente em torno de R\$ 12,00 cada (alevino de 12 cm).

Foram adquiridos 33 matrizes e reprodutores e 730 alevinos de pirarucu, em 2005, iniciando-se um novo ciclo de pesquisas no Centro de Pesquisas em Aquicultura, em Pentecoste-CE, trabalhos de identificação genética, desenvolvimento de tecnologia de reprodução e de criação em cativeiro para fins comerciais. Os resultados esperados desse Projeto são promissores, o que possibilitará iniciar a montagem de uma unidade de reprodução, especializada em espécie de peixe de grande porte para fornecimento de alevinos aos piscicultores a partir de 2006.

3.1.1.2 Centro de Pesquisas em Carcinicultura-CPC

Não podemos deixar de fazer referência ao Projeto Pitu, desenvolvido no Centro de Pesquisas em Carcinicultura-CPC, localizado na Praia de Iracema em Fortaleza-CE. Iniciado há dois anos, a criação em cativeiro, de uma espécie que no passado era comum nas águas do semi-árido, mas que chegou à quase extinção por causa da exploração predatória e da destruição do seu *habitat* natural.

Após os estudos relativos à sua cadeia alimentar e da identificação das condições ambientais exigidas nas diversas fases do crescimento, foram obtidos os primeiros resultados do processo de reprodução em cativeiro e realizadas as primeiras reintroduções de pós-larvas nos açudes General Sampaio e Pentecoste-CE, em nível experimental e com acompanhamento. Esse trabalho, tem uma forte componente ambiental, por se tratar de uma espécie autóctone e de ordem econômica por ser um alimento muito apreciado.

As pesquisas em carcinicultura se concentram na larvicultura, engorda, monitoramento da qualidade de água, desenvolvimento da tecnologia de produção e comercialização de camarão de águas doce, cuja produção atual nos açudes monitorados pelo DNOCS situa-se em torno de 900 toneladas anuais. Por ser uma atividade extrativista

e de reduzido valor comercial, a carcinicultura de águas interiores é pouco conhecida, mas está em expansão e apresenta uma grande potencialidade futura.

As pesquisas pioneiras com camarões nativos de água doce, do gênero *Macrobrachium*, das espécies *Macrobrachium amazonicum* (canela), *Macrobrachium acanthurus* (pitu), *Macrobrachium carcinus* (pitu), entre outras, que têm papel de fundamental importância no equilíbrio do meio ambiente e como fonte de renda para pescadores dos açudes. Por se tratar de animal selvagem, o pitu (*M. carcinus*), possui um alto grau de canibalismo, e em condições de cativeiro são submetidos a constantes situações de *stress*, ficam mais susceptíveis às mudanças ambientais, ocorrendo alto índice de mortalidade das larvas e dos adultos e a necessidade de freqüente reposição do estoque de matrizes e reprodutores.

3.1.2 Coordenação de Tecnologia e Operações Agrícolas.

A agricultura irrigada é, comprovadamente, uma das mais efetivas ferramentas de combate à pobreza e distribuição de renda, gerando empregos para mão-de-obra qualificada e braçal, a custos inferiores em relação a outros setores da economia. A irrigação aumenta a produtividade dos fatores terra e trabalho, na oferta de alimentos e produtos que geram riqueza através da exportação. A região semi-árida é caracterizada pelo clima tropical e pela inconstância na ocorrência de chuvas e secas periódicas, havendo elevado risco na produção agropecuária de sequeiro. A irrigação reduz os riscos e a sua maior vantagem está na possibilidade de planejar a oferta, visando suprimento constante de mercado de frutas tropicais, hortaliças e flores ou suprir os nichos sazonais de mercados, nas entressafas de outras regiões do País e do hemisfério norte, onde os invernos são mais rigorosos. Há ainda, um grande potencial praticamente inexplorado de mercados para derivados de produtos agroindustriais como tomate e pimenta irrigados para exportação.

O programa de irrigação no Nordeste é atualmente, descentralizada, sendo os governos estaduais e municipais os responsáveis diretos pela execução, complementando as ações do DNOCS e da CODEVASF que são entidades vinculadas ao MI. A coordenação e a supervisão são de responsabilidade da SIH/MI. As ações são priorizadas segundo critérios estabelecidos pela SIH/MI e incorporarão a parceria dos setores público e privado na implantação de projetos de agricultura irrigada.

O programa contempla ações de diversas índoles, na visão de desenvolvimento regional, apoio aos estados e municípios na elaboração de planos diretores, na elaboração de planos de estudos e projetos, apoio ao fortalecimento institucional, execução de obras e aquisição de equipamentos. Os planos anuais e plurianuais são elaborados segundo as necessidades detectadas pelos governos estaduais, municipais e pelas entidades vinculadas.

O DNOCS administra atualmente 37 perímetros, com uma área irrigável implantada de 71.788 ha, havendo disponibilizado 48.888 ha para 6.594 usuários, dos quais, 33.335 ha para 6.145 pequenos produtores, 1.141 ha para 75 agrônomos, 510 ha para 54 técnicos agrícolas, 13.457 ha para 320 empresas e 445 ha para centros técnicos.

Pelas informações fornecidas pelos gestores, a área cultivada com irrigação nos perímetros foi de 29.746 ha, em 2005, dos quais, foram colhidas 23.567 ha e o valor total

da produção vegetal e animal de R\$ 121.799.368,00. Considerando-se os 37 perímetros em operação, os melhores resultados foram alcançados nos perímetros de Tabuleiros de Russas-CE (R\$ 21,62 milhões), Jaguaribe-Apodi-CE (R\$ 20,70 milhões), Baixo Açu (R\$ 16,68 milhões) e Brumado-BA (R\$ 11,95 milhões), totalizando, no seu conjunto, 58,2 % do valor total da produção. Dos 58 itens de lavouras cultivados nos perímetros, os produtos que mais se destacaram foram banana (R\$ 28,93 milhões), melão (R\$ 21,13 milhões), manga (R\$ 10,51 milhões) e coco da baía (R\$ 10,10 milhões), totalizando, no seu conjunto, 62,6 % do valor total da produção.

A grande expressão econômica da banana, melão, manga e coco da baía se deve a suas características de produtos tropicais, de expressivo valor relativo e capaz de suportar transportes marítimos e rodoviários para mercados mais distantes como Sudeste e Sul do Brasil e exportação para Europa e Estados Unidos. Pela sua grande expressão no comércio internacional, a banana é sem dúvida, o produto locomotiva, capaz de abrir os canais de comercialização para o hemisfério norte, pela sua capacidade de acionar rotas regulares ou semanais de navios frigoríficos especializados, principal fator de consolidação da exportação de outros produtos da cesta de frutas tropicais como melão, melancia, mamão e abacaxi, inclusive hortaliças como tomate, pepino, beringela, pimenta e pimentão, entre outros.

No trabalho de transferência de gestão dos perímetros irrigados, atenção especial está sendo dada à assistência gerencial, técnica e extensão rural, por entender-se que houve muitas distorções na implantação dos antigos perímetros, envolvendo vultosos investimentos na transformação física do meio e pouquíssimo na educação e capacitação do homem, oriundo de um processo de seleção onde o principal critério considerado era o estado de pobreza do candidato, que sem capital e sem instrução, se tornava difícil a adoção de tecnologia moderna compatível com o nível de atividade para o qual havia sido selecionado.

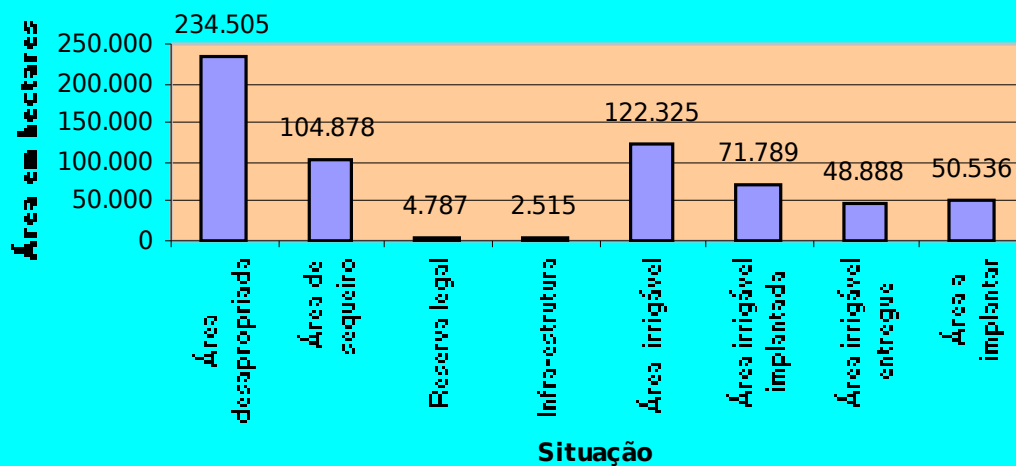
Pela nova orientação de que os projetos bem sucedidos dependem muito mais da competência individual dos seus gerentes do que os demais fatores, criou-se a idéia-força que preside a proposta de ampliação da participação empresarial nos projetos públicos de irrigação, partindo-se do princípio de que as empresas interessadas em ampliar seus negócios através de parcerias com o produtor rural e em articulação com grandes compradores como redes de supermercados, indústria de alimentos e importadores, venham a desempenhar o papel de âncoras, implementando a aplicação e a transferência de novas tecnologias, transformando o perfil cultural dos projetos, contribuindo para o incremento da produção e produtividade das áreas de assentamento familiar, equacionando os problemas de comercialização e contribuindo, para um melhor desempenho dos pequenos produtores nos seus aspectos gerenciais. O processo requer ainda, o cumprimento de etapas como a co-gestão, a autogestão e finalmente a emancipação propriamente dita, que deverá representar a independência da comunidade, razão da existência dos projetos de irrigação.

Para os assentamentos mais recentes nos novos e nos antigos perímetros, vêm-se adotando a prática da divulgação da disponibilidade, características e condições de exploração dos lotes, cuja seleção envolve a licitação, pré-qualificação e acompanhamento permanente de especialistas nas atividades desenvolvidas.

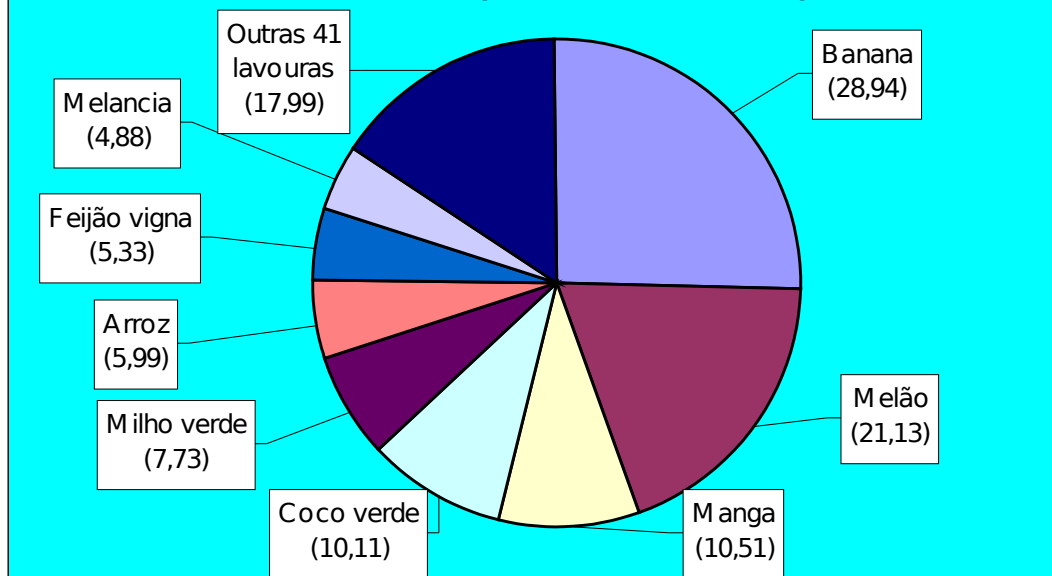
Para assegurar a excelência na qualidade dos conhecimentos tecnológicos, em agricultura irrigada e em transformação agroindustrial, a serem transferidos aos produtores rurais e suas organizações, o DNOCS celebrou o Convênio N^o PGE 11/2005, com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA, por intermédio da sua unidade Centro Nacional de Pesquisa Agroindústria Tropical-CNPAT, localizada em Fortaleza-CE, com o objetivo de capacitar multiplicadores, visando a formação de uma rede de especialistas para apoiar o processo de modernização tecnológica e o desenvolvimento sustentável dos perímetros irrigados.

Os perímetros irrigados contemplados para as ações de capacitação para formação de multiplicadores são: Jaguaribe-Apodi (com 231 pequenos produtores); Icó-Lima Campos (466); Baixo-Acaraú (169); Tabuleiros de Russas (75) e Curu-Pentecoste (175) no Ceará; Baixo Açu (156) no Rio Grande do Norte; Tabuleiros Litorâneos do Piauí (67) no Piauí; e São Gonçalo (455) na Paraíba, totalizando 1.794 pequenos produtores beneficiados pelo programa CONVIVER. Apesar das dificuldades para a obtenção de financiamentos agrícolas, as medidas adotadas pelo DNOCS contribuíram para um aumento considerável na ocupação das áreas disponibilizadas nos novos perímetros, prevendo-se expansão da área e da produção em 2006. Para execução das atividades previstas no citado convênio, o valor global foi de R\$ 2,07 milhões, sendo que o DNOCS participará com a importância de R\$ 1,62 milhão, ficando assegurado, através de empenho, recursos no valor de R\$ 717 mil.

Situação dos perímetros irrigados



Valor de produção das principais lavouras. (em R\$milhões)





Colheita de tomate rasteiro. Cruzeta-RN.



Coqueiro anão precoce. Tabuleiros Litorâneos-PI.

TABELA 5-POTENCIALIDADE E USO DO SOLO DOS PERÍMETROS IRRIGADOS.

PERÍMETROS IRRIGADOS	ÁREA DESAPROPRIADA (ha)	ÁREA DE SEQUEIRO (ha)	RESERVA LEGAL (ha)	INFRA ESTRUTURA (ha)	ÁREA IRRIGÁVEL (ha)	ÁREA IRRIGÁVEL IMPLANTADA (ha)	ÁREA IRRIGÁVEL ENTREGUE (ha)	ÁREA A IMPLANTAR (ha)
CEST-PI	67.602	25.832	2.047	190	39.533	9.947	6.938	29.586
Caldeirão	1.544	1.083	-	11	450	398	388	52
Fidalgo	5.444	4.958	-	16	470	311	187	159
Gurguéia	13.534	7.565	-	40	5.929	1.974	1.974	3.955
Lagoas do Piauí	6.689	4.340	-	14	2.335	557	387	1.778
Platôs de Guadalupe	16.879	1.902	-	20	14.957	3.196	2.180	11.761
Tab. de São Bernardo-MA	11.205	5.598	-	15	5.592	542	542	5.050
Tab. Lit. do Piauí	10.493	296	2.047	70	8.080	2.469	779	5.611
Várzea do Flores-MA	1.813	89	-	4	1.720	500	500	1.220
CEST-CE	113.510	59.151	2.223	314	51.823	39.186	21.562	12.637
Araras Norte	6.407	3.182	-	-	3.225	1.617	1.346	1.609
Ayres de Souza	8.943	7.785	-	-	1.158	615	192	543
Baixo-Acaraú	9.613	-	964	314	8.335	8.335	4.322	-
Curu-Paraipaba	12.347	4.347	-	-	8.000	3.357	3.295	4.643
Curu-Pentecoste	5.016	3.836	-	-	1.180	1.068	868	112
Ema	352	310	-	-	42	42	42	-
Forquilha	3.327	3.066	-	-	261	218	168	43
Icó-Lima Campos	10.583	6.320	-	-	4.263	2.712	2.577	1.551
Jaguaribe-Apodi	13.229	7.836	-	-	5.393	5.393	2.851	-
Jaguaruana	343	141	-	-	202	202	202	-
Morada Nova	11.025	6.692	-	-	4.333	4.247	4.247	86
Quixabinha	530	237	-	-	293	293	293	-
Tabuleiros de Russas	18.915	3.149	1.258	-	14.508	10.762	848	3.746
Várzea do Boi	12.879	12.249	-	-	630	326	313	304
CEST-RN	10.450	2.749	-	338	7.363	6.435	6.307	928
Baixo-Açu	6.000	-	-	-	6.000	5.168	5.168	832
Cruzeta	589	311	-	82	196	138	138	58
Itans	286	140	-	39	107	107	89	-
Pau dos Ferros	2.399	1.608	-	134	657	619	528	38
Sabugi	1.176	690	-	83	403	403	384	-
CEST-PB	7.210	2.604	175	833	3.598	2.954	2.955	644
Eng ^a Arcoverde	824	351	175	20	279	279	279	-
São Gonçalo	5.549	1.932	-	571	3.046	2.402	2.402	644
Sumé	837	322	-	242	274	274	274	-
CEST-PE	14.364	4.975	-	157	9.233	7.128	7.127	2.105
Boa Vista	249	86	-	33	131	131	131	-
Cachoeira II	378	151	-	18	210	210	210	-
Custódia	1.341	1.020	-	25	296	296	296	-
Moxotó	12.396	3.718	-	82	8.596	6.491	6.490	2.105
CEST-BA	21.369	9.568	342	683	10.776	6.139	4.000	4.637
Brumado	8.592	2.502	-	290	5.800	4.300	2.672	1.500
Jacurici	1.100	355	145	123	478	352	201	126
Vaza Barris	11.677	6.711	198	270	4.498	1.487	1.128	3.011
TOTAL	234.505	104.878	4.787	2.515	122.325	71.789	48.888	50.536

FONTE: DNOCS/CTA/MP. Equipe de Monitoramento da Produção.

**Lagoas, charcos, etc.

TABELA 6-POTENCIALIDADE E USO DO SOLO DOS PERÍMETROS IRRIGADOS.

PERÍMETROS IRRIGADOS	USUÁRIOS E ÁREAS ENTREGUES (ha)										
	CENTRO	PEQUENO PRODUTOR		ENGENHEIRO AGRÔNOMO		TÉCNICO AGRÍCOLA		EMPRESA		TOTAL	
	TÉCNICO ÁREA (ha)	Benefi- Ciário Nº	Área Entregue (Ha)	Benefi- Ciário Nº	Área Entregue (Ha)	Benefi- Ciário Nº	Área Entregue (Ha)	Benefi- Ciário Nº	Área Entregue (Ha)	Benefi- Ciário Nº	Área Entregue (Ha)
CEST-PI	77	903	4.789	9	146	5	46	20	1.880	937	6.938
Caldeirão	9	93	379	-	-	-	-	-	-	93	388
Fidalgo	8	86	179	-	-	-	-	-	-	86	187
Gurguéia	20	220	1.740	2	40	2	24	1	150	225	1.974
Lagoas do Piauí	40	177	347	-	-	-	-	-	-	177	387
Platôs de Guadalupe	-	127	651	-	-	-	-	9	1.529	136	2.180
Tab. de São Bernardo-MA	-	87	542	-	-	-	-	-	-	87	542
Tab. Lit. do Piauí	-	67	490	4	76	2	12	10	201	83	779
Várzea do Flores-MA	-	46	460	3	30	1	10	-	-	50	500
CEST-CE	99	3.165	15.658	41	611	5	40	174	5.154	3.385	21.562
Araras Norte	-	89	623	9	84	3	33	2	606	103	1.346
Ayres de Souza	-	45	192	-	-	-	-	-	-	45	192
Baixo-Acaraú	-	169	1.400	22	430	-	-	40	2.492	231	4.322
Curu-Paraipaba	16	679	2.433	6	22	2	7	109	817	796	3.295
Curu-Pentecoste	-	175	840	1	28	-	-	-	-	176	868
Ema	-	18	42	-	-	-	-	-	-	18	42
Forquilha	-	68	168	-	-	-	-	-	-	68	168
Icó-Lima Campos	36	466	2.541	-	-	-	-	-	-	466	2.577
Jaguaribe-Apodí	-	231	1.831	-	-	-	-	20	1.019	251	2.851
Jaguaruana	-	40	202	-	-	-	-	-	-	40	202
Morada Nova	47	902	4.153	3	47	-	-	-	-	905	4.247
Quixabinha	-	94	293	-	-	-	-	-	-	94	293
Tabuleiros de Russas	-	75	628	-	-	-	-	3	220	78	848
Várzea do Boi	-	114	313	-	-	-	-	-	-	114	313
CEST-RN	27	329	2.442	8	131	8	82	25	3.626	370	6.307
Baixo-Açu	-	156	1.330	8	131	8	82	25	3.626	197	5.168
Cruzeta	27	23	111	-	-	-	-	-	-	23	138
Itans	-	11	89	-	-	-	-	-	-	11	89
Pau dos Ferros	-	75	528	-	-	-	-	-	-	75	528
Sabugi	-	64	384	-	-	-	-	-	-	64	384
CEST-PB	135	557	2.500	8	136	19	184	-	-	584	2.955
Engº Arcoverde	-	55	279	-	-	-	-	-	-	55	279
São Gonçalo	135	455	1.947	8	136	19	184	-	-	482	2.402
Sumé	-	47	274	-	-	-	-	-	-	47	274
CEST-PE	70	684	5.161	-	-	-	-	31	1.896	715	7.127
Boa Vista	-	27	131	-	-	-	-	-	-	27	131
Cachoeira II	-	37	210	-	-	-	-	-	-	37	210
Custódia	-	55	296	-	-	-	-	-	-	55	296
Moxotó	70	565	4.524	-	-	-	-	31	1.896	596	6.490
CEST-BA	37	507	2.786	9	118	17	158	70	901	603	4.000
Brumado	28	299	1.523	9	118	12	101	70	901	390	2.672
Jacurici	-	36	201	-	-	-	-	-	-	36	201
Vaza Barris	9	172	1.062	-	-	5	57	-	-	177	1.128
TOTAL	445	6.145	33.335	75	1.141	54	510	320	13.457	6.594	48.888

FONTE: DNOCS/CTA/MP. Equipe de Monitoramento da Produção.

** Lagoas, charcos, etc.

TABELA 7-ÁREA, PRODUÇÃO E VALOR DA PRODUÇÃO DE LAVOURAS E ANIMAIS POR PERÍMETRO IRRIGADO.

PERÍMETROS IRRIGADOS	LAVOURAS						ANIMAL	TOTAL	
	Área cultivada	Área colhida	Produção obtida			Valor da	Valor	VALOR DA PRODUÇÃO	VALOR DA PRODUÇÃO
			unid. (*)	(kg)	(R\$)	produção	médio/ha		
(ha)	(ha)				(R\$/ha)	(R\$)	(R\$)	(R\$)	
CEST-PI	3.731	1.924			4.451.001	2.313,61	119.124	4.570.125	
Tab. de São Bernardo-MA	148	102	-	706.000	204.500	2.004,90	-	204.500	
Várzea Do Flores-MA	305	285	-	1.154.640	469.237	1.646,44	-	469.237	
Caldeirão-PI	270	212	242.300	1.987.676	535.787	2.530,88	-	535.787	
Fidalgo-PI	204	30	-	73.224	32.732	1.102,08	119.124	151.856	
Gurguéia-PI	713	589	11.200	665.702	446.963	758,55	-	446.963	
Lagoas do Piauí-PI	700	-	-	-	-	-	-	-	
Platôs de Guadalupe-PI	564	371	447.000	2.850.340	1.403.263	3.780,34	-	1.403.263	
Tab. Lit.do Piauí-PI	827	335	-	6.879.600	1.358.520	4.055,28	-	1.358.520	
CEST-CE	16.804	14.136			65.293.793	4.619,11	6.025.944	71.319.737	
Araras Norte	649	402	-	2.011.616	1.654.501	4.113,12	-	1.654.501	
Ayres de Souza	-	-	-	-	-	-	-	-	
Baixo Acaraú	1.292	654	-	15.722.580	5.897.454	9.012,97	-	5.897.454	
Curu-Paraipaba	2.948	2.544	27.376.320	13.825.630	7.133.674	2.804,32	395.481	7.529.155	
Curu-Pentecoste	765	620	6.067.530	3.322.140	1.541.238	2.484,67	108.794	1.650.032	
Ema	47	40	-	19.920	16.452	411,30	249.552	266.004	
Forquilha	144	108	32.000	445.070	160.480	1.481,81	143.788	304.268	
Icó-Lima Campos	1.912	1.135	-	9.910.630	2.694.891	2.373,62	1.982.857	4.677.749	
Jaguaribe-Apodi (1)	4.504	4.417	72.963.500	21.063.137	18.634.095	4.219,20	2.069.401	20.703.496	
Jaguaruana	121	108	-	192.829	146.497	1.356,46	66.546	213.043	
Morada Nova	2.885	2.667	30.720	21.348.890	5.212.827	1.954,80	410.305	5.623.132	
Quixabinha	207	207	532.340	1.117.730	394.105	1.908,50	-	394.105	
Tabuleiros de Russas	939	860	688.500	18.962.800	21.622.620	25.157,21	-	21.622.620	
Várzea do Boi	391	374	-	621.734	184.958	494,48	599.220	784.178	
CEST-RN	3.050	2.371			17.475.381	7.370,47	697.794	18.173.175	
Baixo-Açu(1)	2.416	1.818	1.999.200	43.507.560	16.688.592	9.180,15	-	16.688.592	
Cruzeta	145	100	-	2.361.101	377.363	3.766,10	177.490	554.853	
Itans	40	39	68.700	3.228.670	101.852	2.604,91	201.684	303.536	
Pau dos Ferros	234	228	-	176.400	236.270	1.038,55	89.016	325.286	
Sabugi	216	186	-	4.003.640	71.304	382,74	229.603	300.907	
CEST-PB	1.383	1.257			7.205.616	5.733,08	1.153.082	8.358.698	
Eng.Arcoverde	260	214	24.000	1.334.350	462.559	2.160,48	96.590	559.149	
São Gonçalo	1.024	953	11.220.000	11.707.950	6.576.387	6.898,91	989.660	7.566.047	
Sumé	99	90	12.340	426.143	166.670	1.862,24	66.832	233.502	
CEST-PE	785	405			1.063.884	2.626,03	995.221	2.059.104	
Boa Vista	72	54	-	1.128.600	128.540	2.393,67	902.212	1.030.752	
Cachoeira II	64	53	-	646.990	346.015	6.504,04	54.222	400.237	
Custódia	195	57	-	171.168	132.400	2.322,81	38.787	171.187	
Moxotó	454	241	29.000	3.643.724	456.929	1.894,16	-	456.929	
CEST-BA	3.992	3.475			17.318.529	4.983,46	-	17.318.529	
Brumado	2.861	2.634	189.000	7.324.655	11.957.020	4.539,49	-	11.957.020	
Jacurici	122	73	-	273.408	76.191	1.040,86	-	76.191	
Vaza Barris	1.009	768	220.000	11.274.154	5.285.318	6.881,92	-	5.285.318	
TOTAL	29.746	23.568			112.808.204	4.786,58	8.991.164	121.799.368	

FONTE: DNOCS/CTA/MP. Equipe de Monitoramento da Produção.

Relatórios agropecuários semestral, mensal e ficha cadastral dos perímetros irrigados.

(*) Coco em frutos e milho em espiga

TABELA 8- PRINCIPAIS PRODUTOS ANIMAIS COMERCIALIZADOS NOS PERÍMETROS IRRIGADOS.

PERÍMETROS IRRIGADOS	PRODUÇÃO DE LEITE		ANIMAIS VENDIDAS PARA ABATE E OUTROS FINS		OUTRAS RECEITAS (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
	Volume (L)	Valor (R\$)	(Cabeças)	Valor (R\$)		
CEST-PI	143.374	119.124	1.994	-	-	119.124
Caldeirão	-	-	294	-	-	-
Fidalgo	143.374	119.124	-	-	-	119.124
Lagoas do Piauí	-	-	1.700	-	-	-
CEST-CE	5.311.655	3.047.878	3.989	1.108.170	1.270.675	6.025.944
Curu Paraipaba	466.226	372.981	45	22.500	-	395.481
Curu Pentecoste	129.608	85.891	197	22.903	-	108.794
Ema	138.650	70.628	587	144.520	34.404	249.552
Forquilha	68.921	47.418	183	96.370	-	143.788
Icó Lima Campos	1.577.934	867.785	11	2.290	1.112.783	1.982.857
Jaguaribe-Apodi	2.663.170	1.450.895	1.389	511.657	106.849	2.069.401
Jaguaruana	81.865	57.306	145	-	9.240	66.546
Morada Nova	185.281	94.975	1.432	307.930	7.400	410.305
Várzea do Boi	433.448	260.069	945	120.835	218.316	599.220
CEST-RN	646.563	407.748	1.356	230.794	59.252	697.794
Cruzeta	35.000	14.700	1.145	162.790	-	177.490
Itans	198.326	128.912	39	15.120	57.652	201.684
Pau dos Ferros	89.369	53.621	82	33.795	1.600	89.016
Sabugi	323.868	210.514	90	19.089	-	229.603
CEST-PB	1.196.860	732.888	723	417.614	2.580	1.153.082
Engenheiro Arcoverde	70.000	42.000	177	52.010	2.580	96.590
São Gonçalo	1.053.000	631.800	538	357.860	-	989.660
Sumé	73.860	59.088	8	7.744	-	66.832
CEST-PE	134.160	82.811	635	96.410	816.000	995.221
Boa Vista	44.700	31.232	346	54.980	816.000	902.212
Cachoeira II	33.060	23.142	266	31.080	-	54.222
Custódia	56.400	28.437	23	10.350	-	38.787
TOTAL	7.432.612	4.390.448	8.697	1.852.988	2.148.507	8.991.164

FONTE: DNOCS/CTA/MP. Equipe de Monitoramento da Produção. Relatórios Agropecuários Semestrais do Perímetro Irrigado.

TABELA 9-ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO E VALOR DA PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS LAVOURAS NOS PERÍMETROS IRRIGADOS.

LAVOURAS	ÁREA CULTIVADA (ha)	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA		VALOR DA PRODUÇÃO (R\$)	VALOR MÉDIO/HA (R\$/ha)
			Unidade	(kg)		
OUTRAS LAVOURAS EXCETO FRUTAS						
Abóbora	139,51	105,91	-	1.186.700	552.235	5.214
Abobrinha	10,00	10,00	-	180.000	288.000	28.800
Aipim	196,59	103,20	-	2.491.020	581.444	5.634
Alface	11,10	11,10	-	16.830	76.836	6.922
Algodão herbáceo	594,75	469,75	-	955.600	1.314.130	2.798
Alho	17,70	17,70	-	28.572	10.000	565
Arroz	2.986,92	2.249,70	-	16.193.180	5.988.227	2.662
Batata doce	25,00	17,40	-	132.200	46.208	2.656
Beringela	0,81	0,81	-	57.000	567	700
Cana-de-açúcar	438,60	272,85	-	16.001.900	566.164	2.075
Capim de corte	1.442,15	1.004,34	-	26.988.816	2.662.110	2.651
Cebola bulbo	18,60	10,10	-	133.700	75.235	7.449
Cebola semente	10,50	10,50	-	11.400	276.800	26.362
Coentro/semnte	70,50	68,50	-	513.540	227.583	3.322
Feijão <i>phaseolus</i> (grão)	31,00	16,00	-	15.800	10.680	668
Feijão <i>vigna</i> (grão)	4.298,33	3.527,79	-	3.662.352	5.331.848	1.511
Folhosas	8,00	7,00	-	74.000	14.800	2.114
Fumo	6,00	6,00	-	5.230	30.857	5.143
Girassol	26,00	-	-	-	-	-
Gramma	24,00	-	-	-	-	-
Mamona	164,50	152,00	-	25.240	14.767	97
Mandioca	31,50	25,00	-	605.000	82.950	3.318
Maxixe	4,50	1,00	-	1.600	800	800
Milho espiga (unidade)	1.778,70	1.768,40	76.183.320	10.400	7.932.493	4.486
Milho grão	1.654,48	1.181,49	-	3.664.199	1.310.572	1.109
Milho industrial	283,68	139,31	-	1.114.480	189.700	1.362
Pepino	0,40	0,40	-	11.000	9.900	24.750
Pimenta	13,20	10,70	-	72.530	94.432	8.825
Pimentão semente	47,87	44,92	-	887.680	530.864	11.818
Quiabo semente	53,05	7,00	-	24.900	34.450	4.921
Repolho	0,50	5,00	-	2.600	2.340	468
Soja	610,00	590,00	-	1.592.100	778.845	1.320
Sorgo em grão	610,30	593,40	-	6.357.790	454.907	767
Sorgo forrageiro	6,00	4,00	-	-	-	-
Tomate industrial	143,76	114,28	-	3.793.942	671.106	5.872
Tomate mesa /semente	21,80	14,80	-	525.000	421.710	28.494
Subtotal outras lavouras	15.780,30	12.560,35	76.183.320	87.336.301	30.583.560	2.435
FRUTAS						
Abacate	1,60	-	-	-	-	-
Abacaxi (unidade)	119,33	6,53	-	335.230	166.013	25.423
Acerola	58,53	33,61	-	573.997	171.638	5.107
Atemóia	1,60	1,60	-	9.600	9.600	6.000
Banana (não especificada)	4.527,95	3.545,72	-	67.900.699	28.937.735	8.161
Caju	197,11	110,97	-	106.220	103.258	931
Coco (unidade)	3.676,19	3.184,74	46.328.110	2.296.000	10.106.684	3.173
Figo	9,00	8,00	-	14.370	35.925	4.491
Goiaba	267,61	94,06	-	1.045.650	593.257	6.307
Graviola	94,89	46,57	-	475.270	692.340	14.867
Laranja	3,44	-	-	-	-	-
Limão	4,30	2,20	-	2.780	1.414	643
Mamão formosa	372,64	177,69	-	11.602.102	2.783.041	15.662
Mamão hawai	20,00	-	-	-	-	-
Manga	2.579,95	2.276,20	-	1.558.155	10.513.200	4.619
Maracujá	169,00	123,80	-	1.672.660	1.506.079	12.165
Melancia	1.150,38	756,25	-	20.532.258	4.877.177	6.449
Melão	596,10	580,00	-	18.242.000	21.134.650	36.439
Pinha	67,27	49,50	-	170.989	261.412	5.281
Romã	1,70	0,50	-	2.520	2.520	5.040
Sapotí	22,55	-	-	-	-	-
Uva	36,45	9,30	-	213.600	328.700	35.344
Subtotal frutas	13.977,59	11.007,24	46.328.110	126.754.100	82.224.644	7.470
TOTAL	29.757,89	23.567,59	122.511.430	214.090.401	112.808.204	4.787

FONTE: DNOCS/CTA/MP. Equipe de Monitoramento da Produção. Unidade: espiga e fruto.

TABELA 10-ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO E VALOR DA PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS LAVOURAS NOS PERÍMETROS IRRIGADOS DO DNOCS NO MARANHÃO E PIAUÍ.

LAVOURAS	ÁREA CULTIVADA (ha)	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA		VALOR DA PRODUÇÃO (R\$)
			Unidade	(kg)	
OUTRAS LAVOURAS EXCETO FRUTAS					
Abóbora	15,00	10,50	-	157.500	94.500
Aipim	9,00	-	-	-	-
Algodão herbáceo	15,00	15,00	-	10.500	8.400
Alho	17,70	17,70	-	28.572	10.000
Arroz	139,50	36,50	-	2.250	900
Cana-de-açúcar	0,50	-	-	-	-
Capim de corte	218,00	2,00	-	40.000	-
Cebola semente	1,00	1,00	-	8.000	4.800
Feijão <i>vigna</i> (grão)	1.341,50	857,40	-	575.166	905.694
Folhosas	8,00	7,00	-	74.000	14.800
Girassol	26,00	-	-	-	-
Mamona	132,00	132,00	-	17.700	10.620
Mandioca	11,50	8,00	-	30.000	13.500
Milho espiga (unidade)	8,00	8,00	204.000	-	29.521
Milho grão	405,00	32,00	-	382.585	25.231
Pimentão semente	1,50	1,00	-	5.000	3.500
Soja	20,00	-	-	-	-
Tomate mesa /semente	5,00	-	-	-	-
Subtotal outras lavouras	2.374,20	1.128,10	204.000	1.331.273	1.121.465
FRUTAS					
Abacaxi (unidade)	0,50	-	-	-	-
Acerola	14,50	-	-	-	-
Banana (não especificada)	323,50	277,50	-	1.487.441	829.386
Caju	117,50	72,00	-	44.600	50.620
Coco (unidade)	130,00	70,00	496.500	2.296.000	436.900
Goiaba	83,00	9,00	-	168.000	117.600
Mamão formosa	2,00	-	-	-	-
Mamão hawaí	20,00	-	-	-	-
Melancia	646,26	366,23	-	8.969.868	1.883.030
Melão	12,00	1,00	-	20.000	12.000
Pinha	8,00	-	-	-	-
Subtotal frutas	1.357,26	795,73	496.500	12.985.909	3.329.536
TOTAL LAVOURAS	3.731,46	1.923,83	700.500	14.317.182	4.451.001

FONTE: DNOCS/CTA/MP. Equipe de Monitoramento da Produção. Unidade: espiga e fruto.

TABELA 11-ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO E VALOR DA PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS LAVOURAS NOS PERÍMETROS IRRIGADOS DO DNOCS NO CEARÁ.

LAVOURAS	ÁREA CULTIVADA (ha)	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA		VALOR DA PRODUÇÃO (R\$)
			Unidade	(kg)	
OUTRAS LAVOURAS EXCETO FRUTAS					
Abóbora	111,40	88,30	-	909.000	437.940
Abobrinha	10,00	10,00	-	180.000	288.000
Aipim	55,79	24,70	-	196.020	40.844
Algodão herbáceo	304,75	304,75	-	795.100	855.730
Arroz	2.770,92	2.136,70	-	15.808.430	5.678.227
Batata doce	24,90	17,30	-	131.400	45.920
Cana-de-açúcar	327,70	245,85	-	13.213.500	441.364
Capim de corte	837,33	727,92	-	14.043.780	306.412
Cebola bulbo	1,00	0,50	-	9.200	7.360
Coentro/semente	26,00	24,00	-	439.500	60.975
Feijão <i>vigna</i> (grão)	2.418,88	2.182,74	-	2.649.744	3.689.747
Fumo	6,00	6,00	-	5.230	30.857
Mamona	26,00	20,00	-	7.540	4.147
Mandioca	20,00	17,00	-	575.000	69.450
Maxixe	4,50	1,00	-	1.600	800
Milho espiga (unidade)	1.735,80	1.728,50	75.915.320	-	7.892.412
Milho grão	950,18	883,09	-	2.898.154	1.135.180
Pepino	0,40	0,40	-	11.000	9.900
Pimenta	13,20	10,70	-	72.530	94.432
Pimentão/ semente	18,75	17,50	-	598.500	371.034
Soja	350,00	350,00	-	1.112.100	500.445
Sorgo em grão	488,20	478,40	-	2.242.790	448.207
Sorgo forrageiro	6,00	4,00	-	-	-
Tomate industrial	5,80	4,25	-	109.360	53.617
Tomate mesa /semente	12,00	12,00	-	460.000	418.300
Subtotal outras lavouras	10.525,50	9.295,60		56.469.478	22.881.300
FRUTAS					
Abacate	1,60	-	-	-	-
Abacaxi (unidade)	118,83	6,53	-	335.230	166.013
Acerola	33,04	28,45	-	572.105	170.950
Banana (não especificada)	1.573,20	1.226,95	-	19.609.398	8.816.822
Caju	79,61	38,97	-	61.620	52.638
Coco (unidade)	2.856,69	2.459,19	32.133.370	-	6.913.221
Figo	9,00	8,00	-	14.370	35.925
Goiaba	113,45	50,00	-	372.920	285.405
Graviola	78,19	31,57	-	358.870	467.220
Laranja	3,44	-	-	-	-
Limão	2,10	-	-	-	-
Mamão formosa	236,67	107,62	-	4.888.716	1.535.305
Manga	130,55	38,20	-	126.500	109.500
Maracujá	59,50	15,30	-	647.470	808.239
Melancia	389,90	283,10	-	7.834.390	2.356.898
Melão	506,80	505,80	-	16.994.500	20.239.100
Pinha	38,77	31,50	-	67.539	128.957
Romã	1,20	-	-	-	-
Sapotí	22,55	-	-	-	-
Uva	35,45	8,80	-	211.600	326.300
Subtotal frutas	6.290,54	4.839,98	32.133.370	52.095.228	42.412.493
TOTAL LAVOURAS	16.816,04	14.135,58	32.133.370	108.564.706	65.293.793

FONTE: DNOCS/CTA/MP. Equipe de Monitoramento da Produção. Unidade: espiga e fruto.

TABELA 12-ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO E VALOR DA PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS LAVOURAS NOS PERÍMETROS IRRIGADOS DO DNOCS NO RIO GRANDE DO NORTE.

LAVOURAS	ÁREA CULTIVADA (ha)	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA		VALOR DA PRODUÇÃO (R\$)
			Unidade	(kg)	
OUTRAS LAVOURAS EXCETO FRUTAS					
Abóbora	9,50	3,50	-	5.200	8.320
Aipim	0,80	0,50	-	5.000	3.000
Alface	1,10	1,10	-	12.030	14.436
Algodão herbáceo	260,00	150,00	-	150.000	450.000
Arroz	1,00	1,00	-	1.000	1.700
Batata doce	0,10	0,10	-	800	288
Cana-de-açúcar	108,90	26,00	-	2.720.000	124.800
Capim de corte	202,80	193,50	-	11.267.740	2.317.161
Coentro/semente	6,50	6,50	-	42.840	51.408
Feijão <i>vigna</i> (grão)	332,80	302,50	-	246.870	461.569
Gramma	24,00	-	-	-	-
Mamona	6,00	-	-	-	-
Milho espiga (unidade)	21,90	18,90	64.000	-	6.400
Milho grão	56,90	53,70	-	60.200	29.930
Pimentão semente	2,10	2,10	-	8.500	10.200
Soja	240,00	240,00	-	480.000	278.400
Sorgo em grão	122,10	115,00	-	4.115.000	6.700
Tomate industrial	38,00	36,60	-	1.342.571	174.534
Tomate mesa /semente	0,80	0,80	-	25.000	3.250
Subtotal outras lavouras	1.435,30	1.151,80	64.000	20.482.751	3.942.096
FRUTAS					
Atemóia	1,60	1,60	-	9.600	9.600
Banana (não especificada)	1.149,50	900,00	-	20.620.000	9.244.000
Coco (unidade)	61,80	52,00	2.003.900	-	402.190
Goiaba	40,20	20,00	-	240.000	108.000
Graviola	16,30	11,00	-	110.000	220.000
Mamão formosa	115,20	60,00	-	6.680.000	1.232.000
Manga	93,00	50,00	-	1.250.000	975.000
Melancia	66,40	60,60	-	2.768.000	463.325
Melão	61,10	57,00	-	1.076.500	838.250
Pinha	8,50	6,00	-	36.000	36.000
Romã	0,50	0,50	-	2.520	2.520
Uva	1,00	0,50	-	2.000	2.400
Subtotal frutas	1.615,10	1.219,20	2.003.900	32.794.620	13.533.285
TOTAL LAVOURAS	3.050,40	2.371,00	2.067.900	53.277.371	17.475.381

FONTE: DNOCS/CTA/MP. Equipe de Monitoramento da Produção. Unidade: espiga e fruto.

TABELA 13-ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO E VALOR DA PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS LAVOURAS NOS PERÍMETROS IRRIGADOS DO DNOCS NA PARAÍBA.

LAVOURAS	ÁREA CULTIVADA (ha)	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA		VALOR DA PRODUÇÃO (R\$)
			Unidade	(kg)	
OUTRAS LAVOURAS EXCETO FRUTAS					
FRUTAS					
Arroz	59,50	59,50	-	301.500	240.400
Capim de corte	43,80	8,00	-	113.000	3.390
Feijão <i>vigna</i> (grão)	147,15	134,15	-	149.322	231.474
Milho grão	119,90	117,90	-	117.360	44.171
Pimentão semente	7,30	6,10	-	123.300	78.660
Repolho	0,50	5,00	-	2.600	2.340
Tomate industrial	27,10	25,80	-	570.511	242.233
Tomate mesa /semente	1,00	-	-	-	-
Subtotal outras lavouras	406,25	356,45	-	1.377.593	842.667
FRUTAS					
Banana (não especificada)	344,22	283,00	-	11.364.250	3.906.955
Coco (unidade)	567,19	564,20	11.256.340	-	2.253.085
Goiaba	26,20	12,00	-	235.200	68.064
Graviola	0,40	4,00	-	6.400	5.120
Mamão formosa	0,90	0,20	-	3.500	1.400
Maracujá	0,20	0,20	-	5.000	2.250
Melancia	22,60	21,60	-	337.500	84.375
Melão	15,20	15,20	-	139.000	41.700
Subtotal frutas	976,91	900,40	11.256.340	12.090.850	6.362.949
TOTAL LAVOURAS	1.383,16	1.256,85	11.256.340	13.468.443	7.205.616

FONTE: DNOCS/CTA/MP. Equipe de Monitoramento da Produção. Unidade: espiga e fruto.

TABELA 14-ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO E VALOR DA PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS LAVOURAS NOS PERÍMETROS IRRIGADOS DO DNOCS NA BAHIA.

LAVOURAS	ÁREA CULTIVADA (ha)	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA		VALOR DA PRODUÇÃO (R\$)
			Unidade	(kg)	
OUTRAS LAVOURAS EXCETO FRUTAS					
FRUTAS					
Aipim	131,00	78,00	-	2.290.000	537.600
Alface	10,00	10,00	-	4.800	62.400
Cana-de-açúcar	1,00	0,50	-	50.000	-
Capim de corte	117,49	51,50	-	313.528	35.077
Cebola bulbo	1,00	1,00	-	12.000	6.600
Coentro/semente	38,00	38,00	-	31.200	115.200
Feijão <i>vigna</i> (grão)	23,00	19,00	-	9.050	9.525
Milho grão	79,50	66,80	-	135.500	35.900
Pimentão semente	6,80	6,80	-	12.500	44.750
Quiabo semente	53,05	7,00	-	24.900	34.450
Tomate industrial	2,43	1,90	-	20.500	12.300
Tomate mesa /semente	3,00	2,00	-	40.000	160
Subtotal outras lavouras	466,27	282,50	-	2.943.978	893.962
FRUTAS					
Banana (não especificada)	967,00	830,00	-	14.442.154	6.046.208
Coco (unidade)	58,16	37,00	409.000	-	100.700
Goiaba	2,00	2,00	-	26.530	12.988
Limão	2,20	2,20	-	2.780	1.414
Mamão formosa	10,50	2,50	-	28.670	13.452
Manga	2.353,00	2.188,00	-	181.655	9.428.700
Maracujá	109,00	108,00	-	1.020.000	695.400
Melancia	10,50	10,00	-	147.000	25.650
Melão	1,00	1,00	-	12.000	3.600
Pinha	12,00	12,00	-	67.450	96.455
Subtotal frutas	3.525,36	3.192,70	409.000	15.928.239	16.424.567
TOTAL LAVOURAS	3.991,63	3.475,20	409.000	18.872.217	17.318.529

FONTE: DNOCS/CTA/MP. Equipe de Monitoramento da Produção. Unidade: espiga e fruto.

TABELA 15-ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO E VALOR DA PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS LAVOURAS NOS PERÍMETROS IRRIGADOS DO DNOCS EM PERNAMBUCO.

LAVOURAS	ÁREA CULTIVADA (ha)	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA		VALOR DA PRODUÇÃO (R\$)
			Unidade	(kg)	
OUTRAS LAVOURAS EXCETO FRUTAS					
Abóbora	3,61	3,61	-	115.000	11.475
Algodão herbáceo	15,00	-	-	-	-
Arroz	16,00	16,00	-	80.000	67.000
Beringela	0,81	0,81	-	57.000	567
Cana-de-açúcar	0,50	0,50	-	18.400	-
Capim de corte	22,73	21,42	-	1.210.768	71
Cebola bulbo	16,60	8,60	-	112.500	61.275
Cebola semente	9,50	9,50	-	3.400	272.000
Feijão <i>phaseolus</i> (grão)	31,00	16,00	-	15.800	10.680
Feijão <i>vigna</i> (grão)	35,00	32,00	-	32.200	33.840
Mamona	0,50	-	-	-	-
Milho espiga (unidade)	13,00	13,00	-	10.400	4.160
Milho grão	43,00	28,00	-	70.400	40.160
Milho industrial	283,68	139,31	-	1.114.480	189.700
Pimentão semente	11,42	11,42	-	139.880	22.720
Tomate industrial	70,43	45,73	-	1.751.000	188.422
Subtotal outras lavouras	572,78	345,90	-	4.731.228	902.070
FRUTAS					
Acerola	10,99	5,16	-	1.892	688
Banana (não especificada)	170,53	28,27	-	377.456	94.364
Coco (unidade)	2,35	2,35	29.000	-	588
Goiaba	2,76	1,06	-	3.000	1.200
Mamão formosa	7,37	7,37	-	1.216	884
Manga	3,40	-	-	-	-
Maracujá	0,30	0,30	-	190	190
Melancia	14,72	14,72	-	475.500	63.900
Subtotal frutas	212,42	59,23	29.000	859.254	161.814
TOTAL LAVOURAS	785,20	405,13	29.000	5.590.482	1.063.884

FONTE: DNOCS/CTA/MP. Equipe de Monitoramento da Produção. Unidade: espiga e fruto.

Administração dos perímetros irrigados

Os primeiros passos para a implantação de irrigação pública no Nordeste, foram dados pelo Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola-GEIDA, criado pelo MINTER em 1968, contando com representantes dos Ministérios da Agricultura, Fazenda, Minas e Energia, Planejamento e Saúde. O documento elaborado, intitulado Programa Plurianual de Irrigação-PPI, continha o escopo dos projetos, as áreas objeto de intervenção e os perímetros a serem implantados. A idéia central de promover a irrigação consistia em desapropriar as terras das bacias de irrigação, onde seriam implantados os perímetros irrigados, dividi-las em pequenos lotes onde seriam assentados os colonos, em parte recrutados entre os antigos moradores dos estabelecimentos rurais desapropriados.

Naquela ocasião, coube ao DNOCS instalar em cada pequeno lote, o colono e sua família, como núcleos de futuras empresas familiares, prover o conjunto das estruturas habitacionais e de serviços públicos, além de montar uma estrutura administrativa no local e exercer o papel de uma espécie de *holding*, as gerências de perímetros, para gerir o empreendimento, uma vez que as cooperativas de irrigantes criadas para congregar os colonos eram extremamente frágeis e apenas cumpriam as determinações dos responsáveis pela elaboração do plano de *exploração*. Não se pode deixar de fazer referência, ao

assessoramento prestado pelas missões técnicas dos governos de Israel, da Espanha e da França, consultores desses países e de Portugal que aqui aportaram através de consórcios com as nascentes empresas brasileiras. Esse assessoramento, desenvolvido sob a égide da transferência de conhecimentos e tecnologias, encontrou terreno fértil para a transposição de modelos e iniciar a experiência nacional na irrigação.

Os primeiros colonos assentados em perímetros irrigados eram na sua maioria antigos moradores ou pequenos proprietários dos estabelecimentos desapropriados. Apesar da grande experiência acumulada em quase 40 anos, alguns perímetros irrigados caracterizam-se pelas dificuldades de plena sustentação, não gerando renda suficiente para realizar investimentos na manutenção da infra-estrutura de canais e drenos, agravada pela problemática da inadimplência de alguns irrigantes, no pagamento da dívida de financiamento bancário, assumida para operação agrícola. A prática consagrou a necessidade de concessão de subsídios aos colonos no pagamento de energia elétrica consumida, fornecimento d'água sem cobrança de tarifa, os mais diversos insumos agrícolas, conservação e manutenção da infra-estrutura etc, cujas despesas, em escala crescente e indisciplinada, se revestiram de caráter paternalista. O resultado alcançado após intensa capacitação, e, mesmo estando na terceira geração de irrigantes, salvo poucas exceções, ainda carecem de subsídios na manutenção e operação do seu sistema de irrigação.

Transferência de Gestão dos Perímetros de Irrigação

Para melhorar a eficiência dos perímetros irrigados, foi iniciado em 1983, discussões sobre a possibilidade de desenvolver um programa que modificasse o perfil administrativo existente, caracterizado pelo seu formato tecnicamente danoso às organizações e às comunidades de irrigantes, e exacerbado vício pelo paternalismo. Neste sentido, foi decretado a Lei N.º 10.204, de 22 de fevereiro de 2001, no artigo 7.º, que alterou as atribuições do DNOCS, determinando que implementará o Programa de Emancipação dos Perímetros Públicos de Irrigação.

Estudos realizados pelo Departamento, em cooperação com o IICA e Fundação João Pinheiro, entre outros, revelaram a necessidade de se promover uma abertura na gestão dos perímetros, com a participação dos irrigantes na formatação da proposta de mudanças, dando-se início ao programa de emancipação, para constituir-se em um processo para o atingimento do estado de autogestão dos perímetros, no qual, as funções historicamente públicas seriam transferidas às organizações de produtores.

A ação do programa iniciou-se pela recuperação física e produtiva dos perímetros irrigados, com a finalidade de efetivar a transferência aos irrigantes, a administração, operação e manutenção de toda a infra-estrutura de uso comum e de ações de apoio à produção. O resultado esperado é a de criar uma nova mentalidade para o irrigante, transformado-os em pequenos empresários, capazes de andar com os próprios pés, gerir seus negócios com visão de sustentabilidade e responsabilidade social.

Por questões diferenciadas, alguns perímetros do DNOCS evoluíram para um estágio de autogestão com pouca interferência do órgão. A proposta é de efetivar da forma menos traumática a retirada dos subsídios embutidos no paternalismo dos cofres públicos,

desenvolvendo ações de recuperação da infra-estrutura, regularização fundiária, título de concessão de lote, reorganização e capacitação dos produtores e assistência técnica, para viabilizar a autossustentação dos perímetros, complementada com um longo trabalho de convencimento para amadurecer a idéia da maioria das lideranças das organizações de produtores, de que a tutela governamental foi e é perniciosa à alavancagem econômica e financeira dos perímetros. Foi também, propiciada a criação de um instrumental técnico abrangendo todas as áreas funcionais dos perímetros, diagnosticando seus problemas relevantes e apresentando propostas para resolvê-los.

Os recursos utilizados nos serviços de apoio à transferência de gestão, foram do Programa Desenvolvimento Integrado e Sustentável do CONVIVER-Semi-Árido, que tem como finalidade assegurar a sustentabilidade das atividades econômicas e contribuir efetivamente para a inserção produtiva do Nordeste no mercado nacional e internacional de produtos agrícolas. Isso é feito a partir de ações de promoção da dinamização econômica de arranjos, setores e cadeias produtivas e da convivência com a realidade e as vocações do semi-árido, articuladas com a implantação de infra-estrutura hídrica para o melhor aproveitamento e gestão da água, um insumo natural escasso e primordial para a manutenção da vida e a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento adotado.

O DNOCS continuará mantendo a administração e a manutenção da infra-estrutura hídrica básica, bem como conceder a utilização de alguns bens necessários à execução desses serviços e atividades. Ao final das ações de recuperação da infra-estrutura física e do programa de transferência de gestão, espera-se alcançar a meta de colocar em produção a área irrigável implantada de 71.788 ha, gerar 71.788 empregos diretos, 143.576 empregos indiretos (relação 1:2), beneficiando uma população de 430.728 pessoas (relação 1:2).

O Programa de Transferência de Gestão dos Perímetros de Irrigação está sendo conduzido com a participação de todos os irrigantes e em articulação com órgãos responsáveis pela regularização fundiária, pesquisa, assistência técnica e extensão federais, estaduais, municipais e ONG. O grande avanço na implementação do programa está sendo a parceria respeitosa na relação institucional que vem mantendo com os estados e municípios.

Para a execução das ações estão previstos 32 convênios de transferência de gestão, firmados com as organizações de produtores e 6 convênios ou contratos de assistência técnica, capacitação e contratação de profissionais especializados, formalizados com diversas instituições (Governo do Ceará, Governo do Rio Grande do Norte, SEAGRI, EMATER, CETREDE, EMBRAPA, SEBRAE), e um convênio celebrado com o Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará-IDACE, para apoio à regularização fundiária dos perímetros irrigados do Ceará.

O perímetro de irrigação da Baixada Ocidental Maranhense que pertencia ao antigo DNOS e repassado para o DNOCS, dispunha de uma área total de 10.603 ha e com infra-estrutura de irrigação parcialmente implantada em 1.052 ha. Mas os estudos realizados pelo DNOCS mostrou não haver condições de viabilizar a irrigação e foi transferido para o INCRA para fins de assentamentos de reforma agrária.

A concepção original do perímetro de irrigação Tabuleiro de Russas propõe a implantação de 15.100 ha irrigados, sendo 11.600 ha na primeira etapa e 3.500 ha na segunda etapa, nos municípios de Russas, Morada Nova e Limoeiro do Norte-CE.

Na sua primeira etapa concluída, o projeto conta com 10.100 ha com as obras de infra-estrutura de irrigação implantadas, com mais 950 ha licitados e 2.900 ha em licitação. As obras instaladas são: o canal de aproximação com extensão de 667,40 m; eletrobomba para captação com potência instalada de 12.750 cv e vazão 14,00 m³/s; tubulação de recalque com extensão de 698 m e diâmetro 2 x 1.850 mm; barragem no córrego Curral Velho com volume de 10,7 milhões de m³; 68 km de tubulações de distribuição; eletrobomba secundária com vazão de 7,92 m³/s; 82 km de canais de distribuição; 274 km de estradas; 3 núcleos habitacionais; 32 km de linhas de transmissão de energia elétrica de 69 kv e 200 km de linhas de distribuição rural e urbana.

Na sua primeira etapa a obra de infra-estrutura hídrica de uso comum está implantado até a entrada dos lotes. A área de pequenos irrigantes do setor 1, de 688 ha, está contemplado com o equipamento parcelar *on farm*. Cerca de 1.500 ha já estão sendo cultivadas e foi efetuada a titulação de propriedade e a entrega de 847,56 ha de área irrigável. Os núcleos habitacionais os setores 1, 2 e 3 também estão concluídos. Para a conclusão do projeto há a necessidade da aquisição e montagem do equipamento parcelar de uma área correspondente a 750 ha. Os pequenos produtores ainda têm receio de adquirir equipamentos de irrigação e iniciar a operação.

**TABELA 16-TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO DOS PERÍMETROS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO.
RECURSOS DESTINADOS AOS PERÍMETROS.**

CEST E PERÍMETRO	MUNICÍPIO	UF	ÁREA EM TRANSFERÊNCIA (ha)	VALOR DESTINADO EM 2005 (R\$)			CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO PREVISTO PARA 2006 (R\$)
				Custeio	Investimento	Total	
CEST/PI			12.557	2.491.533	7.161.047	9.652.580	6.087.600
Tab. Lit. do Piauí	Parnaíba	PI	2.469	572.000	1.164.700	1.736.700	1.280.000
Tab. Lit. do Piauí	Parnaíba	PI	-	-	100.300	100.300	-
Platôs de Guadalupe	Guadalupe	PI	2.009	230.000	3.037.510	3.267.510	1.080.000
Lagoas do Piauí	Luzilândia	PI	4.354	242.000	-	242.000	257.000
Gurguéia	Alvorada do Gurguéia	PI	1.974	199.500	260.500	460.000	991.600
Fidalgo	Simplicio Mendes	PI	311	142.000	258.000	400.000	364.200
Caldeirão	Piripiri	PI	398	477.000	359.000	836.000	596.600
Tab. de São Bernardo	Magalhães de Almeida	MA	542	279.200	1.973.137	2.252.337	1.200.000
Várzea do Flores	Joselândia	MA	500	349.833	7.900	357.733	318.200
B. Ocid. Maranhense	Pinheiro	MA	-	-	-	-	-
CEST/CE			38.422	7.387.959	8.758.424	16.146.383	14.070.650
Tabuleiros de Russas	Russas	CE	10.700	1.954.338	335.662	2.290.000	2.545.000
Tabuleiros de Russas	Russas	CE	-	-	630.363	630.363	-
Baixo Acaraú	Marco	CE	8.816	1.170.000	350.000	1.520.000	1.152.000
Curu-Paraipaba	Paraipaba	CE	3.357	718.000	428.000	1.146.000	2.707.000
Curu-Pentecoste	Pentecoste	CE	1.068	585.000	405.000	990.000	1.115.000
Jaguaribe-Apodi	Limoeiro do Norte	CE	5.393	637.721	250.000	887.721	605.000
Jaguaribe-Apodi	Limoeiro do Norte	CE	-	-	5.643.399	5.643.399	-
Icó-Lima Campos	Icó	CE	2.712	1.282.000	150.000	1.432.000	2.302.400
Araras Norte	Varjota	CE	1.558	453.200	-	453.200	510.600
Morada Nova	Morada Nova	CE	3.737	200.000	220.000	420.000	2.663.000
Morada Nova	Morada Nova	CE	-	-	150.000	150.000	-
Ema	Iracema	CE	42	11.000	80.000	91.000	88.235
Várzea do Boi	Tauá	CE	326	158.900	11.000	169.900	88.325
Forquilha	Forquilha	CE	218	125.500	60.000	185.500	117.530
Jaguaruana	Jaguaruana	CE	202	92.300	45.000	137.300	88.235
Quixabinha	Mauriti	CE	293	-	-	-	88.325
Ayres de Souza	Sobral	CE	-	-	-	-	-
CEST/RN			6.434	524.923	4.149.829	4.674.752	1.982.235
Pau dos Ferros	Pau dos Ferros	RN	619	31.700	124.000	155.700	117.530
Baixo-Açu(*)	Alto do Rodrigues	RN	5.167	350.223	3.935.829	4.286.052	1.600.000
Cruzeta	Cruzeta	RN	138	48.000	30.000	78.000	88.235
Itans	Caicó	RN	107	25.000	30.000	55.000	88.235
Sabugi	Caicó	RN	403	70.000	30.000	100.000	88.235
CEST/PB			2.953	443.519	58.000	501.519	2.117.855
São Gonçalo	Sousa	PB	2.402	305.440	-	305.440	1.912.000
Engenheiro Arcoverde	Condado	PB	278	138.079	58.000	196.079	117.530
Sumé	Sumé	PB	273	-	-	-	88.325
CEST/PE			7.826	957.025	1.082.940	2.039.965	8.823.295
Moxotó	Ibimirim	PE	7.202	500.000	1.022.940	1.522.940	8.500.000
Boa Vista	Salgueiro	PE	131	457.025	60.000	517.025	117.530
Cachoeira II	Serra Talhada	PE	230	-	-	-	117.530
Custódia	Custódia	PE	263	-	-	-	88.235
CEST/BA			4.571	1.057.826	170.166	1.227.993	2.805.735
Vaza Barris	Canudos	BA	1.796	333.026	170.166	503.193	2.268.900
Brumado	Livr. de Nossa Senhora	BA	2.470	724.800	-	724.800	448.600
Jacurici	Itiúba	BA	305	-	-	-	88.235
TOTAL			72.763	12.862.785	21.380.406	34.243.192	35.887.370

Fonte: Coordenação de Tecnologia e Operações Agrícolas.

**TABELA 17-TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO DOS PERÍMETROS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO.
RECURSOS APLICADOS ATRAVÉS DE CONVÊNIOS/CONTRATOS.**

CONVÊNIOS E CONTRATOS/PGE Nº	VALOR (R\$)				AVALIAÇÃO
	Contra partida	DNOCS	Recursos empenhados pelo DNOCS	DNOCS + contrapartida	
CONVÊNIOS					
DNOCS/Governo do Ceará/SEAGRI. PGE Nº 03/2005	316.492	5.475.630	2.343.500	5.792.122	As atividades estão sendo implementadas satisfatoriamente nos 8 projetos atendendo a 3.381 pequenos produtores. Liberados R \$ 1.000.000,00 da 1ª parcela e R\$ 300.000,00 da 2ª parcela.
DNOCS/Governo do Rio Grande do Norte. PGE Nº 09/2005	59.263	1.126.000	1.126.000	1.185.263	Este convênio, cujas atividades ainda não foram iniciadas, deverá beneficiar 197 produtores. Foi solicitada a liberação da 1ª parcela de R\$ 734.750,00
DNOCS/Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. PGE Nº 11/2005	450.000	1.622.232	717.032	2.072.232	A meta física da fase inicial pertinente às ações de levantamento de demandas de treinamentos nos perímetros irrigados do DNOCS foi atingida. A ação visa a implantação de uma rede de multiplicadores para apoiar o processo de modernização.
DNOCS/Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará – IDACE. PGE Nº 27/2005	133.608	638.790	638.790	772.398	Foram liberados recursos no valor de R\$ 319.395,00
CONTRATOS					
DNOCS/Centro de Treinamento e Desenvolvimento – CETREDE. PGE Nº 17/2005	-	4.242.240	2.121.120	4.242.240	As ações foram iniciadas em novembro de 2005. Em janeiro de 2006 os técnicos iniciaram as atividades de campo, não sendo ainda possível o trabalho de ATER. Estão sendo beneficiados 2.388 pequenos produtores de 12 perímetros, em cinco estados do Nordeste. Foram liberados R\$ 353.520,00 referente à 1ª parcela.
DNOCS/Empresa Integral - Cooperativa de Profissionais Liberais Ltda. PGE Nº 09/2005	-	4.112.408	900.000	4,112.408	Foram liberados recursos no valor de R\$ 319.395,00
TOTAL	959.363	17.217.300	7.846.442	18.176.663	45,57%

Fonte: Coordenação de Tecnologia e Operações Agrícolas.

TABELA 18-TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO DOS PERÍMETROS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA O APOIO LOGÍSTICO.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR DO INVESTIMENTO (R\$)
Aquisição de automóveis	1.069.418,55
Aquisição de motos	71.145,00
Aquisição de computadores, periféricos e materiais elétricos	134.985,93
Mobiliários	19.295,80
Outros materiais	16.740,00
TOTAL	1.311.585,28

Fonte: Coordenação de Tecnologia e Operações Agrícolas.

TABELA 19-TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO DOS PERÍMETROS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO. DESPESAS NOS PERÍMETROS, CONVÊNIOS, CONTRATOS E APOIO LOGÍSTICO.

DISCRIMINAÇÃO	RECURSOS EMPENHADOS (R\$)	RECURSOS PAGOS (R\$)	PAGOS/ EMPENHADOS (%)
Perímetros	34.243.191,66	4.498.930,54	13,14
Convênios e contratos	7.846.441,74	3.509.946,74	44,73
Apoio logístico	1.311.585,28	1.311.585,28	100,00
TOTAL	43.401.218,68	9.320.462,56	21,48

Fonte: Coordenação de Tecnologia e Operações Agrícolas.

TABELA 20-TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO DOS PERÍMETROS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO. RECURSOS EMPENHADOS E PAGOS.

DISCRIMINAÇÃO	RECURSOS EMPENHADOS (R\$)	RECURSOS PAGOS (R\$)	PAGOS/ EMPENHADOS (%)
Perímetro	34.243.191,66	4.498.930,54	13,14
Convênios e contratos	7.846.441,74	3.509.946,74	44,73
Apoio logístico	1.311.585,28	1.311.585,28	100,00
TOTAL	43.401.218,68	9.320.462,56	21,48

Fonte: Coordenação de Tecnologia e Operações Agrícolas.

TABELA 21-SITUAÇÃO DAS LICITAÇÕES DE ÁREAS IRRIGÁVEIS LANÇADAS.

NO	PERÍMETRO /ESTADO	EDITAL	CATEGORIA DE IRRIGANTE	LOTES INDIVIDUAIS (LI) / GRUPOS DE LOTES (GL)		ÁREA IRRIGÁVEL (HA)		SITUAÇÃO ATUAL
				Tipo	Lotes	Por categoria	Total	
1	Araras Norte-CE	1/2005 - DP/CTA	Empresa	GL	I	51,64	51,64	Em fase de assinatura de escritura
2	Tabuleiros de Russas-CE	2/2005 - DP/CTA	Empresa	LI	47	854,54	1.122,40	Em andamento. Edital aprovado pela PGE. Lançamento em jan/2006
				GL	I	50,98		
					II	33,32		
					III	32,63		
					IV	33,32		
					V	41,81		
					VI	34,25		
					VII	41,55		
3	Tabuleiros Litorâneos do Piauí-PI	3/2005 - DP/CTA	Empresa	GL	I	876,56	876,56	Em andamento. Abertura de proposta: 26/01/2006
4	Jaguaribe-Apodi-CE	4/2005 - DP/CTA	Empresa	GL	I	859,44	1.796,34	Suspensa judicialmente
					II	936,90		
5	Platôs de Guadalupe-PI	5/2005 - DP/CTA	Empresa	GL	I	244,04	244,04	Em andamento. Edital aprovado pela PGE. Lançamento em jan/2006
6	Baixo Acaraú-CE	6/2005 - DP/CTA	Empresa	LI	24	524,99	894,38	Em andamento. Edital aprovado pela PGE. Lançamento em jan/2006
				GL	I	196,29		Em andamento. Edital aprovado pela PGE. Lançamento em jan/2007
					II	95,49		
					III	41,27		
					IV	36,34		
7	Baixo Acaraú-CE	1/2005 - DP/CTA	P. P. Qualif.	LI	7	56,18	56,18	Edital elaborao. Previsão de lançamento em fev/2006
8	Tabuleiros de São Bernardo-MA	7/2005 - DP/CTA	Empresa	GL	I	1.101,13	1.101,13	Edital em fase de elaboração. Previsão de lançamento em fev/2006
TOTAL							6.142,67	

Fonte: Coordenação de Tecnologia e Operações Agrícolas.

TABELA 22-REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DOS PERÍMETROS IRRIGADOS.

N/O	PERÍMETROS	MUNICÍPIO	IRRIGANTES ASSENTADOS	SITUAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA					
				Até 2004	2005	Até fev 2006	Em carteira	Em andamento	A elaborar
CEST-PI									
1	Caldeirão	Piripiri	92	40	6	-	37	9	-
2	Fidalgo	Simplicio Mendes	86	78	8	-	-	-	-
3	Gurguéia *	Alvorada	194	-	-	-	-	-	194
4	Lagoas do Piauí	Luzilândia	177	87	52	-	16	-	22
5	Platôs de Guadalupe*	Guadalupe	82	-	-	-	-	-	82
6	Tabuleiros Litorâneos	Parnaíba	72	43	13	-	-	13	3
7	Tabuleiros São Bernardo	Magalhães Almeida	78	-	-	-	-	-	78
Subtotal			781	248	79	-	53	22	379
CEST-CE									
8	Araras Norte	Varjota	117	84	14	-	7	12	-
9	Ayres de Souza***	Sobral	121	-	-	-	-	-	121
10	Baixo Acaraú**	Marco	586	501	-	-	-	-	85
11	Curu Paraipaba	Pentecoste	792	6	5	-	9	498	274
12	Curu Recuperação	Pentecoste	177	61	15	5	25	71	-
13	Ema	Iracema	18	16	2	-	-	-	-
14	Forquilha	Forquilha	68	-	-	-	55	13	-
15	Icó-Lima Campos	Icó	466	-	1	38	126	90	211
16	Jaguaribe-Apodí	Limoeiro do Norte	210	-	-	-	-	-	210
17	Jaguaruana	Jaguaruana	40	10	-	-	23	7	-
18	Morada Nova	Morada Nova	876	-	-	-	-	17	859
19	Quixabinha	Mauriti	94	30	-	-	31	33	-
20	Tabuleiros de Russas *	Russas	658	-	-	-	-	596	62
21	Várzea do Boi	Tauá	117	113	-	-	4	-	-
Subtotal			4.340	821	37	43	280	1.337	1.822
CEST-RN									
22	Baixo Açú	Açú	123	80	25	-	18	-	-
23	Cruzeta	Cruzeta	23	-	-	-	-	-	23
24	Itans	Itans	74	-	-	-	-	-	74
25	Pau d'ós Ferros*	Pau dos Ferros	75	10	-	-	-	-	65
Subtotal			295	90	25	-	18	-	162
CEST-PB									
26	Engº Arco Verde	Condado	53	23	-	-	27	-	3
27	São Gonçalo*	São Gonçalo	482	-	32	-	208	-	242
28	Sumé****	Sumé	47	-	-	-	-	-	47
Subtotal			582	23	32	-	235	-	292
CEST-PE									
29	Boa Vista	Salgueiro	27	-	-	-	-	-	27
30	Cachoeira II	Serra Talhada	37	-	-	-	-	-	37
31	Custódia*****	Custódia	50	-	-	-	-	-	50
32	Moxotó*	Ibimirim	596	-	-	-	-	-	596
Subtotal			710	-	-	-	-	-	710
CEST-BA									
33	Brumado	Livramento	252	-	-	-	-	-	252
34	Jacurici	Itiúba	37	-	30	-	-	2	5
35	Vaza Barris	CANudos	168	-	-	-	-	-	168
Subtotal			457	-	30	-	-	2	425
TOTAL			7.165	1.182	203	43	586	1.361	3.790

Fonte: Coordenação de Tecnologia e Operações Agrícolas.

Observações:

* Processo de unificação

** Processo de licitação

*** Convênio com Estado do Ceará

**** Sem titulação/sem reserva legal

***** Perímetro sem água

3.2 Diretoria de Infra-Estrutura Hídrica

O Programa de Infra-Estrutura Hídrica-PROÁGUA foi iniciado em 1996, dentro dos preceitos da Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997, orientado para assegurar a ampliação da oferta de água de boa qualidade, promovendo o uso racional dos recursos hídricos disponibilizados em função de seus usos múltiplos, com prioridade para o consumo humano, de tal forma que a escassez relativa de água deixe de representar obstáculos ao desenvolvimento econômico e social.

A coordenação do PROÁGUA Infra-Estrutura é de responsabilidade da Unidade de Gerenciamento do PROÁGUA Obras-UGPO da Secretaria de Infra-estrutura Hídrica-SIH/MI. As necessidades detectadas permitem a elaboração do plano de trabalho anual e plurianual, executada em parceria com governos estaduais, municipais e pelas entidades vinculadas (DNOCS, CODEVASF, empresas estaduais e municipais). Tendo em vista a enorme capilaridade do sistema de produção e de distribuição de água, as ações são descentralizadas.

A prioridade é determinada segundo critérios de segurança hídrica, necessidade da comunidade, população atendida, benefícios gerados, relação custo/benefício e prazos de execução, contidos nos relatórios e nos planos de trabalhos elaborados pelos grupos de planejamento. A recomendação inicial é para dar continuidade às obras em andamento, com prioridade para a conclusão daquelas que se encontrem em fases mais avançadas. A contratação das obras previstas e aprovadas nos Planos Operativos Anuais-POA anteriores estará condicionada à disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros. A Equipe de Infra-estrutura Hídrica vem trabalhando no sentido de remover os entulhos do antigo sistema burocratizado e da excessiva setorização, que dificultam o fluxo de circulação de informações técnicas e de uma visão multisetorial das ações em andamento.

O trabalho de acompanhamento das ações desenvolvidas pelo próprio DNOCS ou através de convênios com governos estaduais e prefeituras, ainda carecem de informações de qualidade e em tempo hábil para a tomada de decisões, desde a elaboração do projeto até a implantação de infra-estrutura e prestação de contas. O problema é atribuído ao reduzido número de técnicos engajados no trabalho de acompanhamento, fiscalização e coleta mensal de informações sobre a aplicação de recursos públicos e o andamento de centenas de projetos. Existe uma norma do Ministério da Integração Nacional sobre os convênios com as prefeituras, que, se for seguir à risca, não se faz nenhum convênio.

Barragens

As ações do programa de infra-estrutura hídrica estão, fundamentalmente orientadas para atender às prioridades determinadas segundo critérios de segurança hídrica, necessidade da comunidade, população atendida, benefícios gerados, relação custo/benefício e prazos de execução, inclusive as necessidades detectadas pelas demandas dos governos estaduais, prefeituras municipais, parlamentares e pelas entidades vinculadas (DNOCS, CODEVASF etc), contidos nos relatórios e nos planos de trabalhos elaborados pelos grupos de planejamento.

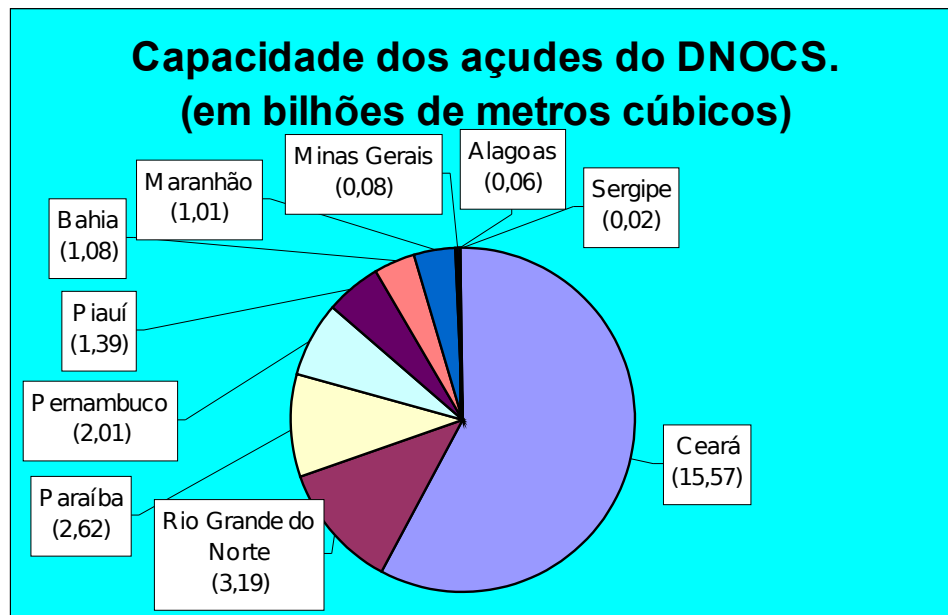
A execução descentralizada do PROÁGUA é em parceria com governos estaduais, municipais e organismos vinculados. As principais obras estruturantes do PROÁGUA estão em andamento, pois a maioria ultrapassa o período de um mandato de cargos eletivos dos governantes e foram iniciadas há vários anos.

O DNOCS conta atualmente com 323 açudes implantados, com capacidade para armazenamento de 27,02 bilhões de m³ de água, com maior concentração no Ceará, com 15,57 bilhões de m³, vindo a seguir Rio Grande do Norte com 3,18 bilhões de m³ e Paraíba com 2,61 bilhões de m³. A concentração das ações do DNOCS se justifica pela inclusão da maior parcela dos territórios desses estados na área de clima semi-árido e uma maior participação de outros órgãos nos demais estados do Nordeste.

**TABELA 23-RESUMO DOS PRINCIPAIS AÇUDES PÚBLICOS
CONSTRUÍDOS PELO DNOCS.**

ESTADO	QUANTIDADE	CAPADACIDADE (em mil m³)
Maranhão	1	1.014.000
Piauí	21	1.386.279
Ceará	83	15.570.483
Rio Grande do Norte	53	3.186.955
Paraíba	44	2.616.040
Pernambuco	40	2.006.485
Alagoas	24	57.896
Sergipe	11	19.510
Bahia	38	1.084.752
Minas Gerais	8	84.486
TOTAL	323	27.026.886

Fonte: Coordenação de Estudos e Projetos.





Barragem do Jucazinho-PE



Estação de tratamento d'água compacto. Sistema Jucazinho-PE.

TABELA 24-PRINCIPAIS BARRAGENS DO DNOCS DO PROGRAMA DE AÇUDAGEM PÚBLICA.

ORD	AÇUDE	LOCALIZAÇÃO	SISTEMA	RIO BARRADO	TIPO	CAPACIDADE (1000 m³)	ALTURA (m)	CONSTRUÇÃO	
								Início	Conclusão
MARANHÃO									
1	Flores	Joselândia	Parnaíba	Rio das Flores	BTZ	1.014.000	38,00		
PIAUI									
1	Aldeia	São Raimundo Nonato	Parnaíba	Piauí	BT	7.235	12,30	1911	1913
2	Caracol	São Raimundo Nonato	Parnaíba	Riacho Caracol	BT	585	7,30	1913	1913
3	Bonfim	São Raimundo Nonato	Parnaíba	Piauí	BT	3.821	11,00	1913	1914
4	Anajás	Piripiri	Parnaíba	Riacho Azedo	BT	1.283	11,60	1916	1918
5	Campo Maior	Campo Maior	Parnaíba	Rio Longã	BTH	600	7,00	1919	1920
6	Pé de Serra	Piripiri	Parnaíba	Riacho Pé de Serra	BTH	54	8,50	1920	1920
7	Uburanas	Piripiri	Parnaíba	Riacho Santana	BT	332	8,00	1920	1920
8	Poços	Itaueira	Parnaíba	Itaueira	BTH	911	13,00	1920	1922
9	Caldeirão	Piripiri	Parnaíba	Caldeirão	BTZ	54.600	22,10	1937	1945
10	Cajazeiras	Pio IX	Parnaíba	Condado	BTH	24.702	22,00	1951	1954
11	Barreiras	Fronteiras	Parnaíba	Catolé	BTH	52.800	39,40	1954	1965
12	Ingazeiras	Paulistana	Parnaíba	Canindé	BTH	25.720	21,40	1953	1965
13	São Raimundo Nonato	São Raimundo Nonato	Parnaíba	Riacho Cacimbas	BTZ	9.021	19,00	1980	1982
14	Beneditinos	Beneditinos	Parnaíba	Riacho Taboquinha	BTZ	4.290	17,40	1982	1984
15	Bocaina	Bocaina	Parnaíba	Rio Guaribas	BTZ	106.000	53,60	1992	1992
16	Joana	Pedro II	Parnaíba	Corrente	BTH	10.670	27,50	1983	1997
17	Petrônio Portela	São Raimundo Nonato	Parnaíba	Piauí	BTZ	181.248	37,00	1984	1997
18	Pedra Redonda	Conceição Canindé	Parnaíba	Canindé	BTE	216.000	50,70	1988	1998
19	Jenipapo	São João do Piauí	Parnaíba	Piauí	BE	248.000	39,50	1990	2001
20	Salinas	São Fco do Piauí	Parnaíba	Salinas	BTH	387.407	22,00	1991	2001
21	Algodões I	Cocal	Parnaíba	Riacho Pirangi	BTH	51.000	47,10	1955	2002
CEARÁ									
1	Cedro	Quixadá	Jaguaribe	Sitiá	BAP	125.694	20,00	1890	1906
2	Acaraú-Mirim	Massapê	Acaraú	Acaraú-Mirim	BTH	52.000	18,00	1900	1907
3	Breguedoff	Coreaú	Coreaú	Riacho União	BTH	272	8,00	1909	1910
4	Lagoa das Pombas	Aracati	Jaguaribe	Lagoa das Pombas	BT	2.231	4,60	1910	1910
5	Mocambinho	Sobral	Acaraú	Riacho Mocambinho	BT	1.332	10,00	1889	1910
6	São Miguel	Itapajé	Curu	Riacho São Francisco	BT	1.400	12,20	1909	1910
7	Guaiúba	Pacatuba	Metropolitana	Riacho Mata Fresca	BTH	2.441	11,00	1915	1916
8	São Pedro de Timbaúba	Miraíma	Litoral	Aracatiaçu	BT	19.259	15,00	1911	1916
9	Salão	Canindé	Curu	Riacho Salão	BTH	6.049	14,40	1911	1916
10	Baú	Pacatuba	Metropolitana	Riacho Mata Fresca	BTH	1.067	11,00	1916	1917
11	Caio Prado	Santa Quitéria	Acaraú	Riacho Cascavel	BTH	2.215	7,50	1916	1917
12	Mulungu	Itapipoca	Metropolitana	Mulungu	BTH	991	8,10	1915	1917

continua

TABELA 24-PRINCIPAIS BARRAGENS DO DNOCS DO PROGRAMA DE AÇUDAGEM PÚBLICA.

ORD	AÇUDE	LOCALIZAÇÃO	SISTEMA	RIO BARRADO	TIPO	CAPACIDADE (1000 m³)	ALTURA (m)	CONSTRUÇÃO	
								Início	Conclusão
13	Parazinho	Granja	Litoral	Parazinho	BTZ	2.602	11,60	1916	1917
14	Patos	Sobral	Acaraú	Aracatiaçu	BTH	7.553	17,00	1915	1918
15	Riacho do Sangue	Solonópole	Jaguaribe	Riacho do Sangue	BT	68.194	24,00	1915	1918
16	Tucunduba	Senador Sá	Acaraú	Tucunduba	BT	31.000	17,60	1912	1919
17	Várzea da Volta	Coreaú	Coreaú	Várzea da Volta	BT	12.500	14,60	1916	1919
18	Rajada	Itapipoca	Litoral	Riacho Figueiredo	BTH	4.000	25,00	1920	1920
19	Riachinho	Granja	Litoral	Riacho São Domingos	BT	505	7,50	1919	1920
20	São Francisco	Itapajé	Curu	Riacho São Francisco	BT	230	12,40	1920	1920
21	Amanari (Pocinhos)	Maranguape	Metropolitana	Riacho dos Pocinhos	BTH	11.300	19,10	1920	1921
22	Alto Alegre	Pacoti	Curu	Riacho Julião	BTH	629	9,20	1920	1921
23	Cachoeira (Sobral)	Sobral	Acaraú	Mata Fresca	BT	4.675	16,40	1919	1921
24	Forquilha	Forquilha	Acaraú	Riacho Oficina	BTZ	50.132	24,30	1919	1921
25	Poço Salgado	Sobral	Acaraú	Riacho Oficina	BT	406	6,00	1920	1921
26	Chaval	Granja	Litoral	Riacho Cruzeiro	BTH	570	8,80	1919	1922
27	Janguruçu	Messejana	Metropolitana	Cocó	BT	1.000	7,20	1920	1922
28	Formosa	Pacoti	Curu	Riacho das Queixadas	BT	1.156	12,80	1920	1923
29	Riachão	Pacatuba	Metropolitana	Riachão	BTH	6.500	22,00	1923	1923
30	Santa Maria do Aracatiaçu	Sobral	Litoral	Riacho Bom Jesus	BT	8.497	18,00	1920	1923
31	São Vicente	Santana do Acaraú	Acaraú	Riacho São Vicente	BT	9.845	13,90	1919	1923
32	Acarape do Meio (Eugênio Gudín)	Redenção	Metropolitana	Acarape	BAP	34.100	33,00	1909	1924
33	Bonito	Ipu	Acaraú	Ipuzinho	BT	6.000	21,40	1920	1924
34	Santo Antônio de Aracatiaçu	Sobral	Litoral	Aracatiaçu	BTH	24.185	24,40	1924	1924
35	Nova Floresta	Jaguaribe	Jaguaribe	Manoel Lopes	BTH	7.619	15,60	1924	1926
36	Santo Antônio de Russas	Russas	Jaguaribe	Palhano	BTH	24.000	14,00	1909	1928
37	Ema	Iracema	Jaguaribe	Riacho Bonsucesso	BT	10.400	18,50	1931	1932
38	Lima Campos	Icó	Jaguaribe	Riacho São João	BTZ	66.382	19,00	1932	1932
39	Feiticeiro (Joaquim Távora)	Pentecoste	Curu	Canindé	BTH	395.638	29,40	1950	1957
40	Choró (Pompeu Sobrinho)	Quixadá	Litoral	Choró	BTH	143.000	31,00	1932	1934
41	General Sampaio	General Sampaio	Curu	Curu	BTZ	322.200	37,60	1932	1935
42	Jaibaras (Ayres de Souza)	Sobral	Acaraú	Jaibaras	BTZ	104.400	28,80	1932	1938
43	Serrota	Pentecoste	Curu	Curu	BTH	4.571	22,00		1943
44	Várzea do Boi	Tauá	Jaguaribe	Riacho Carrapateiras	BTH	51.900	17,40	1951	1954
45	Poço do Barro	Morada Nova	Jaguaribe	Riacho Livramento	BT	54.704	23,00	1952	1956
46	Pentecoste (Pereira de Miranda)	Pentecoste	Curu	Canindé	BTH	395.638	29,40	1950	1956
47	São Mateus	Canindé	Curu	Canindé	BTH	10.338	22,40	1954	1957
48	Araras (Paulo Sarasate)	Reriutaba	Acaraú	Acaraú	BTZ	1.000.000	38,00	1951	1958
49	Poço da Pedra	Campos Sales	Jaguaribe	Conceição	BTH	52.000	31,40	1954	1958
50	Quixeramobim	Quixeramobim	Jaguaribe	Quixeramobim	BC	54.000	13,80	1920	1960
51	Quixabinha	Mauriti	Jaguaribe	Riacho dos Bois	BTZ	32.150	35,00	1951	1960
52	Orós (Pres. J. Kub. de Oliveira)	Orós	Jaguaribe	Jaguaribe	BTZ	2.100.000	54,00	1921	1962

continua

TABELA 24-PRINCIPAIS BARRAGENS DO DNOCS DO PROGRAMA DE AÇUDAGEM PÚBLICA.

ORD	AÇUDE	LOCALIZAÇÃO	SISTEMA	RIO BARRADO	TIPO	CAPACIDADE (1000 m³)	ALTURA (m)	CONSTRUÇÃO	
								Início	Conclusão
53	Caxitoré	Pentecoste	Curu	Caxitoré	BTH	202.000	41,00	1958	1962
54	São Gabriel	Irauçuba	Acaraú	Riacho São Gabriel	BTH	4.566	14,70	1965	1965
55	Banabuiú (Arrojado Lisboa)	Quixadá	Jaguaribe	Banabuiú	BTZ	1.700.000	57,70	1952	1966
56	Gomes	Mauriti	Jaguaribe	Riacho Gomes	BTZ	2.394	29,00	1967	1967
57	Monsenhor José Cândido	Boa Viagem	Jaguaribe	Riacho Fernandes	BTH	3.863	19,50	1967	1967
58	Pedras Brancas	Quixadá	Jaguaribe	Sitiá	BTE	434.049	33,60	1969	1978
59	Carão	Tamboril	Acaraú	Acaraú	BTH	23.000	18,50	1978	1980
60	Realejo	Crateús	Poti	Riacho Carrapateiras	BTH	31.551	19,90	1978	1980
61	Premuoca	Uruoca	Acaraú	Riacho São Francisco	BTH	5.203	13,40	1980	1981
62	Umari	Crato	Jaguaribe	Carás	BTH	28.787	28,70	1980	1982
63	Farias de Souza	Russas	Acaraú	Riacho Curtume	BTH	12.253	16,50	1981	1983
64	R. dos Carneiros (Manoel Balbino)	Caririaçu	Jaguaribe	Riacho dos Carneiros	BTH	37.181	35,30	1984	1985
65	Serrote (Edson Queiroz)	Santa Quitéria	Acaraú	Groaíras	BTE	250.500	43,00	1984	1986
66	Patu	Senador Pompeu	Jaguaribe	Patu	BTE	71.829	44,40	1984	1987
67	Caiçaras	Tauá	Jaguaribe	Riacho Carrapateiras	BC	1.070	6,00	1988	1988
68	Favelas	Tauá	Jaguaribe	Riacho Favelas	BTH	30.100	18,00	1987	1988
69	Forquilha II	Tauá	Jaguaribe	Riacho Carrapateiras	BT	3.000	12,64	1988	1988
70	Mundaú	Uruburetama	Mundaú	Mundaú	BTH	21.308	36,30	1986	1988
71	Frios	Umirim	Curu	Frios	BTH	33.025	20,70	1987	1989
72	Prezeres (Just. A. Feitosa)	Barro	Jaguaribe	Rio das Cuncas	BTH	32.500	42,80	1985	1989
73	Trici	Tauá	Jaguaribe	Trici	CCR	16.500	19,00	1988	1989
74	Tejuçuoca	Tejuçuoca	Curu	Tejuçuoca	BTH	28.800	25,50	1987	1990
75	Atalho	Brejo Santo	Jaguaribe	Riacho dos Porcos	BTH	108.200	42,00	1988	1991
76	Quinquê	Acopiara	Jaguaribe	Rio Quinquê	BC	7.134	15,50	1985	1991
77	Serafim Dias	Mombaça	Jaguaribe	Banabuiú	BH	43.000	25,00	1990	1995
78	Fogareiro (Antônio F. Antero)	Quixeramobim	Jaguaribe	Quixeramobim	BTH	118.000	40,00	1992	1996
79	Trussu (Roberto Costa)	Iguatu	Jaguaribe	Trussu	BH	263.000	36,30	1991	1996
80	Curral Velho	Morada Nova	Jaguaribe	Riacho Curral Velho	BT	11.000	13,00	1993	1997
81	Jenipapeiro II	Dep. I. Pinheiro	Jaguaribe	Jenipapeiro	BH	17.000	18,00	1992	1998
82	Santa Rosa	Marco	Acaraú	Acaraú	BC	200	8,00	1998	2000
83	Castanhão (Padre Cícero)	Alto Santo	Jaguaribe	Jaguaribe	CCR	6.700.000	64,50	1995	2003
RIO GRANDE DO NORTE									
1	Nova Cruz	Nova Cruz	Curimataú	Riacho Pau Barriga	BTH	150	5,60	1889	1889
2	Mossoró	Mossoró	Apodi	Riacho Barrinha	BS	100		1912	1912
3	Pau	Mossoró	Apodi	Rio Mossoró	BTH	264		1912	1912
4	Currais	Apodi	Apodi	Riacho Gitarana	BT	4.019	11,00	1911	1913
5	Corredor	Martins	Apodi	Riacho Pique	BT	4.643	10,50	1911	1914

continua

TABELA 24-PRINCIPAIS BARRAGENS DO DNOCS DO PROGRAMA DE AÇUDAGEM PÚBLICA.

ORD	AÇUDE	LOCALIZAÇÃO	SISTEMA	RIO BARRADO	TIPO	CAPACIDADE (1000 m³)	ALTURA (m)	CONSTRUÇÃO	
								Início	Conclusão
6	Santa Cruz I	Santa Cruz	Complementar	Riacho das Aroeiras	BTH	776	6,50	1913	1914
7	Mundo Novo	Caicó	Piranhas	Pedra Branca	BTZ	3.600	12,50	1912	1915
8	Santana do Pau dos Ferros	Pau dos Ferros	Apodi	Riacho Santana	BTH	7.000	12,00	1911	1915
9	Santo Antônio de Caraúbas	Caraúbas	Apodi	Riacho Santo Antônio	BTH	11.110	12,00	1912	1915
10	Ausentes	Mossoró	Apodi		BS	85	50,00	1916	1916
11	Bêbado	Macaíba	Complementar	Riacho Lagoa Grande/Urubu	BT	3.000	8,00	1915	1916
12	Ingá I	Mossoró	Apodi	Mossoró	BTH	160	14,00	1916	1916
13	Pessoa	São Miguel	Apodi	Riacho Riachão	BTH	251	8,00	1915	1916
14	Portalegre	Portalegre	Apodi	Riacho Sítio Alegre	BTH	80	13,00	1916	1916
15	Saco	Mossoró	Apodi	Riacho Bom Sucesso	BT	2.388	5,50	1916	1916
16	Vila de Caraúbas	Caraúbas	Apodi	Riacho Grnde	BTH	676	7,00	1916	1916
17	Acari	Acari	Piranhas	Acauã	BT	285	7,00	1915	1917
18	Vinte e Cinco de Março	Pau dos Ferros	Apodi	Riachos Lágrima/Meio	BTH	8.181	7,50	1915	1917
19	Arapuã	Luiz Gomes	Apodi	Angicos	BTZ	4.295	16,50	1915	1920
20	Serra Negra	Serra Negra do Norte	Piranhas	Riacho Espinhares	BS	57	4,10	1915	1920
21	Malhada Vermelha	Apodi	Apodi	R. Mineiro/Malhada Vermelha	BTH	7.616	15,50	1919	1923
22	Barrocas	Mossoró	Apodi	Mossoró	BS	250	1,50	1924	1927
23	Pauzinhos	Mossoró	Apodi	Mossoró	BT	228		1924	1927
24	Cruzeta	Cruzeta	Piranhas	Riacho São José/Salgado	BT	29.753	19,50	1920	1929
25	Morcego	Augusto Severo	Apodi	Riacho Cachoeirinha	BTH	7.900	14,50	1920	1932
26	Totoró	Currais Novos	Piranhas	Totoró	BTH	3.947	16,00	1932	1933
27	Lucrécia	Martins	Apodi	Riacho Mineiro	BTH	27.270	21,00	1932	1934
28	Itans	Caicó	Piranhas	Barra Nova	BTH	81.000	25,80	1932	1935
29	Inharé	Santa Cruz	Complementar	Inharé	BTH	17.600	23,00	1932	1937
30	Cerro Corá	Currais Novos	Complementar	Currais Novos	ATB	900	14,60	1937	1938
31	Pataxó	Ipanguaçu	Piranhas	Pataxó	BTH	24.500	16,50	1951	1954
32	Currais Novos	Currais Novos	Piranhas	Totoró	BT	3.815	10,90	1954	1954
33	Trairi	Tangará	Complementar	Trairi	BTH	35.229	27,00	1951	1954
34	Alecrim	Santana dos Matos	Piranhas	Santana dos Matos	BT	7.000	11,00	1953	1955
35	Bonito II	São Miguel	Apodi	Riacho São Miguel	BT	10.865	22,00	1953	1955
36	Riacho da Cruz II	Riacho da Cruz	Apodi	Riacho da Cruz	BT	9.604	28,10	1955	1957
37	Zangarelhas	Jardim do Seridó	Piranhas	Da Cobra	BTH	7.916	18,50	1954	1957
38	Marechal Dutra	Acari	Piranhas	Acauã	BC	40.000	32,50	1956	1959
39	Santa Cruz do Trairi	Santa Cruz	Complementar	Trairi	BTH	5.159	14,42	1957	1959
40	Sabugi	São José do Sabugi	Complementar	Sabugi	BTH	65.334	20,50	1962	1965
41	Japi II	São José do Campestre	Complementar	Jacu	BTH	20.649	25,60	1958	1965
42	Umarizal	Umarizal	Apodi	Riacho do Gavião	BTH	13.095	14,00	1957	1965
43	Caldeirão Parelhas	Parelhas	Piranhas	Caldeirão	BT	10.194	20,00	1959	1967
44	Pau dos Ferros	Pau dos Ferros	Apodi	Apodi	BTH	54.846	25,40	1965	1967

continua

TABELA 24-PRINCIPAIS BARRAGENS DO DNOCS DO PROGRAMA DE AÇUDAGEM PÚBLICA.

ORD	AÇUDE	LOCALIZAÇÃO	SISTEMA	RIO BARRADO	TIPO	CAPACIDADE (1000 m³)	ALTURA (m)	CONSTRUÇÃO	
								Início	Conclusão
45	Poço Branco (Eng ^a J. Batista Rego)	Poço Branco	Complementar	Ceará Mirim	BTZ	135.000	45,00	1960	1970
46	Mendobim	Açu	Piranhas	Paraú	BTH	76.349	25,70	1963	1972
47	Pilão	Pinhões	Apodi	Alexandria	BTH	5.902	15,50	1976	1977
48	Sossego	Rodolfo Fernandes	Apodi	Riacho Sossego	BTH	2.350	13,00	1976	1977
49	Tesoura	Francisco Dantas	Apodi	Riacho Tesoura	BTH	4.000	12,90	1976	1978
50	Caiçaras (Marcelino Vieira)	Marcelino Vieira	Apodi	Varzinha	BTH	8.292	19,60	1980	1981
51	Dourado	Currais Novos	Piranhas	Currais Novos	BT	10.322	26,50	1980	1982
52	Açu (Eng ^a Armando R. Gonçalves)	Açu	Piranhas	Piranhas/Açu	BTZ	2.400.000	41,00	1979	1983
53	Flexas	José da Penha		Riacho Flexa	BTH	8.950	11,67	1981	1983
PARAÍBA									
1	Batalhão (Taperoá)	Taperoá	Paraíba	Riacho Angico	BT	267		1897	1898
2	Poços	Teixeira	Piranhas	Grande	BT	2.000	6,60	1888	1889
3	Cajazeiras I	Cajazeiras	Piranhas	Riacho Boi Morto	BTH	2.600	9,50	1915	1916
4	Bodocongó	Campina Grande	Paraíba	Riacho Bodocongó	BTZ	1.020	15,00	1915	1917
5	Mogeiro	Itabaiana	Paraíba	Riacho Gameleira	BT	314	20,00	1911	1918
6	Cedro II	Princesa Izabel	Piranhas	Riacho Grande	BT	500	15,20	1921	1921
7	Dona Inês	Bananeira	Curimataú		BT	7.405	15,00	1920	1921
8	Fragoso	Solânea	Complementar	Riacho Fragoso	BTH	300	10,50	1921	1923
9	Macapá	Princesa Izabel	Piranhas	Riacho Macapá	BT	2.656	16,20	1922	1923
10	Negrinhos	Soledade	Paraíba	Córrego Zezês	BT	611	9,40	1920	1923
11	Ingá II	Ingá	Paraíba	Riacho das Piabas	BTH	129	7,50	1922	1924
12	Brabo	Cabaceiras	Paraíba	Riacho Brabo	BT	687	12,20	1928	1929
13	Barra do Xandu	Cabaceiras	Paraíba	Riacho Xandu	BT	928	13,60	1930	1932
14	Pilões	Antenor Navarro	Piranhas	Riacho Triunfo	BAP	13.000	14,00	1932	1933
15	Riacho dos Cavalos	Catolé do Rocha	Piranhas	Riacho dos Cavalos	BT	17.699	13,50	1932	1933
16	Santa Luzia	Santa Luzia do Sabugi	Piranhas	Quipaná	BT	11.960	19,00	1932	1933
17	Soledade	Soledade	Paraíba	Riacho Macaco	BT	27.058	19,50	1912	1933
18	Condado (Eng ^o Arcoverde)	Condado	Piranhas	Timbaúba	BTH	35.600	23,00	1932	1936
19	Piranhas (Eng ^o Ávidos)	Cajazeiras	Piranhas	Piranhas	BTZ	255.060	45,00	1932	1936
20	São Gonçalo	Souza	Piranhas	Piranhas	BT	44.600	44,00	1932	1936
21	Curema (Eng ^a Estevão Marinho)	Piancó	Piranhas	Piancó	BTZ	720.000	47,00	1939	1943
22	Tribofe	Belém	Complementar	Riacho Tribofe	BT	197	12,00	1953	1953
23	Congo	Congo	Paraíba	Riacho Velha Antônia	BT	6.674	18,00	1952	1954
24	Jatobá I	Patos	Piranhas	Riacho dos Mares	BTH	515	19,40	1953	1954
25	Algodões	Remígio	Complementar	Algodão da Jandaira	BTH	1.025	12,00	1953	1955
26	Gado Bravo	Aroeiras	Paraíba	Riacho Mulungu	BT	693	18,00	1953	1955
27	Lagoa do Meio	Taperoá	Paraíba	Riacho da Silva	BT	6.648	17,80	1951	1955

continua

TABELA 24-PRINCIPAIS BARRAGENS DO DNOCS DO PROGRAMA DE AÇUDAGEM PÚBLICA.

ORD	AÇUDE	LOCALIZAÇÃO	SISTEMA	RIO BARRADO	TIPO	CAPACIDADE (1000 m³)	ALTURA (m)	CONSTRUÇÃO	
								Início	Conclusão
28	Boq. de Cabaceiras (Ep. Pessoa)	Boqueirão	Paraíba	Paraíba	BTH	535.680	55,70	1953	1956
29	Escondido I	Belém do Brejo da Cruz	Paraíba	Riacho dos Porcos	BT	16.579	13,00	1953	1956
30	Mãe de água (Engº E. C. da Cunha)	Piancó	Piranhas	Aguiar	BS	638.000	35,00	1953	1956
31	Curimataú	Coité	Curimataú	Poleiros	BT	5.989	17,50	1952	1958
32	Sumé	Sumé	Paraíba	Sucuriú	BT	36.800	23,80	1957	1962
33	Cruz do Riacho	Umbuzeiro	Paraíba	Cruz do Riacho	BTH	782	15,60	1958	1963
34	Cruz de Pocinhos	Pocinhos	Paraíba	Riacho Floriano	BT	8.478	18,00	1958	1966
35	Jatobá II	Princesa Izabel	Piranhas	Riachos Gravatá/Jatobá	BT	4.429	22,40	1964	1966
36	Riacho Santo Antônio	Cabaceiras	Paraíba	Das Almas/Boi Bravo	BT	6.833	15,50	1955	1966
37	Serra Branca	Serra Branca	Paraíba	Riacho São João do Cariri	BTH	2.117	13,70	1965	1966
38	São Mamede	São Mamede	Piranhas	Riacho Serra Branca/Rio Sabugi	BTH	15.791	14,90	1967	1969
39	Engº Arcoverde	Condado	Piranhas	Rio Timbaúba	BTH	35.000	20,76	1932	1936
40	Cacimba da Várzea	Solânea	Curimataú	Curimataú	BTH	9.264	26,30	1981	1982
41	Poções	Monteiro	Paraíba	Riacho Mulungu	BTH	29.862	18,70	1980	1982
42	São Pedro	Campina Grande	Paraíba	São Pedro	BTH	3.954	14,00	1984	1984
43	Santa Inês	Conceição	Piranhas	Riacho Santa Inês	BTH	26.115	37,70	1982	1985
44	Lagoa do Arroz	Cajazeiras	Piranhas	Riacho Cacaré	BTH	80.221	37,00	1983	1987
PERNAMBUCO									
1	Serra dos Cavalos	Caruaru	Ipojuca	Riacho Capoeirão	BTH	987	14,40	1916	1916
2	Malhada da Pedra	Caruaru	Complementar	Riacho Malhada da Pedra	BT	550	9,00	1921	1921
3	Terra Nova	Petrolina	São Francisco	Terra Nova	BT	1.221	26,50	1919	1928
2	Pedra de água	Pesqueira	S. Fco / Ipanema		BAP	116	10,70	1932	1933
5	Tamboril I	Arcoverde	S. Fco / Moxotó	Riacho do Mel	BT	114	4,50	1933	1933
6	Parnamirim	Parnamirim	S. Fco / Brigida	Parnamirim	ATB	5.715	9,50	1933	1934
7	Quebra Unhas	Floresta	S. Fco / Pajeú	Quebra Unhas	BT	3.190	14,50	1932	1934
8	Saco I	Serra Talhada	S. Fco / Pajeú	Riacho Saco	BAP	36.000	30,50	1932	1936
9	Cachoeira I	Sertânea	S. Fco / Moxotó	Riacho Grande	BT	5.950	21,50	1932	1936
10	Serigi	Macaparana	Capibaribe	Riacho Serigi	BT	270	15,00	1950	1950
11	Pati	Ouricuri	S. Fco / Brigida	Pati	ATB	402	15,00	1952	1952
12	Pau Branco	Afrânio	São Francisco	Pau Branco	BTH	3.000	19,40	1949	1952
13	Vira Beiju	Petrolina	São Francisco	Riacho Pau dos Ferros	BT	11.800	15,20	1952	1953
14	Abóboras	Parnamirim	S. Fco / Terra Nova	São Domingos	BT	14.350	15,50	1953	1954
15	Arrodeio	São José do Belmonte	S. Fco / Pajeú	Riacho Ipueiras	BT	14.522	12,00	1953	1956
16	Poço da Cruz (Francisco Sabóia)	Ibimirim	S. Fco / Moxotó	Moxotó	BE	504.000	42,50	1937	1958
17	Tamboril (Engº Camacho)	Ouricuri	S. Fco / Brigida	Tamboril	BT	27.665	19,50	1954	1958

continua

TABELA 24-PRINCIPAIS BARRAGENS DO DNOCS DO PROGRAMA DE AÇUDAGEM PÚBLICA.

ORD	AÇUDE	LOCALIZAÇÃO	SISTEMA	RIO BARRADO	TIPO	CAPACIDADE (1000 m³)	ALTURA (m)	CONSTRUÇÃO	
								Início	Conclusão
18	Guilherme de Azevedo	Caruaru	Ipojuca	Riachos Taquara/Olheiros	BT	766	15,40	1958	1959
19	Boa Vista	Salgueiro	S. Fco / Terra Nova	Riacho Boa Vista	BT	16.448	23,00	1958	1960
20	Engº Severino Guerra (Bituri)	Belo Jardim	Ipojuca	Bituri	BTH	15.600	24,00	1957	1960
21	São Caetano	São Caetano	Ipojuca	Brejo dos Coelhos	BAP	378	14,60	1958	1960
22	Vertente do Heráclito	Surubim	Capibaribe	Riachos Orondongo/ Bengala	BT	366	19,60	1958	1960
23	Bonito Grande	Bonito	Uma	Bonito Grande	BCC	86	7,30	1959	1962
24	Garanhuns	Garanhuns	Complmentar	Riacho Mundaú	BTH	1.969	16,30	1958	1963
25	Barra	Sertânea	S. Fco / Moxotó	Riacho Barra	BT	2.738	17,80	1955	1964
26	Araripina	Araripina	S. Fco / Brígida	Riacho Sohen	BT	3.702	19,00	1963	1965
27	Cachoeira II	Serra Talhada	S. Fco / Pajeú	Cachoeira	BAP	21.031	30,10	1958	1965
28	Cruzeiro	São José do Belmonte	S. Fco / Pajeú	Mundo Novo	BT	503	11,20	1966	1966
29	Mororó	Pedra	S. Fco / Ipanema	Riacho Mororó	BTZ	2.929	23,70	1963	1966
30	Arcoverde	Pedra	S. Fco / Ipanema	Riacho Mororó	BTZ	16.800	30,80	1966	1967
31	Custódia	Custódia	S. Fco / Moxotó	Riacho Quintimbu	BT	21.623	21,25	1958	1967
32	Saco II	Sta Maria da Boa Vista	S. Fco / das Graças	Rio das Garças	BTH	123.524	26,70	1962	1970
33	Barra do Juá	Floresta	S. Fco / Pajeú	Riacho do Navio	BTH	71.474	26,60	1980	1982
34	Entremontes	Parnamirim	S. Fco / Brígida	São Pedro	BTH	339.334	29,50	1980	1982
35	Salgueiro	Salgueiro	S. Fco / Terra Nova	Riacho Pitombeira	BTH	14.698	13,90	1983	1984
36	Rosário	Iguaraci	S. Fco / Pajeú	Riacho do Cedro	BTZ	34.990	19,90	1981	1985
37	Serrinha	Serra Talhada	S. Fco / Pajeú	Pajeú	BTZ	311.000	37	1986	1996
38	Belo Jardim	Belo Jardim				30.000			1998
39	Jucazinho (Antônio G. Neto)	Surubim/Cumarú	Capibaribe	Capibaribe	CCR	327.035	63,20	1996	1998
40	Brotas	Afogados de Ingazeiras				19.639			
ALAGOAS									
1	Palmeira dos Índios (ex-Coruripe)	Igaci	Coruripe	Coruripe	BTH	3.738	16,10	1938	1939
2	Volta	Santana do Ipanema				1.298			1950
3	Jacaré dos Homens	Jacaré dos Homens	S. Fco / Jacaré	Riacho Currais	BAP	567	14,60	1953	1953
4	Major Isidoro	Major Isidoro	São Francisco	Riacho Angico	BTH	296	10,00	1953	1953
5	Poço das Trincheiras	Poço das Trincheiras	S. Fco / Ipanema	Riacho Boqueirão	BTH	718	20,40	1953	1953
6	Sertão de Baixo	Major Isidoro	São Francisco	Riacho dos Cavalos	BTH	1.732	13,20	1953	1953
7	Ponciano	Jirau do Ponciano	S. Fco / Traipu	Riacho do Boi	BTH	758	15,70	1954	1954
8	Riacho do Bode	Santana do Ipanema	S. Fco / Ipanema	Riacho do Bode	BTH	1.057	18,50	1954	1955
9	Colégio	Feira Grande	São Francisco	Riacho das Cruzes	BTH	588	15,00	1955	1956
10	Caraiabinhas	Palmeira dos Índios	Complementar	Riacho Doce	BTH	720	11,20	1956	1958
11	Pai Mané	Cacimbinhas	São Francisco	Riacho Amaro Ferreira	BTH	2.116	14,00	1956	1958
12	Craibas dos Nunes	Craibas	São Francisco	Riacho Primavera	BTH	490	10,90	1958	1959
13	Pariconha	Água Branca	S. Fco / Pariconha	Riacho Zé Pereira	BTH	1.272	18,40	1956	1960
14	Travessia	Major Isidoro	S. Fco / Traipu	Riacho das Galinhas	BTH	414	11,70	1960	1962
15	Arapiraca	Arapiraca	S. Fco / Perucaba	Perucaba	BTH	4.131	11,10	1964	1965

continua

TABELA 24-PRINCIPAIS BARRAGENS DO DNOCS DO PROGRAMA DE AÇUDAGEM PÚBLICA.

ORD	AÇUDE	LOCALIZAÇÃO	SISTEMA	RIO BARRADO	TIPO	CAPACIDADE (1000 m³)	ALTURA (m)	CONSTRUÇÃO	
								Início	Conclusão
16	Dois Riachos	Dois Riachos	S. Fco / Ipanema	Maroto	BTH	250	11,60	1964	1965
17	Gravatá	Mata Grande	S. Fco / Moxotó	Riacho Gravatá	BTH	8.370	19,60	1960	1965
18	Retiro	Palestina	São Francisco	Riacho Varzinha	BTH	1.704	13,80	1962	1965
19	Campo Grande	Campo Grande	São Francisco	Itiúba	BTH	1.785	15,80	1962	1966
20	Jaramataia	Jaramataia	S. Fco / Traipu	Riacho do Sertão	BTH	19.005	25,50	1962	1967
21	São José da Tapera	São José da Tapera	São Francisco	Riacho do Urubu	BTH	1.529	12,90	1967	1967
22	Maravilha	Maravilha	São Francisco	Riacho Senhor Deus	BTH	1.613	11,50	1967	1968
23	Sinimbu (Delmiro Gouveia)	Delmiro Gouveia	São Francisco	Sinimbu	BTH	3.057	12,20	1968	1969
24	Socorro	Mata Grande	São Francisco	Seminário	BTH	688	11,20	1994	1995
SERGIPE									
1	Taboca	Simão Dias	Vaza Barris	Taboca	BT	115	8,50	1913	1914
2	Cuité	Frei Paulo	Vaza Barris	Riacho Cuité	BTZ	824	17,00	1929	1932
3	Carira	Carira	Sergipe	Grutião do Carira	BT	822	15,20	1953	1955
4	Ribeirópolis	Ribeirópolis	Sergipe	Riacho do Cajueiro	BTH	920	17,40	1947	1956
5	Itabaiana	Itabaiana	Sergipe	Riacho Marcela	BTH	2.710	14,80	1953	1957
6	Cumbe	Cumbe	Complementar	Riacho Marmelo	BT	998	20,00	1956	1958
7	Glória	Nossa Senhora da Glória	São Francisco	Riacho Pau do Cedro	BT	587	14,60	1957	1958
8	Alagadiço II	Frei Paulo	Vaza Barris	Riacho Campinas	BT	1.062	15,50	1958	1960
9	Lagoa do Rancho	Porto da Folha	São Francisco	Riacho Jabuti	BT	1.614	19,80	1961	1965
10	Algodoeiros	Nossa Senhora da Glória	São Francisco	Riacho do Algodoeiro	BT	1.868	15,40	1964	1966
11	Três Barras	Gracho Cardoso	São Francisco	Três Barras	BTH	7.990	21,16	1967	1968
BAHIA									
1	Miguel Calmon	Serrinha	Paraguaçu	Riacho Grande	BT	500	9,80	1912	1913
2	Poço do Cachorro	Itiúba	Itapicuru	Poço do Cachorro	BVA	965	6,80	1913	1913
3	Lajinha	Monte Santo	Itapicuru	Riacho Garrote	BT	703	10,00	1912	1917
4	Cariacá	Monte Santo	Itapicuru	Cariacá	BT	3.094	20,60	1913	1919
5	Riacho da Onça	Queimadas	Itapicuru	Riacho da Onça	BT	2.287	10,20	1912	1919
6	Rancharia	Juazeiro	São Francisco	Riacho do Mel	BTH	269	9,00	1919	1921
7	Riacho do Sítio	Senhor do Bonfim	Itapicuru	Riacho do Sítio	BAP	896	13,50	1912	1921
8	Jenipapo	Queimadas	Itapicuru	Riacho Itiúba	BGV	1.000	7,40	1920	1922
9	Tapera	Santa Cruz	Itapicuru	Riacho das Cacimbas	BT	2.404	13,00	1920	1922
10	Riacho do Peixe	Jacobina	Itapicuru	Riacho do Peixe	BT	8.247	15,10	1920	1927
11	Juraci Magalhães	Itaberaba	Paraguaçu	Piranhas	BCC	4.630	13,40	1932	1933
12	Monteiro	Queimadas	Itapicuru	Riacho do Monteiro	ATB	3.007	8,50	1932	1933
13	Macaúbas (CODEVASF)	Macaúbas	São Francisco	Sapicado e Riachão	BT	20.900	21,70	1932	1936
14	Valente	Conceição do Coité	Itapicuru	Riacho do Cocho	BT	4.640	28,20	1937	1940

continua

TABELA 24-PRINCIPAIS BARRAGENS DO DNOCS DO PROGRAMA DE AÇUDAGEM PÚBLICA.

ORD	AÇUDE	LOCALIZAÇÃO	SISTEMA	RIO BARRADO	TIPO	CAPACIDADE (1000 m³)	ALTURA (m)	CONSTRUÇÃO	
								Início	Conclusão
15	Tancão do Caititu	Condeúba	Complementar	Riacho da Onça	BT	600			1953
16	Barra do Mendes	Barra do Mendes	São Francisco	Riacho dos Milagres	BT	1.000	5,00	1953	1954
17	Champrão	Condeúba	Rio de Contas	Condeúba	BT	5.982	19,80	1949	1955
18	Jacurici (Rômulo Campos)	Itiúba	Itapicuru	Jacurici	BTH	146.819	28,20	1948	1956
19	Ribeirão do Bom Jesus	Ilhéus	Complementar	Ribeirão do Bom Jesus	BT	89	11,20	1954	1956
20	Sohen (Bonfim)	Senhor do Bonfim	Itapicuru	Jaguarari	BTH	14.656	22,60	1950	1956
21	Morrinhos	Poções	Rio de Contas	Rio das Mulheres	BT	3.110	17,00	1954	1957
22	Serrote	Serrolândia	Itapicuru	Mulungu/Barrocas	BT	10.776	23,20	1920	1958
23	Araci (Poço Grande)	Araci	Itapicuru	Pau do Pique	BTH	65.839	27,40	1956	1965
24	Ceraíma (CODEVASF)	Guanambi	São Francisco	Carnaíba de Dentro	BTH	50.000	30,00	1950	1965
25	Cocorobó	Euclides da Cunha	Vaza Barris	Vaza Barris	BTH	245.376	33,50	1951	1967
26	São Domingos	Valente	Paraguaçu	Riacho São Domingos	BT	1.966	14,50	1963	1967
27	Tremedal	Tremedal	Rio de Contas	Ressaca	BT	23.752	32,00	1958	1967
28	Adustina	Paripiranga	Vaza Barris	Rio do Poço	BTH	13.431	20,00	1957	1969
29	Quicé	Senhor do Bonfim	Itapicuru	Itapicuru Mirim	BCC	4.232	14,00	1958	1969
30	Pinhões	Curuçá e Juazeiro	São Francisco	Curuçá	BTA	15.216	11,80	1955	1972
31	Delfino	Campo Formoso	São Francisco	Riacho Morim	BT	2.108	17,40	1980	1981
32	Tábua II	Ibiassucê	Rio de Contas	Jiquitai	BTH	2.067	14,40	1980	1981
33	Brumado (Luiz Vieira)	Rio de Contas	Rio de Contas	Brumado	BTTH	105.000	60,00	1977	1983
34	Andorinha II	Senhor do Bonfim	Itapicuru	R. Olho d'água da Jabuticaba	BTH	13.681	17,00	1982	1984
35	Anagé	Anagé/Caraíbas	Rio de Contas	Gavião	BTE	255.630	53,50	1987	1988
36	Jacaré	Ibiassucê	Rio de Contas	Jacaré	BTZ	5.500	22,50	1990	1992
37	Truvisco	Caculê	Rio de Contas	Rio do Salto	BTH	39.000	28,00	1993	1997
38	Riacho do Paulo	Livr. de N. Senhora	Rio de Contas	Riacho do Paulo	BTH	5.380	25,00	1993	1998
MINAS GERAIS									
1	Coração de Jesus	Coração de Jesus	Complementar	Lagoa dos Patos	BTTH	1.933	16,40	1956	1959
2	Ribeirão dos Porcos	Montes Claros	Complementar	Riacho do Cocho	BT	261	18,00	1958	1959
3	Estreito II (Extreito Rio Verde)	Espinosa	Complementar	Verde Pequeno	BTH	75.864	26,00	1955	1961
4	Angical	Monte Azul	São Francisco	Córrego Angical	BTH	1.000	22,00	1991	1992
5	Catuti	Catuti	São Francisco	Riacho V Grande	BTH	3.100	8,00	1993	1994
6	Muralte	Montes Claros				528			2002
7	Matrona	Salinas				1.200			2005
8	Icará	Icará				600			

Fonte. Coordenação de Estudos e Projetos.

conclusão

Tipos de barragens:

ATB - Aterro Barragem

BAP - Barragem de Alvernaria de Pedra

BC - Barragem de Concreto

BCC - Barragem de Concreto Ciclópico

BCCP - Barragem de Concreto Compactado

BE - Barragem de Enrocamento

BGV - Barragem de Gravidade Vertedoura

BS - Barragem Submersível

BT - Barragem de Terra

BTE - Barragem de Terra e Enrocamento

BTH - Barragem de Terra Homogênea

BTZ - Barragem de Terra Zoneada

BV - Barragem Vertedoura

BVA - Barragem Vertedoura de Alvernaria.

CCR - Cimento Compactado a Rolo

Coordenação de Obras-COB

Açude Estreito-PI.

O açude Estreito com capacidade para 11 milhões m³, localizado no município de Padre Marcos-PI, barra o rio Boa Esperança e deverá beneficiar cerca de 50.000 habitantes nos municípios de Francisco Macêdo, Alegrete do Piauí, Padre Marcos, Belém do Piauí, Jaicós, Massapê do Piauí e Marcolândia. O açude encontra-se atualmente com o projeto executivo concluído e o convênio firmado com o Governo do Piauí, devendo reiniciar as obras em fevereiro próximo. A barragem está em fase de construção com cerca de 28% da obra realizada, 8,0 m de altura, faltando concluir o sangradouro. A barragem será construída em concreto compactado a rolo, com vertedouro do tipo labirinto em canal lateral na obreira esquerda. Encontra-se concluído o cadastro dos atingidos pela barragem.

Barragem Piau-PI.

A Barragem de Piau-PI com capacidade de acumulação de 60 milhões de m³, está localizada no semi-árido e se destina ao abastecimento de Pio IX, São Julião e alguns povoados, beneficiando cerca de 40.000 habitantes. Houve dificuldades no fechamento do projeto executivo da barragem, em razão de problemas técnicos relacionados à geologia da área do vertedouro. Após a superação do problema, a obra ganhou ritmo normal a partir de outubro de 2005. A planilha contratual foi readequada para permitir a execução das obras em conformidade com o projeto executivo.

Complexo Castanhão-CE.

A construção da barragem de Castanhão em Jaguaribara-CE, com capacidade de acumulação de 6,7 bilhões m³, sendo 4,5 bilhões para acumulação e 2,2 bilhões para volume de espera e de controle de cheias, foi iniciada em 1995 e concluída em 2003. A barragem gerou suporte hídrico suficiente para uma vazão regularizada de 22,0 m³/s (com 90% de garantia). Volume esse, adicionada à vazão remanescente de 7,0 m³/s do açude Orós, poderá irrigar cerca de 30.000 ha, nos perímetros de irrigação de Tabuleiros de Russas (10.762 ha), Morada Nova (4.333 ha) e Jaguaribe-Apodi (5.393 ha) e irrigações pontuais à montante e à jusante da barragem. De início serão beneficiados os municípios de Jaguaribe, Jaguaretama e Jaguaribara à montante da barragem, e de Alto Santo, São João do Jaguaribe, Morada Nova, Limoeiro do Norte, Jaguaruana, Tabuleiro do Norte, Russas, Quixeré, Itaiçaba e Palhano à jusante.

Vem sendo desenvolvidos uma série de ações complementares de reassentamento da população urbana, relocação dos estabelecimentos rurais e implantação de projetos produtivos e de controle ambiental no entorno do açude. O sistema permite o abastecimento de uma população de 3,3 milhões de habitantes, com a implantação dos projetos de irrigação e piscicultura deverá gerar 130 mil empregos diretos e 170 mil indiretos, segundo cálculos do governo. Ao final de 2005, estavam finalizadas cerca de 87% das ações previstas.

As obras do complexo que se encontram prontas são a barragem, desapropriação de 58.000 ha, desmatamento racional de 7.650 ha, construção da estrada variante da BR 116, reassentamento urbano e rural de 2.230 famílias, estações de climatologia e sismologia, estação de piscicultura, infra-estrutura urbana, estradas vicinais, rede de distribuição de energia elétrica, construção de núcleos habitacionais e início de operação dos projetos produtivos de irrigação e piscicultura.

No final de 2005 foram firmados dois convênios com o Governo do Ceará para implantação da estrada de acesso ao Alagamar, partindo de Jaguaratama, e a construção de adutoras para atender as populações rurais reassentadas. O Castanhão está sendo um laboratório de pesquisa de desenvolvimento sustentável de 1.700 famílias rurais, dos quais 1.119 foram transferidas. No reassentamento urbano de 1.160 famílias, 950 foram transferidas para Nova Jaguaribara e 120 para Jaguaratama, onde o DNOCS adquiriu um terreno para a construção das casas.

Para a estação de piscicultura foram feitas indenizações pela desapropriação das áreas de implantação de projetos produtivos. As ações ambientais estão sendo desenvolvidas paralelamente com as estações ecológica, climática e sismológica. Sobre segurança patrimonial e ambiental ainda não foi possível a contratação de pessoal especializado para a execução da tarefa.

O complexo Castanhão vem sendo complementada com a implantação de um sistema de adutoras e canais de transposição, denominado Canal da Integração, com uma vazão máxima prevista para 22 m³/s, que atravessará as bacias hidrográficas dos rios litorâneos, para ampliar a capacidade de suporte do sistema de abastecimento da região metropolitana de Fortaleza e do complexo portuário de Pecém, cobrindo uma distância total de 255 Km, potencializando o desenvolvimento dos municípios ao longo do canal. O canal permite suprir a demanda atual da RMF (11,1 m³/s) e os perímetros de irrigação de Tabuleiros de Russas (4,64 m³/s), Morada Nova (1,62 m³/s) e margens irrigáveis dos rios litorâneos (4,73 m³/s).

Barragem Figueiredo-CE.

Com capacidade para 520 milhões de m³, a barragem Figueiredo será construída na bacia do rio Jaguaribe, entre as cidades de Alto Santo e Iracema. Todos os estudos foram elaborados pelo Governo do Ceará, à exceção dos estudos de sustentabilidade, que deverá ser contratado pelo DNOCS. Aguarda-se a renovação da Medida Provisória-MP e concessão da Licença de Instalação-LI que foi solicitada à SEMACE, e da outorga do direito de uso da água para que se dê início aos processos licitatórios para construção e supervisão das obras da barragem. Ainda no exercício de 2005 foi publicado o decreto de desapropriação da área a ser atingida com a construção da barragem. Estão sendo implementadas as ações relativas à atualização do cadastro e da tabela de preços para pagamento das indenizações. Deverá também ser revisada a tabela de preços do projeto elaborado pelo Governo do Estado, em 2001. Mas existe uma solicitação do Ministério para que o crédito seja reaberto, o que possibilitará os trabalhos de indenização e os estudos complementares e de sustentabilidade.

Açude Bujari-RN.

A barragem Bujari com capacidade para 20 milhões de m³, está localizada na região do agreste do Rio Grande do Norte e deverá beneficiar uma população da ordem de 250.000 habitantes. Estão em processo de licitação, a elaboração dos estudos de projeto executivo, levantamento cadastral, estudos ambientais, estudos de sustentabilidade, plano de reassentamento e plano de ação social. Com pouco tempo para desenvolver as atividades de estudos e projetos sobre o empreendimento, o DNOCS teve condições de licitar somente o projeto executivo e os estudos ambientais (EIA/RIMA).

Após a conclusão da etapa de estudos, prevista para julho de 2006, e a da licença de instalação, outorga e certificado de sustentabilidade, será dado início à execução das obras de construção da barragem.

Barragem Berizal-MG.

A barragem Berizal com capacidade de acumulação de 339 milhões de m³, visa o abastecimento dos municípios de Berizal, São João do Paraíso, Rio Pardo de Minas, Taiobeiras e Indaiabira, e ainda suprir uma área irrigável de 10.000 ha. A conclusão da barragem, permitirá beneficiar cerca de 120.000 habitantes da região. A construção da barragem foi iniciada em 1998 e esteve paralisada no período de julho de 2002 até novembro de 2004, devido ao embargo da Fundação Estadual do Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais-FEAM. Está atualmente com 40% das obras executadas, encontrando-se parcialmente construídas as obras de escavação do vertedouro (concretagem), estando concluída a concretagem da galeria de tomada d'água e escavação das cavas de fundação nas ombreiras.

As obras do vertedouro e da tomada d'água, estão sendo implementadas em caráter emergencial, com o objetivo de sua preservação, conforme autorização do TCU. A liberação definitiva das obras do empreendimento será possível somente após a concessão da Licença de Instalação Corretiva, a ser fornecida pelo IEF de Minas Gerais. Toda a documentação necessária para obtenção da LI foi entregue ao órgão ambiental que está procedendo análise. Os trabalhos de construção estão paralisadas no momento, por falta de recursos financeiros e serão retomadas com a aprovação do orçamento de 2006.

Barragem de Congonhas-MG.

A barragem de Congonhas prevista para acumular 964 milhões de m³ será uma obra destinada ao abastecimento urbano de Montes Claros com 300 mil habitantes, e de outras cidades da região e ainda permite a transposição de 60 milhões m³ para a bacia do rio Verde Grande, para reativar o suprimento hídrico para irrigação de 4.000 ha, nas manchas de solos dotadas de infra-estrutura, que se encontravam desativadas por falta d'água. A população a ser abastecido será de aproximadamente 400.000 habitantes. Deverá gerar cerca de 20.000 empregos diretos e indiretos.

Os estudos para a implantação da barragem foram iniciadas em 2001, com a elaboração do projeto básico. Em seguida foram contratados e concluídos os estudos aerofotogramétricos e o projeto executivo. Foi efetuada a desapropriação do eixo da

barragem, com o pagamento de R\$ 451.474,33. Foram concluídos o levantamento cadastral para fins de indenização, revisão do projeto básico e contratados estudos de sustentabilidade e de impacto ambiental.

Está previsto o uso econômico da água armazenada na geração de energia elétrica, graças à localização privilegiada da barragem, imediatamente a montante de uma queda d'água de cerca de 60 metros de altura e uma vazão em torno de 6,5 m³/s. A barragem servirá para o controle de cheias, regularização do rio Congonhas, piscicultura, lazer e irrigação, conforme informações contidas no projeto executivo.

Para iniciar as obras e serviços de construção da barragem, faz-se necessário a obtenção da Licença de Instalação-LI e do Certificado de Sustentabilidade, que serão obtidos após a conclusão dos estudos de sustentabilidade e ambiental (EIA/RIMA), que encontram-se em andamento e a sua conclusão prevista para o final de março. Os estudos serão encaminhados aos órgãos competentes para análise. Espera-se que até o final de junho o DNOCS obtenha a LI e o Certificado de Sustentabilidade, permitindo o início das obras.

Barragem de Matrona-MG.

A barragem Matrona foi concluída ao final de 2005, está localizado no município de Salinas-MG, no Vale do Jequitinhonha com capacidade para acumular 700 mil m³. Mediante a gestão racional dos recursos hídricos do açude público de Matrona, será possível atender a irrigação de uma área de 100 ha, água potável para uma população de aproximadamente 3.500 habitantes no distrito de Matrona e outras pequenas comunidades.

A região do açude de Matrona é famosa pela qualidade de suas terras ricas e férteis, entretanto convive com as dificuldades provocadas por longos períodos de estiagem, que freqüentemente assolam a região. São comuns as perdas parciais ou totais das safras agrícolas, provocando o endividamento e o empobrecimento da população rural.

Manutenção e recuperação de obras de infra-estrutura do Nordeste

A Coordenação de Estudos e Pesquisas-CEP efetuou detalhamentos de recursos necessários para a recuperação das barragens e dos sistemas de operações hídricas, sob administração direta ou através de convênios, abrangendo reservatórios de todos os estados nordestinos. Foram programadas recuperações de 81 barragens, executadas 64 e ainda existem 6 projetos em execução. Um grupo de técnicos da Administração Central tem apoiado os trabalhos das CEST e das prefeituras, na implementação dos processos licitatórios e elaboração de convênios

As ações de recuperação descentralizadas para as CEST's, foram realizadas em 11 barragens, parte foi recuperada através de convênios com prefeituras. Grande parte das ações estão em andamento como na barragem Poço Branco-RN, Adustina-BA e as barragens sob a responsabilidade da CEST-AL. A barragem Matrona-MG, que também foi contemplada na programação, está concluída. As demais estão dependendo dos processos licitatórios para o início das obras

O reduzido número de pessoal técnico especializado, faz com que muitos projetos que deveriam contar com administração direta do DNOCS, são repassados através de convênios, o que não é uma boa solução, por manter intacto o problema da falta de fiscalização adequada de uma grande quantidade de obras e serviços. Muitos convênios são assinados sem documentação completa, mesmo sem informação da localização, dificultando o trabalho de fiscalização. O titular da Coordenação de Obras faz algumas considerações sobre as deficiências do setor de acompanhamento da execução de obras, por insuficiência de computadores e impressoras para o controle das informações e veículos para o transporte dos técnicos para inspeção.

Por questão de segurança e para manter a integridade da população, são realizadas inspeções técnicas periódicas nas barragens, públicas e privadas. A necessidade de empenho dos técnicos do DNOCS, se fundamenta na existência de inúmeras barragens de porte, capazes de causarem tragédias em caso de rompimento, principalmente as de abastecimento municipal, sem nenhum serviço de conservação e nem de especialistas em segurança.

Barragem do Poço Branco-RN

Está sendo recuperada a barragem de 135 milhões de m³, no município de Poço Branco-RN, que foi construída no início dos anos 60 pelo extinto DNOS. A barragem estava em situação de risco por falta de conservação do sangradouro e das comportas de descarga que ficaram totalmente comprometidos, as saídas precisam ser desobstruídas em caráter de urgência. No momento está sendo feito todo o levantamento cadastral e do volume da barragem para o cálculo das estimativas de custos, para recuperação e incorporação ao patrimônio do DNOCS.

De todos os recursos para a recuperação das barragens o maior volume foi destinado ao Poço Branco (R\$ 8,98 milhões). Em face do precário estado de conservação e do porte do reservatório. A sua recuperação num prazo de seis meses, foi determinada por força de ação do Ministério Público ao DNOCS. Por ser uma decisão judicial, foi feita a dispensa de licitação para contratar em caráter de urgência, as obras de recuperação e estuda-se fazer dispensa de licitação para supervisão.

Em 3 de outubro de 2005 foram iniciados os trabalhos de campo para a definição da área de preservação permanente do entorno do açude. Atualmente, toda a área está definida e marcada com piquetes, que serão substituídos por marcos de concreto, de acordo com as especificações da Lei 10.267/2001 do INCRA.

Administração de barragens.

Mesmo não tendo sido aprovada a criação de uma Coordenação Geral de Recursos Hídricos e Meio Ambiente na atual estrutura regimental, o grupo de trabalho estruturado para atuar no eixo da gestão dos recursos hídricos e meio ambiente, vem atuando intensamente na organização da população usuária de água dos açudes públicos, na implantação de comissões gestoras dos reservatórios, dentro de uma visão participativa e descentralizada cujas ações iniciam com um amplo trabalho de mobilização social em educação ambiental.

Além da implantação de 29 comissões gestoras de açudes, com a participação dos usuários, em 2005, foram criados grupos gestores de recursos hídricos nas Coordenadorias Estaduais, com vistas ao acompanhamento da operação e manutenção das barragens do patrimônio da Autarquia.

Os convênios com a Agência Nacional de Águas-ANA e os governos estaduais com vistas à gestão compartilhada dos recursos hídricos, foram celebrados no Termo de Cooperação Técnica ANA/DNOCS/Gestão de Recursos Hídricos, Acordo de Cooperação Técnica ANA/DNOCS/Regularização de Uso das Águas e os convênios de integração de águas nas bacias hidrográficas do Piranhas-Açu, Vaza Barris e Poti-Longá. O convênio de cooperação técnica para gerenciamento dos açudes com o Governo do Ceará, têm alcançado excelentes resultados. O desenvolvimento de trabalho conjunto permitiu um estreitamento das relações entre as duas instâncias da administração pública federal, e os respectivos corpos técnicos fazendo a proposta para que o DNOCS possa desempenhar o papel de braço operativo da ANA na gestão das águas da região semi-árida.

Destaca-se no programa de gestão de recursos hídricos que vem sendo desenvolvido junto às comissões gestoras constituídas, o componente pedagógico-educativo voltado para o melhor uso dos açudes. Essa ação instrumentaliza as referidas comissões, pelo uso de material pedagógico voltado para o trabalho junto a escolas, associações de produtores e a sociedade em geral, para promover a melhoria no manejo dos recursos naturais nos açudes.

Passo importante, para assegurar a participação efetiva do DNOCS nas decisões relativas à gestão dos recursos hídricos no semi-árida, foi a conquista do seu espaço, como membro efetivo no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, colegiado responsável pela formulação e acompanhamento da Política Nacional de Recursos Hídricos, sob a presidência do Ministério do Meio Ambiente.

As atividades desenvolvidas na organização social dos usuários de água se inserem no esforço de modernização da instituição, notadamente no que diz respeito à gestão dos recursos hídricos. Dando prosseguimento a esse esforço, foram iniciadas negociações com vistas à alocação de recursos do novo PROÁGUA Nacional, a ser firmado entre o Ministério da Integração Nacional e o Banco Mundial. Trata-se de recursos que se destinarão ao fortalecimento institucional e modernização do Departamento.

TABELA 25-DISTRIBUIÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS NOS ESTADOS E SEGMENTOS SOCIAIS PARA FORMAÇÃO DAS COMISSÕES GESTORAS DOS AÇUDES PÚBLICOS.

ESTADOS / AÇUDES	ENTIDADES			TOTAL
	Instituições	Sociedade	Usuários	
Ceará				
Farias de Sousa	5	23	8	36
Favelas/Trici	-	-	-	-
Cedro	-	-	-	-
General Sampaio	-	-	-	-
Santa Maria de Aracatiaçu	-	-	-	-
Tomas Pompeu	-	-	-	-
Aires de Sousa	-	-	-	-
Santo Antonio de Aracatiaçu	-	-	-	-
Bahia				
Cocorobó	6	9	11	26
Brumado / Luiz Vieira	7	14	12	33
Pernambuco				
Poço da Cruz	12	8	9	29
Jucazinho	9	14	3	26
Serrinha	8	9	8	25
Entremontes	-	-	-	-
Saco II	-	-	-	-
Piauí				
Bocaina	17	42	3	62
Petrônio Portela	7	12	1	20
Jenipapo	-	-	-	-
Pedra Redonda	-	-	-	-
Rio Grande do Norte				
Mendubim	35	47	18	100
Itans	5	6	3	14
Paus de Ferro	-	-	-	-
Paraíba				
São Gonçalo / Engº Avidos	16	20	3	39
Epitácio Pessoa	11	10	1	22
Engenheiro Arco Verde	-	-	-	-
Algodões	-	-	-	-
Alagoas				
Jaramataia	9	12	6	27
Sergipe				
Três Barras	18	10	1	29
Marcela	-	-	-	-
TOTAL	165	236	87	488

Fonte: Coordenação de Estudos e Projetos.

Poços públicos.

A perfuração de poços públicos e a instalação de dessalinizadores é uma atividade do setor de engenharia rural, que foi responsável pela implantação de 661 poços em 2005, 144 encontram-se ainda em execução. A previsão é de beneficiar 130 municípios e 11.920 famílias. As ações foram implementadas pelas Coordenadorias Estaduais objetivando o atendimento das metas previstas através da administração direta, utilizando os próprios equipamentos. Com a finalidade de dar maior agilidade ao processo de implantação foi necessária a aquisição de materiais como caixas d'água, tubulações, eletrobombas, além da modernização do parque de máquinas com a aquisição de perfuratrizes rotopneumáticas, compressores e veículos próprios para o transporte dos equipamentos para instalação dos poços.

Para agilizar a ação com maior rapidez, houve a necessidade de firmar convênios ou realizar procedimentos licitatórios para seleção de empresas especializadas. No que concerne a CEST-PE, parte dos recursos foi alocada em convênio à UNIVALE, para dar continuidade à ação. Parte dos recursos empenhados foi utilizada e o restante ficou inscrito em restos a pagar, de forma que as metas deverão ser plenamente alcançadas com a sua conclusão em 2006. Algumas dificuldades para implementação decorreram dos atrasos na obtenção de escritura pública, na realização de procedimentos licitatórios e em alguns casos, da falta de apoio logístico.

TABELA 26-POÇOS PERFURADOS PELO DNOCS, POR DIRETORIA REGIONAL E DISTRITO DE ENGENHARIA-2004-2005.

ESTADO	NÚMERO DE POÇOS			
	2004		2005	
	Perfurados	Aproveitados	Perfurados	Aproveitados
Piauí	7	5	29	26
Ceará	-	-	-	-
Pernambuco	-	-	-	-
Bahia	-	-	-	-
R. G. do Norte	12	9	44	39
Paraíba	-	-	-	-
Alagoas	-	-	14	9
Sergipe	-	-	-	-
Minas Gerais	70	70	-	-
TOTAL	89	84	87	74

Fonte: Coordenação de Estudos e Projetos.

Dessalinização de água.

Está em execução 23 projetos de dessalinização de água nas regiões Nordeste e Sudeste, com uma previsão de beneficiar 25 municípios e 4.160 famílias. As medidas implementadas pelas Coordenadorias Estaduais objetivaram o atendimento das metas, que foram realizadas através de procedimentos de licitação, para seleção de empresas especializadas na fabricação de dessalinizadores. Parte dos recursos empenhados foi

utilizado, o restante ficou inscrito em restos a pagar. As dificuldades de implementação decorreram da demora na entrega dos dessalinizadores.

Para a ação de recuperação de poços públicos foram celebrados convênios com municípios para recuperar 30 poços, com recursos inscritos em restos a pagar

TABELA 27-POÇOS PERFURADOS E APROVEITADOS PELO DNOCS, POR ESTADO. DADOS ACUMULADOS.

ESTADO	POÇOS							
	PERFURADOS				APROVEITADOS			
	Total	% sobre total	Público	Particular	Total	% sobre total	Público	Particular
Piauí	4.336	15,56	1.613	2.723	4.204	17,43	1.550	2.654
Ceará	5.677	20,37	1.665	4.012	4.951	20,52	1.398	3.553
Pernambuco	1.826	6,55	781	1.045	1.620	6,72	691	929
Bahia	2.479	8,90	1.111	1.368	1.775	7,36	740	1.035
R. G. do Norte	1.937	6,95	965	972	1.629	6,75	786	843
Paraíba	4.387	15,74	1.031	3.356	3.903	16,18	917	2.986
Alagoas	1.026	3,68	284	742	928	3,85	261	667
Sergipe	2.096	7,52	434	1.662	1.786	7,40	351	1.435
Minas Gerais	4.102	14,72	746	3.356	3.328	13,80	525	2.803
TOTAL	27.866	100,00	8.630	19.236	24.124	100,00	7.219	16.905

Fonte: Coordenação de Estudos e Projetos.

Adutoras

Adutora Acauã-PB.

A adutora do Acauã com extensão de 130 km, projetado para o abastecimento de Campina Grande, está sendo implantada na Bacia Hidrográfica do Médio Paraíba, em convênio com o Governo da Paraíba. A execução da obra foi iniciada e paralisada em 2002, mas foi possível a formalização do convênio em outubro de 2005, criando condições para dar a ordem de serviço do reinício da obra. Atualmente está com cerca de 21% das obras concluídas, destacam-se a Estação de Bombeamento Principal-EBP e a captação flutuante.

A implantação do sistema adutor em questão foi reprojeta, excluindo-se Campina Grande da ação, que continuará sendo abastecida pela barragem Epitácio Pessoa. Dessa forma ficou somente o Tronco Leste, destinado ao abastecimento de Mogeiro, Salgado de São Félix, Itabaiana, Juripiranga e São Miguel de Itaipu. O sistema será futuramente reforçado com a transposição da vazão do rio São Francisco. No momento, aguarda-se a conclusão do novo projeto executivo para o reinício das obras.

Adutora do Oeste-PE.

A implantação do sistema Adutora do Oeste com 724 km, foi inicialmente prevista para atender 41 localidades do oeste de Pernambuco e beneficiar cerca de 274.000

habitantes. Terá uma estrutura de seis estações elevatórias com bombas variando de 40 a 850 cv, cinco subestações de 69 kv e cinco *stand pipes*.

Estando com cerca de 64% das obras concluídas, destacam-se o eixo principal com 157 Km que foi construído pela COMPESA em 2001, dispondo de duas estações elevatórias e dois *stand-pipes*. Capta a água do Rio São Francisco em Orocó e leva através de uma tubulação DN de 700 mm em aço carbono soldado com 106 km de extensão, até as cidades de Ouricuri, passando por diversas localidades do sertão Pernambucano.

Também encontra-se pronto o trecho entre Ouricuri e Araripina, com 44 km, incluindo estação elevatória E3 e o *stand-pipe* SP3, que alimenta uma adutora no trecho de Morais a Araripina. Assim quando a adutora atingir a localidade de Morais, atenderá automaticamente, a cidade de Araripina. Estão concluídos os serviços de execução das obras das subestações de Parnamirim e Orocó, objeto do convênio com o Governo de Pernambuco.

Adutora Jucazinho-PE.

Com o início da obra datado de junho de 1998, a Adutora Jucazinho com extensão de 270,9 km, 9 estações elevatórias, 9 subestações e 7 estações de tratamento de água, sendo 2 a cargo do DNOCS e 5 a cargo da COMPESA, é um projeto de abastecimento de água de 13 municípios, incluindo Surubim, Casinhas, Vertente do Lério, Santa Maria do Cambucá, Vertentes, Frei Miguelinho, Salgadinho, Umaru, Passira, Riacho das Almas, Caruaru, Cajazeiras, Bezerros e Gravatá e mais 45 povoados no agreste Pernambucano.

Foram inaugurados os trechos 1, 2 e 3, pelo Presidente da República em 2005, beneficiando uma população de cerca de 725 mil habitantes. A conclusão definitiva da adutora, beneficiará uma população estimada em 766 mil habitantes. A sua conclusão, ainda depende da liberação de recursos complementares da ordem de R\$ 15 milhões, para a execução do trecho entre Bezerros a Gravatá, representando cerca de 5% em termos de execução física do projeto.

Com cerca de 92% das obras concluídas ao final de 2005, faltam apenas 21 km do trecho de Bezerros a Gravatá para que a obra esteja pronta em sua totalidade. Ainda estão sendo realizados serviços de aquisição de equipamentos, assentamentos de tubos, construção de elevatórias, consultoria, supervisão e controle de qualidade da obra.

Estudos básicos

PROÁGUA Semi-Árido

O subcomponente Planejamento de Recursos Hídricos do PROÁGUA Semi-Árido, prevê a elaboração dos Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas, Plano para Reabilitação e Manutenção da Infra-estrutura e Planos para Situações de Emergência. As informações básicas são do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos-SNIRH, que é um dos instrumentos de gestão previstos na Lei nº 9.433, de 1997, sendo visto como um sistema de coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre recursos hídricos e fatores intervenientes em sua gestão (art. 25).

O gerenciamento nacional do Programa é de responsabilidade de uma Unidade de Gerenciamento do PROÁGUA nos componentes da Unidade de Gestão, Estudos e Projetos-UGPG da Agência Nacional de Águas-ANA, e por uma Unidade de Gerenciamento do Componente de Obras-UGPO localizada na Secretaria de Infra-estrutura Hídrica do Ministério da Integração-SIH/MI. O subcomponente Estudos e Projetos Específicos prevê a elaboração de estudos de disponibilidade hídrica, viabilidade de obras elegíveis, interligação de bacias e as normas para operação e manutenção de reservatórios. É de responsabilidade da equipe de planejamento submeter ao Comitê Gestor apenas as obras, cujos estudos de viabilidade tenham sido aprovados pela UGPG/ANA, o que caracteriza-se como principal indicativo de elegibilidade do projeto.

Uma importante ação foi deflagrada em relação à recuperação das barragens, por haver tomado como base, um projeto detalhado elaborado pelo DNOCS e encaminhado ao Ministério da Integração Nacional, do qual resultou a edição da Medida Provisória N° 266, de 2005. O resultado foi a alocação de recursos da ordem de R\$ 17,30 milhões através de destaque orçamentário, com vistas à recuperação das barragens do DNOCS. A programação proposta envolve a recuperação de 76 barragens. Dentre as mais importantes destaca-se a barragem de Poço Branco no Rio Grande do Norte, construída em 1970 pelo extinto DNOS e que se encontrava em condições muito precárias, devido à total ausência de manutenção do maciço e dos equipamentos hidro-mecânicos. Cabe lembrar que, sob a responsabilidade do DNOCS, existem barragens cujo início de construção datam do fim do século XIX e do início do século XX.

Coordenação de Estudos e Projetos-CEP

Projeto da Barragem Gasparino-BA.

A Coordenação de Estudos e Projetos-CEP vem desenvolvendo estudo de sustentabilidade hídrica e cadastro da barragem Gasparino-BA, providenciando o trabalho técnico de elaboração do termo de recebimento provisório. A Coordenação está com todos os formulários preenchidos e está à disposição do Diretor Geral, pois tem que ser assinado pelo empreendedor. Esse projeto está parado por causa de uma pendência política. Para solicitar o certificado de sustentabilidade hídrica tem que ser definido quem vai executar a obra, o DNOCS ou a prefeitura de João Sá-BA.

Projeto básico de irrigação Mendubim-RN.

Está em fase de elaboração o projeto básico de irrigação Mendubim, em uma superfície irrigável de 10.250 ha localizado no município de Açú-RN, havendo recebido a versão definitiva da primeira etapa, relatório nº-A 04 com serviços de restituição aerofotogramétrico envolvendo apoio básico, suplementar, aerotriangulação e restituição de uma área de 7.528,05 ha.

Projeto executivo barragem Piaus, em Pio XII-PI.

Ainda em fase de elaboração o projeto executivo da barragem Piaus, localizado nos municípios de Pio IX e São Julião-PI. O Contrato encontra-se paralisado, devido ao

pedido de aditamento de serviço para a definição da bacia hidráulica, através de topografia convencional clássica, o qual não havia sido contemplada nos estudos básicos.

Projeto executivo da adutora do Pajeú-PE.

Foi solicitado pelo Ministério da Integração Nacional para que o DNOCS fizesse uma modificação no projeto original, inserindo o projeto da adutora Pajeú-PE ao Projeto de Integração do rio São Francisco.

Projeto de recuperação da barragem Taborda e Várzea Grande, em Alto Santo-CE.

Estão sendo desenvolvidos estudos para a elaboração do projeto de recuperação da barragem do açude Taborda e Várzea Grande no município de Alto Santo-CE, que foi destruída pela cheia. Apesar da dificuldade da falta de equipamento para elaborar o projeto, o levantamento de campo foi realizado pelo pessoal do DNOCS.

Estudo de risco de segurança barragem de Pedra Preta, em Assaré-CE.

Realização de estudo de risco de segurança da barragem Pedra Preta, em Assaré-CE, solicitado pelo Ministério Público.

Foram elaborados pela CEP, mais cinco termos de referência, envolvendo estudo de viabilidade do sistema adutor de água Frei Damião-PE, supervisão de controle tecnológico e relatório de sustentabilidade hídrica da barragem Figueiredo-CE, elaboração do projeto executivo, levantamento cadastral e reassentamento na barragem Bujari-RN e barragem Figueiredo-CE e a sustentabilidade hídrica da barragem de Piaus-PI. Esses termos de referência estão prontos para contratação.

A Equipe Técnica de Estudos e Projetos, ainda está engajada no desenvolvimento de projetos de ações difusas denominado Água Boa para Todos, que se enquadra nas diretrizes do Programa CONVIVER, com vistas à substituição gradual do carro-pipa por sistemas locais implantados com a participação da comunidade. Para tanto, foram iniciados estudos de modelagem de alternativas de gestão de sistemas de abastecimentos comunitários, atualização do cadastro e necessidades de recuperação dos poços, instalação de equipamentos para bombeamento e dessalinização. Para o início da execução, dispõem-se de um projeto piloto para construção de sistemas de abastecimento de água para cerca 133 mil habitantes de 633 localidades, em 36 municípios do Piauí, em comunidades com água de péssima qualidade, imprópria para o consumo humano e dependentes de carro-pipa.

Monitoramento hidrológico.

No subcomponente Administração do PROÁGUA estão previstos a estruturação e a manutenção da Unidade de Gerenciamento do PROÁGUA Gestão UGPG/ANA/MMA e da Unidade de Gerenciamento do PROÁGUA Obras-UGPO/SIH/MI, responsáveis pelo apoio à execução dos programas do PROÁGUA e da ANA nos estados e municípios. No segmento administração do PROÁGUA estão previstas ações que visam:

Implementar o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e os instrumentos de gestão em bacias nacionais prioritárias;

Priorizar o fortalecimento e desenvolvimento institucional dos órgãos gestores estaduais partícipes, bem como de outros órgãos gestores de recursos hídricos;

Aprofundar o desenvolvimento de atividades de planejamento e de gestão de recursos hídricos por meio de estudos temáticos e outros mecanismos de capacitação;

Desenvolver, por meio de ações federais e estaduais, o Programa de Formação de Agentes Gestores de Recursos Hídricos, de acordo com diretrizes estabelecidas pela ANA;

Priorizar, em acordo com a ANA, as ações complementares que visem dotar as obras financiadas, de condições de sustentabilidade e de ampliação dos benefícios gerados para a população atendida;

Apoiar a capacitação e treinamento de pessoal e usuários de obras financiadas pelo PROÁGUA, com prioridade para programas de comunicação social, visando a apropriação dos benefícios pela população;

Apoiar, em um trabalho conjunto com a ANA, o desenvolvimento de modelos de gerenciamento auto-sustentáveis direcionados aos Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água para comunidades rurais;

Nas bacias hidrográficas, que já existirem comitês de bacias instalados e planos de bacias aprovados, as novas propostas de infra-estrutura hídrica deverão ser discutidas com os respectivos comitês;

Apoiar iniciativas de fortalecimento e consolidação dos comitês de bacias e dos conselhos estaduais de recursos hídricos; e

Apoiar ações integradas de recursos hídricos para combate aos processos de desertificação, em conformidade com o Acordo de Empréstimo 4310-BR.

No subcomponente Monitoria e Avaliação estão previstas ações de Execução de Atividades de Monitoria e de Execução de Avaliações Independentes. O grupo de trabalho responsável pelo segmento, vem também, atuando no desenvolvimento de sistema de informações sobre a situação dos recursos hídricos no semi-árido e na implementação de um programa de gerenciamento dos reservatórios, com o objetivo de melhorar a alocação das águas e garantir o controle social dos açudes públicos.

Ainda está em fase de implantação um complexo sistema de informações dos recursos hídricos do Nordeste, uma parceria do Governo Federal e empresas estaduais responsáveis pelo gerenciamento da produção e do uso múltiplo da água, iniciando-se pelo cadastro dos corpos de água como açudes, lagos e rios, coleta e organização dos dados hidrométricos e hidrometeorológicos das bacias hidrográficas e planejamento da oferta horária, diária, anual e plurianual, dentro dos parâmetros determinados pela segurança hídrica, para atender às demandas dos consumidores, que também são identificados e cadastrados para fins de outorga.

Implantação de um sistema automatizado e de controle telemétrico dos reservatórios, nos açudes Orós, Castanhão e Açu, cujos equipamentos locais e central se encontram em fase de licitação, e a implantação de uma rede básica de monitoramento e controle telemétrico com a utilização de um modelo desenvolvido pelo próprio DNOCS e que deverá se estender aos 40 reservatórios de maior importância no abastecimento humano

e irrigação. Os termos de licitação para contratação dos equipamentos vão estar prontos até o final de julho. Essa segunda atividade, em fase de implantação, está sendo desenvolvida em articulação com o sistema de geoprocessamento.

A equipe da Coordenação de Estudos e Projetos-CEP vem colaborando na elaboração da página do *site* do DNOCS, na coleta e disponibilização das informações volumétricas e vazões liberadas de águas acumuladas nos açudes, pelo Sistema de Informações Mensais de Água Acumulada nos Reservatórios do DNOCS-SIAAD, desenvolvido pela Coordenação de Gestão Estratégica-CGE. A equipe mantém o serviço de digitação de dados históricos e atuais de pluviometria do Nordeste, utilizando Access, intitulado SAPLUNE, tendo concluído a digitação dos dados do Ceará e Piauí, com geração de CD. No subcomponente de bases técnicas para gestão de recursos hídricos, os recursos financeiros são aplicados na aquisição de equipamentos para implantação de uma rede de informações hidrometeorológicas e laboratórios de análises físico químicas e biológicas, para o monitoramento da quantidade e qualidade da água dos açudes, rios, lagos e canais.

Gestão de açudes e bacias hidrográficas

O Programa de Gestão de Recursos Hídricos foi iniciado em meados de 2003 e o DNOCS definiu algumas ações, colocando essa atividade como uma área estratégica para consolidar o trabalho dentro da instituição. A primeira atividade foi a conquista de uma vaga para o DNOCS participar do Conselho Nacional de Recursos Hídricos-CNRH. Foi conseguido, também, um melhor relacionamento com a Agência Nacional de Águas-ANA, onde foi assinado um termo de cooperação, que de certa forma é um convênio guarda-chuva para a aplicação dos recursos financeiros de diversas fontes para a implementação da política de recursos hídricos no semi-árido.

A Equipe da Coordenação de Estudos e Projetos-CEP participa ativamente da câmara técnica do CNRH, câmara técnica de análise de projeto, no grupo de trabalho de segurança de barragem, câmara técnica de integração e procedimento de ações de outorga e ações regulatórias de reservatórios. Participa também num grupo de trabalho do projeto de lei nº 1616, para a reformulação da política nacional de recursos hídricos, câmara técnica de cobrança, câmara técnica do plano nacional de recursos hídricos das regiões Atlântico Ocidental, Atlântico Oriental, Parnaíba e toda a área de atuação do DNOCS e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos-CE, onde a Zita Timbó é membro titular e a técnica Ana Teresa é suplente. A equipe participa também em vários comitês de bacias hidrográficas onde o DNOCS, é membro nato dos diversos comitês do Estado do Ceará, mas não é membro nato dos comitês dos outros estados. Participou do grupo de trabalho que elaborou o marco regulatório do rio Longá-PI dos governos do Piauí e Ceará, junto com a ANA e do Ministério Público e o de Piranhas-Açu-RN. Essas ações não têm recursos nem orçamento, mas são de extrema importância a participação do DNOCS, em posição de liderança regional, dentro do sistema de administração de recursos hídricos.

O primeiro passo foi o desenvolvimento da metodologia de como melhorar a gestão participativa dos reservatórios, criando uma dinâmica social em torno dos reservatórios, onde o DNOCS possa ter uma relação mais direta com a sociedade local, com os usuários, a sociedade civil e o público voltado para a gestão da água, sua utilização e o

aproveitamento. Assim, foram criadas as comissões gestoras dos açudes, que já são reconhecidas em todos os estados, pelo Governo Federal, inclusive a ANA acha que é a melhor maneira hoje de gerir os reservatórios.

A meta final é implantar comissões gestoras em 150 reservatórios, mas na atual administração a meta é implantar em 70 reservatórios. Nas 17 comissões gestoras constituídas, existem mais de 1.000 instituições públicas, da sociedade civil e dos usuários envolvidas nesse trabalho. A ação conta com o envolvimento de cerca de 30 técnicos da Administração Central e das Coordenadorias Estaduais o que garante a consolidação do trabalho. Os governos estaduais e algumas instituições, como a COGERH, estão usando a metodologia de gestão implantada pelo DNOCS. A equipe participa ainda de vários eventos técnicos, seminários, mesas redondas, congressos, palestras sobre o Projeto de Integração do rio São Francisco, inclusive do Comitê de Defesa do Projeto de Transposição. Foram mais de 15 palestras de esclarecimento, a pedido, inclusive do Ministério da Integração Nacional, por não haver condições de enviar especialistas para cobrir as demandas de todas as partes.

TABELA 28-COMISSÕES GESTORAS DOS AÇUDES PÚBLICOS CONSTITUÍDAS

ESTADOS E AÇUDES	ESTADOS E AÇUDES
Piauí	Rio Grande do Norte
Bocaina	Mendubim
Petrônio Portela	Pau dos Ferros
Ceará	Paraíba
Farias de Sousa	São Gonçalo e Engenheiro Avidos
Trici e Favelas	
Santo Antônio de Russas	Alagoas
Santa Maria do Aracatiaçu	Jaramataia
Santo Antonio de Aracatiaçu	
Feiticeiro	Bahia
General Sampaio	Luiz Vieira e Riacho do Paulo
Trussu	Cocorobó
Lima Campos	

Fonte: Coordenação de Estudos e Projetos-CEP.

Foram formados 436 processos pela CEP, sendo analisados 261 e finalizados 211. Existem somente dois profissionais para analisar todos os processos, tendo, o setor, grande deficiência de pessoal especializado. Há a necessidade de um sistema informatizado, *on line*, para obter maior fluidez das informações gerenciais e o treinamento dos técnicos do DNOCS junto aos órgãos de controle externo.

Apesar da sua importância estratégica no carreamento de recursos financeiros para investimentos futuros em infra-estrutura hídrica do Nordeste, os projetos executivos de obras, elaborados pela CEP é pouco prestigiado dentro do Órgão. O orçamento de 2005 foi de apenas cem mil reais e parece que não tem recursos previstos para 2006 e isso é muito preocupante, porque se um órgão de desenvolvimento regional não tem recursos suficientes para realizar estudos estratégicos de médio e de longo prazos no abastecimento de recursos hídricos, não tem futuro ou então o futuro pode ser negro.

TABELA 29-COMISSÕES GESTORAS EM PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO

ESTADOS E AÇUDES	ESTADOS E AÇUDES	ESTADOS E AÇUDES
Piauí	Rio Grande do Norte	Pernambuco
Jenipapo	Mendobim	Açudes Entremontes
Pedra Redonda	Marechal Dutra	Abóboras
Salinas	Pau dos Ferros	Salgueiro
Ingazeiras	Poço Branco	Saco II
	Sabugi	Bituri
	Cruzetas	
Ceará	Paraíba	Bahia
Santo Antônio de Aracatiaçu	Lagoa do Arroz	Jacurici
Santa Maria de Aracatiaçu	EngºArcoverde	Anagé
Pompeu Sobrinho	Santa Inês	Tremendal
Cedro	Poções	Pinhões
Jaibáras	Sumé	Truvisco
Edson Queiroz	Soledade	
General Sampaio		
Santo Antônio de Russas		
Thomaz Osterne		
Pedras Brancas		
Nova Floresta		
Joaquim Távora		

Fonte: Coordenação de Estudos e Projetos-CEP.

Estudos ambientais

A experiência acumulada sobre a problemática da água no semi-árido foi a grande contribuição do DNOCS, como membro efetivo, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pelo Ministério do Meio Ambiente, na elaboração do Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca-PAN Brasil, concluído e apresentado por ocasião da Conferência Sul-Americana sobre o Combate à Desertificação, realizada em Fortaleza de 3 a 6 de agosto de 2004. Vale ressaltar que todo o esforço para amenizar os impactos decorrentes do uso da água na agricultura poderá ser prejudicado, caso a sociedade não se mobilize para participar de um processo educativo eficiente e amplo, direcionado à preservação ambiental e, ao mesmo tempo, apóie o estabelecimento de uma política global de disciplinamento do crescimento populacional que tem sido o fator mais relevante dos desequilíbrios socioeconômicas.

Para a implementação do PAN Brasil, o Governo Federal está destinando R\$ 23,5 bilhões, somando programas e projetos de mais de 11 ministérios, até 2007. Mas o desafio, de acordo com o secretário de Recursos Hídricos do MMA, inclui outros fatores, além de garantir o aporte financeiro. Segundo ele, é preciso incorporar novos atores aos debates, criar um sistema de gestão para o Programa, ampliar a participação das câmaras legislativas municipais e a troca de experiências entre governos e sociedade civil, sem falar na difusão da educação ambiental para convivência com o semi-árido. O Grupo tem a responsabilidade de acompanhar a implementação do PAN Brasil que é, sem dúvida, um dos maiores esforços no sentido de trabalhar pela sustentabilidade e a convivência. A sua

elaboração reflete a determinação do Governo em agir com participação e buscar a transversalidade.

Os trabalhos desenvolvidos em 2005 buscaram apoiar os planos estaduais, que seguem os mesmos princípios do Plano de Ação Nacional, os quais estão sendo planejados com a participação de representantes de entidades civis, parceiros dos governos estaduais e representantes do Ministério do Meio Ambiente, numa articulação entre poderes públicos e a sociedade civil, para servir de instrumento de planejamento que definirá as principais ações para o combate e a prevenção do fenômeno da desertificação e seus efeitos. Também foram planejadas pelo Grupo de Trabalho, ações para subsidiar as diversas atividades previstas para o ano de 2006, o Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação, um reforço na identificação e na intensificação das sinergias com parceiros e na avaliação dos processos de cooperação em curso.

Zoneamento Ecológico-Econômico.

O DNOCS participa do projeto de Zoneamento Ecológico-Econômico junto com o Ministério do Meio Ambiente desde 2000, no trabalho da questão ambiental e ordenamento territorial. Os recursos foram aplicados no mapeamento em escala 1:250.000, em convênio DNOCS/ UFC/CETREDE, em uma área de influência do açude Castanhão, delimitada através de uma poligonal, envolvendo os projetos de irrigação de Tabuleiros de Russas e Jaguaribe/Apodi-CE, cuja versão final está sendo entregue.

As verbas foram repassadas para o Governo do Estado do Ceará/Fundação Cearense de Meteorologia-FUNCEME, através de convênio firmado no final do ano e estão sendo aplicados conforme o Plano de Trabalho. Os primeiros resultados só serão obtidos ao final do 1º trimestre de 2006, quando será apresentado o Diagnóstico das Condições Sócio-Econômicas e de Ocupação Territorial das áreas definidas: Jaguaribe/Apodi, Araras Norte e Orós

Há um esforço para se aplicar os recursos do Zoneamento Ecológico-Econômico, no ordenamento territorial das áreas desmatadas e de influência dos reservatórios, inclusive nas áreas preservação ambiental com ocupação indevida, visando solucionar a questão da poluição dos mananciais hídricos.

Pela solicitação da Promotoria de Justiça foi elaborado o relatório de identificação da área das fontes poluidoras do açude público São Mateus, situado na área urbana de Canindé-CE, havendo invasões por questão da pressão urbana, com edificações irregulares em área de preservação permanente de 30 metros a partir da linha da cheia máxima. Apesar do grande afluxo sazonal de turismo religioso, o município não dispõe de uma estação de tratamento de água, fato que deverá envolver várias instituições na solução do problema.

A título de sugestão aos responsáveis pelo planejamento orçamentário, que os recursos destinados para a Transferência de Gestão de Projetos de Irrigação, deveriam também, contemplar parcelas específicas para estudos ambientais e de recuperação de áreas degradadas dos perímetros irrigados, áreas de reserva legal, áreas salinizadas e em processo de erosão, responsáveis pelas perdas de áreas úteis para a agricultura. A exemplo do projeto Icó/Lima Campos-CE onde o processo de salinização é muito grave, calcula-se que houve o

comprometimento de cerca de 20% dos lotes. Sob o mesmo raciocínio, os projetos destinados à captação de recursos destinados para a recuperação de barragens deveriam, também, contemplar a recuperação ambiental, para prevenir o uso desordenado do entorno e a poluição dos açudes públicos.

Projetos especiais

Castanhão

Construído no baixo rio Jaguaribe-CE, o açude Castanhão é uma obra indutora de um conjunto de ações voltadas para promover o desenvolvimento regional, dentro de uma nova ótica de atuação do DNOCS, de gerar utilidade econômica e social e assegurar a sustentabilidade da população atingida pela desapropriação. É uma obra de multiuso, que permite a perenização do maior rio intermitente do Nordeste para irrigação, abastecimento, piscicultura, geração de energia, navegação, turismo interior e esporte aquático.

Dentro dessa concepção, foram implantados inúmeros projetos de infra-estrutura e de serviços de apoio à população atingida pela construção do açude, onde está sendo estendido o conceito de trabalho integrado no desenvolvimento da área de influência do complexo Castanhão, tratado como um empreendimento na sua visão global, em que atuam Governo Federal, através do DNOCS e de diversos órgãos, do Governo do Estado, Municípios e entidades não governamentais.

As ações desenvolvidas nas áreas de reassentamento, fundamenta-se na questão da inclusão social. As principais realizações em 2005 foram as indenizações por desapropriações; implantação de infra-estrutura habitacional, viária, elétrica e hídrica nos reassentamentos urbanos e rurais; desenvolvimento da piscicultura; projetos produtivos em áreas irrigadas e de sequeiro; ações ambientais e operação do canal de integração para Fortaleza. A experiência adquirida será aplicada em novas obras programadas, com destaque para as barragens de Piauí-PI, Congonhas-MG e Figueiredo-CE.

Como se sabe, a implantação do complexo implicou na relocação das famílias rurais, as quais foram reassentadas em projetos específicos nas áreas de influência da bacia hidráulica da barragem. Mesmo residindo às margens do maior lago do Ceará, estas famílias se encontram sem condições de sustentabilidade, carentes de serviços básicos de infra-estrutura hídrica, havendo inclusive, a necessidade de reabilitação profissional para sobreviver em seu novo ambiente econômico.

No projeto de abastecimento, o objetivo é garantir a implantação de 19 sistemas de captação a partir do açude Castanhão, compreendendo estações elevatórias, adução, reservação, tratamento e distribuição de água potável. Promover uma melhoria nas condições de abastecimento humano, na qualidade de vida e nos indicadores de saúde das populações residentes nas comunidades, subdivididos em três blocos:

Comunidade de Borges, Belas Flores, Caroba, Santa Bárbara, Sossego, Contendas, Barra II e Macambira, com áreas de sequeiro para assentamento, sob coordenação do INCRA;

Comunidade de Mineiro, Nova Holanda, Desterro, Lindeza e Volga, com áreas de sequeiro para assentamentos, sob coordenação do Governo Estadual;

Perímetros de irrigação em Curupati, Alagamar e Mandacaru e piscicultura em Curupati, implantação sob coordenação do Governo Estadual.

Projeto de Integração do rio São Francisco.

A característica climática mais perversa no semi-árido nordestino é a irregularidade das chuvas, da ocorrência incerta de ciclos secos de até oito anos seguidos como o que foi constatado entre 1950 e 1958, sendo a mais recente, um ciclo seco desfavorável de cinco anos entre 1979 e 1983. A constatação da ocorrência aleatória desse fenômeno natural de períodos críticos e plurianuais de colapso no abastecimento, em cada horizonte de aproximadamente 30 anos, por medida de precaução, impossibilita a utilização plena do volume de água armazenado nos açudes do Nordeste, do qual, boa parte se perde pela evaporação. A exemplo do açude Castanhão cheio e com espelho d'água de 32.500 ha, perde 2.500 mm/ano ou 25,8 m³/s, volume de água suficiente para irrigar 25.800 ha.

É de vital importância a integração dos grandes açudes da região setentrional do Nordeste a uma fonte perene externa como o rio São Francisco. Com a garantia dessa fonte externa, as possibilidades de uso dos recursos hídricos locais se potencializarão, permitindo a redução da superfície do espelho d'água e minimização das perdas por evaporação e a gestão de um volume bem maior da água armazenada. Pode-se intensificar a utilização das águas acumuladas nos reservatórios, aumentando de forma substancial, a disponibilidade hídrica realmente utilizável, tornando possível maiores avanços no desenvolvimento social e econômico, que se dará de forma mais abrangente, não pela água do Rio São Francisco, mas pela segurança hídrica diante da irregularidade climática. Desta forma, as águas advindas da transposição serão necessários em situações emergenciais, em períodos cíclicos mais críticos quando os açudes locais estiverem na iminência de secar e, devido ao alto custo de recalque e de manutenção da infra-estrutura, seria destinada prioritariamente para o abastecimento humano e animal.

É importante frisar que o projeto vai garantir água para uma infra-estrutura de reservação e distribuição já existente, formada por rios, açudes e adutoras e atuará no sentido de complementar soluções e programas governamentais dos municípios, estados ou federais de distribuição de água. O Projeto não é uma solução isolada, vem somar e dar maior suporte aos compromissos e ações existentes de combate aos efeitos da seca e da má distribuição temporal e espacial de água no semi-árido. Ainda do ponto de vista econômico, a integração deverá contribuir para a redução dos gastos públicos com medidas emergenciais, uma vez que a maior oferta de água reduz o impacto das freqüentes secas.

Cadastro dos atingidos pela transposição do rio São Francisco.

O DNOCS vem desenvolvendo serviços de levantamento cadastral das propriedades localizadas ao longo dos eixos Norte e Leste do Projeto de Integração do rio São Francisco, numa faixa de 200 metros de largura ao longo do canal, bem como no interior das poligonais dos futuros reservatórios localizados em Pernambuco, Ceará e Paraíba, abrangidas pelo decreto de desapropriação e sob a orientação do Ministério da Integração Nacional. Para a ação de desapropriação foram instalados os escritórios regionais em Brejo Santo-CE, Monteiro e São José de Piranhas-PB, Floresta, Custódia e Salgueiro-PE, para dar suporte às equipes de campo para o levantamento das áreas a serem

desapropriadas, elaboração de planos de trabalho, procedimentos administrativos e jurídicos e o pagamento de indenizações.

Foi designada a participação de um técnico da Coordenação de Estudos e Projetos-CEP na comissão de avaliação dos imóveis rurais para fins de desapropriação nos eixos Norte e Leste. Do total de 2.373 laudos de cadastros efetuados, foi pedida a revisão de 784 (33% do total), dos quais foram revisados 692 (88%), faltando 92 para revisar (12%). Resultados de revisões com valores superiores a 30%, estão em Brasília-DF, para autorização do Coordenador Geral do Projeto. Do orçamento disponível de R\$ 37,2 milhões para 2005, foram efetuados pagamentos de indenizações no valor de R\$ 733 mil, havendo mais R\$ 10,8 milhões com indenizações em condições de pagamento.

Estão sendo realizados os serviços de identificação, cadastro e levantamento das condições atuais de suprimento de água, com vistas à elaboração de proposta de sistema de abastecimento de água mais adequada para cada uma das comunidades que não disponham de água de qualidade para consumo. Trata-se, na verdade de um programa de inclusão social na área de influência dos canais.

Programa Molhar a Terra.

Outra importante atividade na linha de atuação do DNOCS, está sendo desenvolvido do Programa Molhar a Terra, de titularidade da Petrobras, voltado para a identificação de poços tamponados com grande vazão, apropriados para o abastecimento de comunidades de médio porte, contribuindo com a experiência técnica acumulada na elaboração do projeto executivo de uma adutora para o aproveitamento do Poço do Lula no Rio Grande do Norte, que irá beneficiar sete assentamentos do INCRA.

Os resultados obtidos através das diversas ações desenvolvidas pelo DNOCS serão apresentados em seminários e/ou oficinas de trabalho para discussão, aprofundamento e encaminhamento de soluções na gestão operacional e administrativa de sistema de abastecimento d'água comunitários, tratamento, dessalinização, uso de energias alternativas, aproveitamento do rejeito, com vistas a subsidiar a implementação de políticas públicas de implantação de sistemas similares nas áreas onde se localizam comunidades difusas e carentes de água do Nordeste, constituindo-se em uma significativa contribuição para o Programa CONVIVER.

Projeto de Produção de Mamona para Biodiesel.

Ainda em relação às questões ambientais, o DNOCS vem apoiando a iniciativa voltada para o cultivo da mamona, que deverá ganhar novo impulso com a política de incentivo ao desenvolvimento das cadeias produtivas afinadas com as características naturais do ambiente e que se tornou estratégica no esforço brasileiro para a substituição da importação de diesel mineral, por uma matéria-prima natural e renovável para a produção de biodiesel, que é uma fonte de energia limpa, não poluidora, não cancerígena e compatível com expectativas de um combustível ecológico.

A nossa proposta é colaborar na implantação de unidades de produção de mamona em áreas de sequeiro dos perímetros irrigados, no entorno de açudes públicos federais, nos

assentamentos de reforma agrária e em áreas tituladas onde existem organizações comunitárias. Colaborar na articulação de toda a cadeia produtiva de mamona, até o mercado de distribuição do biodiesel e no monitoramento do preço recebido pelo produtor para que remunere pelo menos as despesas de produção, pois sabe-se que é crescente o preço internacional do petróleo, não havendo nenhuma lógica a recente redução do preço pago em alguns estados.

4 ATIVIDADES-MEIO.

4.1 Centro de Referência e Documentação do Semi-Árido

Está em andamento a obra de recuperação do prédio onde será instalado o Centro de Referência e Documentação do Semi-Árido, no antigo edifício onde abrigou a primeira sede da Inspetoria de Obras Contra as Secas-IOCS em Fortaleza e o Museu das Secas, um bem de natureza histórica e artística tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN. O novo equipamento pretende se constituir não somente num espaço de leitura e acervo de publicações científicas, mas integrar uma rede virtual interligada com os principais centros de pesquisa do País e do mundo para auxiliar pesquisadores, professores e estudantes em relação ao estudo do semi-árido. Além das atividades de resgate do acervo histórico, irá se constituir em um importante centro de estudos e formulação de propostas para o desenvolvimento sustentado do Nordeste.

A organização do Centro conta com o apoio da Universidade Federal do Ceará, que vem realizando trabalho de levantamento, classificação e organização do acervo histórico, a cargo de professores do Departamento de História, segmento do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia, financiado pelo CNPq. Diversas outras instituições de pesquisas ligadas ao governo e à academia estão se integrando nesse esforço de recuperação da memória das ações de convivência com o semi-árido.

A obra encontra-se com 67% do cronograma físico executado, tendo sido realizados serviços preliminares de avaliação, infra-estrutura, alvenaria de elevação, super estrutura, instalações prediais, coberturas, revestimento, pintura, pavimentação, forros e divisórias. Como se trata de um trabalho especializado de restauro, houve um pequeno atraso, e a necessidade de aditivar o contrato por causa das ocorrências supervenientes e imprevistas em ação dessa natureza. Em busca de pessoal especializado, o IPHAN indicou alguns técnicos e os trabalhos foram reiniciados com um ritmo mais acelerado até o limite entre a 3ª e a 4ª medição, quando foram solicitados aditivos de serviços para os itens que estavam incompletos. Foi apresentada uma solicitação de aditivo de serviço e de prazo ao final de agosto, mas em virtude de problemas jurídicos, somente foi publicado o aditivo em 3 de janeiro de 2006. O fato do restauro não ser uma reforma, e sim uma atividade regida pela Convenção de Veneza, algumas substituições, como os vidros, têm que ser autorizadas pelo IPHAN.

Os recursos do patrocínio da Petrobrás são da lei de renúncia fiscal, específica para o restauro de edifício, estando o DNOCS autorizado pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura-CNIC, captar cerca de R\$ 3,00 milhões na montagem do Centro. Devido ao dinheiro do contrato de patrocínio da Petrobrás ser exclusivo, não cobre todas as despesas do projeto, havendo a necessidade de separar a licitação das obras civis e obras especializadas. O projeto executivo da obra de restauro foi concluído e pago, a 1ª fase no valor de R\$ 711 mil e o aditivo de serviço R\$ 193 mil.

4.2 Coordenação Geral de Planejamento e Gestão Estratégica

Com o objetivo de melhorar a transparência das ações, foram promovidas discussões diretas dos dirigentes com os servidores, pela apresentação da nova visão do papel do DNOCS, dando maior ênfase às ações de:

Interação com o público pela intensificação do diálogo com a sociedade civil, promoção de seminários, debates, entrevistas e contatos com a imprensa;

Transparência, com a livre circulação das informações técnicas e gerenciais dos andamentos das obras, execução orçamentária e licitações; e

Difusão de conhecimentos através da inclusão de artigos, trabalhos executados e palestras sobre essa nova filosofia no *site*.

A consolidação da Sala do Cidadão, tornou-se uma referência na instituição, permitindo fácil acesso aos servidores, inclusive aposentados e pensionistas que procuram esclarecimentos sobre a sua situação funcional e pessoas de fora que demandam informações de interesse geral, inclusive campanhas de vacinação e de emissão de carteira de identidade. A área de planejamento avançou na sua reestruturação, em especial a expansão da informática e maior fluidez através das infovias.

Consolidação da prática de utilização do sistema de pregão, para os processos de aquisições de bens e serviços em licitação. A capacitação dos funcionários também foi objeto de uma ação que lhe desse mais transparência através da criação de uma comissão integrada por representantes dos diversos setores, responsável pelo levantamento das demandas, elaboração do planejamento anual, seleção e priorização das solicitações, evitando-se tanto a dispersão de recursos como as indicações de natureza individualizada.

A gestão de recursos hídricos sob a égide da participação da sociedade e dos usuários, que praticamente não existia, é hoje uma das atividades que mais vem crescendo. Apesar dos esforços, ainda não foi possível a criação da Coordenação Geral de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, para que o Grupo de Trabalho que coordena as ações de gestão dos recursos hídricos, saia da informalidade em que se encontra e passe a integrar formalmente a estrutura do órgão. Essa alteração na estrutura regimental da Autarquia ainda depende de um decreto a ser editado pela Presidência da República. Nessa mesma linha de trabalho objetivando melhorar a estrutura gerencial do DNOCS e as condições de trabalho dos servidores, obtivemos a aprovação, pelo Ministério da Integração Nacional, do Plano de Cargos Carreiras e Salários-PCCS que se encontra em análise pelo Ministério do Planejamento.

Foram intensos os trabalhos na busca pelo estreitamento das relações com o Parlamento, através de contatos com todos os Parlamentares Federais do Nordeste para debater questões relacionadas com o semi-árido, propostas de ações estruturantes sob a ótica da convivência com o meio ambiente, necessidade de fortalecimento do DNOCS como ativo governamental capacitado para a implementação dessas ações. Entretanto, é preciso salientar que a forma como se deu a liberação dos recursos orçamentários referentes às emendas, ao final do exercício, gerou algumas tensões, em especial no que toca às emendas individuais, que poderiam ter sido evitadas. Continuaremos a desenvolver todos os esforços no sentido que os projetos das obras, produtos da ação parlamentar nos

cheguem conforme as exigências regulamentares. Há ainda, a necessidade de aprofundar a questão da concentração dos recursos das emendas parlamentares, que foi uma verdadeira gincana, no último dia do ano.

4.2.1 Coordenação de Gestão Estratégica

Biblioteca Central

A Biblioteca Central e o Acervo Técnico, são as atividades-meio de armazenamento de informações documentadas sobre as ações de implantação de infraestrutura, estudos e pesquisas realizadas no semi-árido, acumulados durante quase um século de existência do DNOCS.

A recuperação das instalações da Biblioteca Central, proporcionou condições adequadas para a guarda do acervo bibliográfico da instituição, ampliação do espaço físico e a instalação de terminais de computadores, permitindo maior conforto às bibliotecárias e melhor atendimento ao público interno e externo, possibilitando dar início ao trabalho de informatização do acervo. As atividades cotidianas desenvolvidas pela biblioteca são:

- Controle de entrada e saída do material bibliográfico;
- Levantamento bibliográfico, busca de informações por assuntos para os usuários;
- Elaboração de referências bibliográficas quando solicitada;
- Análítica dos periódicos, tratados tecnicamente;
- Processamento técnico do acervo bibliográfico;
- Inscrição do leitor, registro do pedido, empréstimo e cobrança pelo atraso;
- Atendimento, orientação ao usuário do manuseio do acervo e consulta;
- Normalização de trabalhos técnicos editados pelo DNOCS; e
- Reorganização, limpeza e descarte de títulos, dentro do critério de seleção de documentos e do acervo bibliográfico colocados à disposição dos usuários.

Os assuntos mais pesquisados, para empréstimos e/ou consultas foram sobre açudagem, agricultura, barragem, direito, edafologia, irrigação, piscicultura, recursos hídricos, seca e projetos de infra-estrutura.

Revista ConViver Nordeste

O Setor de Comunicação Social manteve a política de publicações com a edição do quarto número da revista ConViver Nordeste, um número especial, uma coletânea com 540 páginas, subdivididos em 10 capítulos, contendo cerca de 50 documentos históricos de artigos, ensaios, depoimentos, relatórios, cartas e discursos sobre o semi-árido. O DNOCS está com uma licitação para ser auto-suficiente na revista ConViver, e um compromisso com quatro revistas, três livros e um relatório, dando seqüência à política de edição dos trabalhos realizados.

Comunicação Social.

A comunicação no serviço público é regida pelo Decreto nº 3.296, que por ser muito centralizador restringe os trabalhos nos órgãos públicos. A publicidade mercadológica, institucional e de utilidade pública é restrita ao próprio Governo Federal,

através de agências previamente contratadas por licitação. Resta-nos os serviços de promoção, relações públicas, imprensa e publicidade legal. Outra importante contribuição do Setor de Comunicação Social é a Sala do Cidadão.

Em termos de publicidade legal, foram emitidos 102 avisos em 2005, entre editais e outras formas de publicação, no valor de aproximadamente R\$ 206 mil, gasto com a mídia. Foram publicados 31 informativos Conviver, de circulação interna para divulgar os principais eventos e notícias de interesse dos servidores, 4 edições do jornal bimensal e uma edição especial.

Na área de promoção, foram impressos *folders*, cartazes, *banners*, vídeos, lâminas e outros meios de comunicação, que são apresentados e distribuídos em diversos eventos. Para a imprensa são enviadas constantemente *releases* de encontros, palestras, reportagens, pesquisas e trabalhos desenvolvidos, para os veículos de comunicação impressa e eletrônica. Os jornais publicaram 1.008 páginas equivalentes em papel ofício, principalmente nos noticiários locais e ocasionalmente na imprensa regional. No *site* são inseridas matérias sobre as atividades desenvolvidas quase diariamente.

O setor de comunicação participa ativamente em eventos locais, regional e nacional, como o Frutal, Pecnordeste-CE, Conferência Nacional do Meio Ambiente em Brasília-BR e Congresso Brasileiro de Irrigação e Drenagem em Teresina-PI, onde foram expostos em estandes, os produtos oriundos das ações em vários campos de atuação e distribuídos materiais para divulgação. O setor também interage com o público por correspondência eletrônica, através da qual foram respondidas as mais diversas perguntas (558 *e-mail*), é uma espécie de ouvidoria informal.

Há ainda, a necessidade de descentralizar os sistemas de informações para as Coordenadorias Estaduais e Unidades de Campo. Disponibilizar mais materiais de divulgação e realização de encontros nas suas áreas de atuação e modernizar o auditório que é o principal palco de eventos. Apesar da produção de dezenas de relatórios de pesquisas, materiais de difusão de tecnologia e de treinamento entre outros, produzidos nos centros de pesquisas e pelos consultores, os documentos são pouco valorizados, muitos nem chegam ao conhecimento das bibliotecárias. Existe um vasto material dos relatórios de monitoramento e pareceres dos trabalhos e de ações desenvolvidas nas áreas de organização da sociedade civil na gestão da água, implantação e administração dos açudes, canais e poços para o consumo humano, animal, piscicultura e irrigação entre outros, muitos são engavetados por falta de articulação com o setor de comunicação, falta inclusive, a valorização dos trabalhos técnicos.

Informática

A gestão da informação está sendo trabalhada pela Coordenação de Modernização e Informática. Dentro dos objetivos específicos do setor de informática foram focados os pontos fundamentais, destacando-se a infra-estrutura de canais de informação, ampliação da rede, aperfeiçoamento do sistema de informação e a capacitação dos servidores. Foram iniciadas as ações de implantação do centro multimídia, preparação do centro de geoprocessamento, instalação do centro de segurança e controle e a recuperação dos canais de comunicação interna através do sistema Apoena, desenvolvidos pelos próprios técnicos.

Para organizar uma integração sustentável das informações técnicas e gerenciais, foi adquirido um conjunto de filmadora digital e televisor de 38 polegadas, para formatar um centro de multimídia.

Houve significativa concentração de esforços para conseguir um crescimento considerável nos investimentos em tecnologia da informação, objetivando alcançar maiores avanços na modernização do parque de microcomputadores, atualização nos sistemas operacionais, inclusão tecnológica, aumento do uso da *internet*, telefones de banda larga e outros instrumentos. Apesar das dificuldades, a Autarquia inicia a sua inserção na tecnologia da informação e da comunicação, participando ativamente na pesquisa e desenvolvimento, para incentivar a competitividade e a oferta de serviços públicos de qualidade.

Foram criados alguns sistemas auxiliares para a comunicação externa. Existe a ouvidoria eletrônica, um sistema rápido de responder às pessoas, o boletim administrativo eletrônico, o acervo técnico, monitoramento dos reservatórios em parceria com o Grupo de Recursos Hídricos e está sendo concluída a informatização da Biblioteca Central. Está previsto para o próximo ano a implantação da padronização de documentos, a certificação digital como meio de integração de toda a política de governo e o sistema de gerenciamento de aquíicultura.

A contratação de pessoal especializado em diversas áreas da informática, através da terceirização, associado ao esforço da equipe de servidores permanentes, permitiu ampliar horizontes na estruturação do banco de dados, melhoria na eficiência do suporte, ampliar a oferta de cursos e treinamentos em áreas específicas. Estão, sendo realizados cursos de capacitação e treinamento, articulado com as Coordenadorias Estaduais. Mesmo com a liberação tardia dos recursos, ao final de 2005 e, apesar de insuficiente, foi recuperada, equipada e informatizada a sala de treinamento para 20 alunos.

Para o público interno e externos, continuamos trabalhando na modernização da página do DNOCS, buscando facilitar a acessibilidade através de uma estrutura mais moderna e, o que é mais importante, fazer dela um instrumento de transparência, permitindo maior fluidez das informações sobre as ações do Departamento, orçamento, emendas parlamentares, notícias, acervo técnico, licitações, encaminhamento de denúncias e irregularidades entre outras. Inicialmente foram disponibilizadas uma série de informações relativas à rede de açudes do DNOCS em tempo real.

Sobre o crescimento do uso de tecnologia da informação, deve-se destacar a aquisição de doze computadores de última geração, cada um com dois processadores para dar suporte (servidores), que permitirão uma significativa melhoria na capacidade de controle e gerência das informações, aumentando a velocidade de acesso ao sistema. Vale ressaltar que, antes da aquisição de novos computadores, possuía apenas quatro servidores, com computadores antigos, para o controle da rede de comunicações, inclusive a interligação com as unidades estaduais. Todas as unidades estaduais estão interligadas, com a exceção da Bahia, devido a problemas técnicos. A intenção é ampliar para canal via satélite, mas como ainda não está economicamente viável, a solução foi pontual.

Foram adquiridos mais 150 novos computadores e periféricos para a ampliação do parque computacional, contando atualmente com 697 unidades em operação, havendo instalados *software* livre em cerca de 300 computadores centrais (servidores) e na maioria das estações de trabalho. Essa idéia já vem desde 1994, mas só agora o Governo Federal acordou para o assunto e vai se tornar uma política do Governo. Verificou-se que não houve problemas de vírus ou de outros tipos de segurança e a conectividade nas coordenadorias estaduais foram quadruplicadas, cuja velocidade que era 500, passou para 2.000 Kbs. Cabe ressaltar que a utilização de *software* livre representou uma economia significativa. Em relação a licença de *software* de 21 servidores, nenhum sistema foi adquirido através de compra. Para o sistema gerenciador de banco de dados, está sendo usado o *post gree*, que é gratuito, cuja segurança é feita com gravação de duas cópias da informação. A meta é ter 100% de *software* livre. São 481 caixas-postais de *e-mail* transmitindo 18.000 *e-mails* mensais, sendo 15.000 rejeitados pela excelência do sistema de filtro. No *site* existem 26.000 requisições por mês e 60.000 linhas de código. Em relação ao acesso à *internet*, freqüentemente há 200 conexões simultâneas. Requisições no *site* Apoená são mais de 30.000. Dentro desse sistema há 446 usuários. Existem 160.000 linhas de código, 440 tabelas de banco de dados.

4.2.2 Coordenação de Planejamento e Orçamento

A Coordenação de Planejamento e Orçamento-CPO, tem como atribuição a coordenação das atividades de planejamento e acompanhamento da execução orçamentária, através do sistema SIAFI, SIDOR e SIGPLAN. Esta Coordenação se articula com os demais setores, visando descentralizar as ações de planejamento e oportunizando aos setores, o planejamento, acompanhamento e controle dos recursos orçamentários e uma maior transparência no acompanhamento da execução orçamentária, buscando a exatidão e a segurança de dados e informações, além de acompanhar a implementação e a execução orçamentária.

Neste sentido, pode ser feita uma análise da evolução orçamentária de 2005, cujos recursos orçamentários são aplicados com maior intensidade no Ceará, em virtude deste estado compor, em quase sua totalidade, a paisagem do semi-árido. No ano de 2005 foram realizados, dentre outros, os trabalhos de:

- Coordenação dos trabalhos de revisão do Plano Plurianual 2004-2007;
- Elaboração preliminar e definitiva da proposta orçamentária para 2006;
- Acompanhamento da execução orçamentária com vistas à identificação de possíveis distorções, permitindo ações corretivas;
- Solicitação de alterações orçamentárias, inclusive as que compreendem cancelamento e/ou suplementação do quadro de detalhamento de despesas;
- Coordenação dos trabalhos de elaboração do Plano de Ação 2005 com as Diretorias Administrativa, de Desenvolvimento Tecnológico e Produção e de Infra-Estrutura Hídrica.

Quanto à natureza das despesas, o valor destinado ao custeio permaneceu no mesmo patamar do ano anterior, havendo um decréscimo significativo nos investimentos realizados. Nota-se, também, um aumento significativo da despesa com o orçamento da seguridade, em virtude do grande número de aposentadorias e pensões. Com relação às ações provenientes de emendas parlamentares, foram liberados limites na ordem de R\$

27,80 milhões. Estes recursos foram liberados ao final do ano, dificultando, sobremaneira a execução dos convênios.

TABELA 30-EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO. LEI 11.100/2005

SITUAÇÃO EM 31/12/2005	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO (R\$)	DESCENTRALI- ZADO (R\$)	SALDO ORÇAMENTÁRIO (R\$)
Pessoal e encargos	310.793.500	295.791.804	15.001.696
Juros e encargos da dívida	31.505	31.505	-
Outras despesas correntes	58.105.940	54.980.563	3.125.377
Investimentos	136.025.079	104.728.578	31.296.501
Inversões financeiras	427.561	427.561	-
Amortização da dívida	694.100	694.100	-
TOTAL	506.077.685	456.654.111	49.423.574

Fonte: SIAFI

Quanto à natureza das despesas, o valor destinado ao custeio permaneceu no mesmo nível do ano anterior, havendo um decréscimo significativo nos investimentos realizados. Nota-se, também, um aumento significativo da despesa com o orçamento da seguridade, em virtude do grande número de aposentadorias e pensões. Com relação às ações provenientes de emendas parlamentares, foram liberados limites na ordem de R\$ 27,80 milhões. Estes recursos foram liberados ao final do ano, dificultando, sobremaneira a execução dos convênios.

Execução orçamentária e financeira

Gestão administrativa

A execução orçamentária e financeira do Setor de Apoio Administrativo foi de R\$ 25,61 milhões, em 2005, destacando-se as despesas orçamentárias mais os suplementos de R\$ 9,95 milhões e as despesas continuadas e passagens aéreas com R\$ 9,18 milhões. O orçamento de 2005 foi apertado, pois não foram empenhados vários processos e que estão comprometendo o orçamento de 2006 em quase um milhão. A proposta de apoio administrativo para 2006 está prevista em torno de R\$ 14 milhões, tirando R\$ 3 milhões para recuperação do prédio e serviço de modernização. Existe a possibilidade de mais R\$ 6 milhões que está sendo trabalhado pelo Diretor Geral no Congresso Nacional.

Foi solicitado R\$ 2,49 milhões em suplementação para a Gestão de Apoio ao Programa-GAP, mas teve que se recorrer a recursos para complementação, em outras rubricas (PROÁGUA, CONVIVER, Transferência de Gestão etc.). A suplementação para o primeiro semestre, só foi liberada no final do ano, ficando, praticamente, uma única suplementação. Por falta de limite deixou de ser atendido por volta de R\$ 1,50 milhão.

Na área de gestão administrativa e financeira foi feito um grande trabalho de cadastramento dos irrigantes nos perímetros irrigados, pelo fato de não existirem endereços nas escrituras e nas promissórias. Foi mudada a modalidade da Guia de Recolhimento da União-GRU para que o irrigante quite suas dívidas no banco da própria localidade. Esse

trabalho resultou um incremento financeiro de R\$ 255 mil em 2004, que passou para R\$ 636 mil em 2005. A arrecadação de recursos próprios em 2004 foi de R\$ 2,14 milhões, que teve um aumento de 69%, chegando a R\$ 3,63 milhões em 2005, e foram executados 76% ou R\$ 2,79 milhões.

TABELA 31-EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO APOIO ADMINISTRATIVO.

DESPESAS	VALORES (R\$)
Orçamento 2005 + Suplementos	9.955.639
Despesas continuadas + Passagens aéreas	9.183.236
Demais despesas	1.670.341
Despesas de exercícios anteriores	897.938
Suplementação solicitada no apoio administrativo e GAP	2.492.137
Suplementação atendida no apoio administrativo	568.491
Suplementação atendida nos GAP	850.000
TOTAL	25.617.782

Fonte: Coordenação de Planejamento e Orçamento.

Pesca e aquicultura.

Para uma meta financeira prevista de R\$ 6,77 milhões para o desenvolvimento sustentável da aquicultura, foi executada R\$ 3,06 milhões, aplicadas em: despesas operacionais; na recuperação e manutenção das estações e centros de pesquisas; aquisição de insumos, materiais e equipamentos de pesquisa em aquicultura, pesca e produção de alevinos; peixamento de açudes públicos e privados; monitoramento dos açudes públicos; e assistência técnica e extensão rural aos piscicultores.

Quanto às despesas com pessoal é preocupante, a redução do quadro têm contribuído para aumentar os custos com contratação de mão-de-obra terceirizada para a segurança das estações de piscicultura. São necessários mais recursos porque, na realidade, os R\$ 3,20 milhões programados, não serão suficientes para as necessidades do setor em 2006. É necessário tomar medidas urgentes para solucionar a questão das despesas fixas que levam mais de 40% do orçamento.

Infra-estrutura hídrica

Do valor total do orçamento previsto para infra-estrutura hídrica de R\$ 92,6 milhões, R\$ 25,5 milhões foram recursos de emendas parlamentares.

Dos recursos previstos de R\$ 84,5 milhões do Orçamento Geral da União-OGU, para serem aplicados em infra-estrutura hídrica em 2005, foram aplicados R\$ 68 milhões, correspondendo a 81 por cento. Dos quais, R\$ 25 milhões foram aplicações diretas e R\$ 43 milhões através de convênios.

Dos recursos em obras hídricas para a manutenção e recuperação de obras de infra-estrutura de 76 barragens, previstas na Medida Provisória 266 de 2005 foram liberados R\$ 1,72 milhões para aplicação em todos os estados onde o DNOCS atua.

Adutora do Acauã-PB.

Em 2005, foi repassado em convênio, recursos da ordem de R\$ 6,44 milhões para o Governo da Paraíba.

Adutora do Oeste-PE.

Aplicação de recursos da ordem de R\$ 6,14 milhões disponibilizados em 2005, que possibilitará abastecer Ipubi e Parnamirim-PE, para uma população de 25 mil habitantes. Essa obra está sendo licitada e deverá iniciar em breve. Com os recursos da ordem de R\$ 2,50 milhões repassados em 2005 foram executadas obras das subestações de bombeamento de água de Orocó e Parnamirim, em convênio com o Governo de Pernambuco.

Barragem do Estreito-PI.

Para a obra estimada em R\$ 11,0 milhões e com um orçamento de R\$ 6,09 milhões para 2005, foram aplicadas R\$ 3,0 milhões. Todo o recurso está empenhado em convênio firmado com o Governo do Piauí, para continuidade das obras. O valor pago foi de R\$ 3.592,00.

Barragem do Piaus-PI.

O empreendimento está estimado em R\$ 25,0 milhões, dos quais já foram aplicados R\$ 3,0 milhões. No orçamento de 2005 foram previstos recursos de R\$ 5,1 milhões, foram empenhados R\$ 3,35 milhões e pagos R\$ 201 mil.

Barragem do Figueiredo-CE.

Foram disponibilizados R\$ 8,0 milhões e depois recolhido.

Barragem Bujari-RN.

O valor da obra orçado no projeto básico é de R\$ 16,0 milhões, tendo sido contemplado com R\$ 1,49 milhões em 2005, reiniciando as ações para a implantação da barragem. Foram contratados recentemente o projeto executivo e os estudos ambientais que é da ordem de R\$ 680 mil.

Barragem Poço Branco-RN.

A recuperação da barragem está custando R\$ 8 milhões. Foi objeto de uma decisão judicial que mandou o DNOCS fazer num prazo de seis meses. Por se tratar de uma decisão judicial foi feita a dispensa de licitação para contratar as obras de recuperação e estuda-se fazer uma dispensa de licitação para supervisão.

Complexo do Castanhão-CE.

Foram empenhados R\$ 11 milhões na construção de estradas, adutoras e casas para as populações reassentadas, implantação das estações de piscicultura, ecológica, climática e sísmológica, entre outras.

Barragem Berizal-MG.

Foram gastos recursos da ordem de R\$ 25 milhões desde início da obra. Os valores atualizados necessários situam-se em torno de R\$ 64,7 milhões, para conclusão do vertedouro, da barragem que vai ser licitada, aquisição e montagem de equipamentos prômecânicos, desapropriação, reassentamento e desmatamento.

Barragem Congonhas-MG.

É uma obra de grande porte e vai custar em torno de R\$ 175 milhões a preços de 2002. Em valores atualizados, deve ficar em torno de R\$ 250 milhões. Até hoje foram gastos R\$ 3,5 milhões.

Programa CONVIVER.

Para a implantação de poços do Piauí até a Bahia havia um crédito da ordem de R\$ 1,93 milhão, havendo empenhado R\$ 1,64 milhão e aplicado R\$ 845 mil. No Sudeste havia um crédito de R\$ 505 mil, empenhado e utilizado R\$ 401 mil. Havia ainda, R\$ 849 mil de crédito de recursos extra-orçamentários para instalação de poços no Nordeste, mas só foi empenhado R\$ 430 mil e para o Sudeste não teve nada. Para o projeto de dessalinização, havia um crédito de R\$ 1 milhão para o Nordeste, empenhados R\$ 692 mil e utilizados R\$ 216 mil. Para o Sudeste o crédito foi de R\$ 200 mil, empenhados e utilizados R\$ 192 mil.

Projeto de Integração do rio São Francisco

Para o Projeto de Integração do rio São Francisco havia R\$ 37,2 milhões para indenização, mas foram pagas apenas R\$ 733 mil até o final de 2005. No entanto, com a documentação das indenizações prontas, havia condições de pagamento de mais R\$ 10,8 milhões, em razão do problema das liminares em Sergipe e na Bahia.

TABELA 32-EXECUÇÃO DAS METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS DO DNOCS.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	LEI Nº 11.100 DE 25/01/2005 (LOA/05)	CRÉDITO ORÇAMEN- TÁRIO + ALTERAÇÕES	EMPENHADO 31/12/2005	PAGO 31/12/2005	PROJ LEI Nº 40 DE 2005 (LOA/06)
0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO					
Operações Especiais					
0089 0181 0001 - Pagamento de aposentadorias e pensões - servidores civis. Nacional.	217.919.302	225.773.876	217.378.656	217.299.766	210.235.730
Subtotal	217.919.302	225.773.876	217.378.656	217.299.766	210.235.730
0167 - BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL					
Projetos					
0167 12DY 0023 - Implantação do Centro de Referência e Documentação do Semi-Árido. CE.	2.216.561	3.144.238	904.789	416.137	2.000.000
Subtotal	2.216.561	3.144.238	904.789	416.137	2.000.000
0351 - AGRICULTURA FAMILIAR-PRONAF					
Atividades					
0351 6276 0001 - Capacitação de produtores familiares nos perímetros públicos de irrigação. Nacional.	280.000	280.000	194	-	100.000
Subtotal	280.000	280.000	194	-	100.000
0379 - DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA					
Atividades					
0379 2272 0001 - Gestão e administração do programa. Nacional.	188.000	317.700	184.156	180.044	16.000
Projetos					
0379 12F3 0101 - Obras complementares do perímetro de irrigação Jaguaribe-Apodí, com 5.393 ha. Limoeiro do Norte-CE.	3.400.000	3.400.000	3.332.000	3.332.000	-
0379 1736 0023 - Implantação do perímetro de irrigação Baixo Acaraú. 1ª etapa com 8.816 ha-CE.	2.287.800	-	-	-	-
0379 1746 0023 - Implantação do perímetro de irrigação Tabuleiros de Russas 1ª etapa com 10.700 ha-CE.	.616.596	7.616.596	1.580.000	1.568.402	-
'0379.5262.0056 - Implantação do perímetro de irrigação Platôs de Guadalupe com 13.639 ha-PI.	-	-	-	-	3.000.000
0379 5264 0025 - Implantação do perímetro de irrigação Piancó com 4.205 ha-PB.	1.192.000	-	-	-	-
'0379.5268.0021 - Implantação do perímetro de irrigação Tabuleiros de São Bernardo - 1ª etapa - com 1.506 ha-MA	-	-	-	-	1.581.078
Subtotal	14.684.396	11.334.296	5.096.156	5.080.446	4.597.078
0508 - CONSERVAÇÃO, USO SUSTENTÁVEL E RECUPERAÇÃO DA BIODIVERSIDADE					
Atividade					
0508 6425 0020 - Banco genético de espécies de peixes da região. Nordeste	110.000	110.000	57.122	18.825	100.000
Subtotal	110.000	110.000	57.122	18.825	100.000
0512 - Zoneamento Ecológico-Econômico					
Projeto					
0512 3689 0001 - Zoneamento ecológico-econômico estadual na escala 1:250.000. Nacional.	480.000	480.000	460.000	460.000	700.000
Subtotal	480.000	480.000	460.000	460.000	700.000

continua

TABELA 32-EXECUÇÃO DAS METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS DO DNOCS.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	LEI Nº 11.100 DE 25/01/2005 (LOA/05)	CRÉDITO ORÇAMEN-TÁRIO + ALTERAÇÕES	EMPENHADO 31/12/2005	PAGO 31/12/2005	PROJ LEI Nº 40 DE 2005 (LOA/06)
0515 - PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA					
Atividades					
0515 2272 0001 - Gestão e administração do programa. Nacional.	1.706.000	3.189.324	2.804.321	1.848.855	940.450
0515 2822 0020 - Manutenção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica. Nordeste.	2.940.000	2.940.000	2.563.191	1.715.400	-
'0515.2B89.0001 - Obras de pequeno vulto para manutenção da infra-estrutura hídrica. Nacional	-	-	-	-	450.000
Projetos					
0515 10AC 0002 - Construção de barragem no rio Calindó. Manga-MG	10.000	10.000	9.950	-	20.000
0515 109H 0044 - Construção de barragem - São Francisco-MG	50.000	50.000	50.000	-	-
0515.109H.0060 - Construção de barragens. Itiúba-BA	-	-	-	-	400.000
0515 11NP 0031 - Obras complementares do açude de Setúbal na bacia do vale do Jequitinhonha- MG.	8.449.000	8.449.000	0	Executado pelo MI	22.900.000
0515 12F4 0022 - Construção da barragem Piaus-PI.	5.100.000	5.100.000	3.355.914	201.883	200.000
0515 1716 0026 - Construção da Adutora do Oeste com 721 km de extensão-PE.	6.754.951	6.754.951	6.754.951	108.165	500.000
0515 1851 0002 - Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica-PI.	15.724.320	15.724.320	5.500.000	-	-
Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica. Nordeste.	2.940.000	2.940.000	2.563.191	1.715.400	1.500.000
Construção e re. de obras de infra-estrutura hídrica-MG.	720.000	720.000	699.750	282.000	870.000
Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica-CE.	20.465.500	18.465.500	15.735.538	646.499	28.710.000
Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica-BA.	1.590.000	1.590.000	-	-	250.000
Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica-RN.	-	-	-	-	300.000
Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica-AL.	-	-	-	-	180.000
0515 3327 0002 - Construção da barragem Vacaria-MG.	10.000	10.000	9.930	-	10.000
0515 3601 0023 - Construção do complexo Castanhão-CE.	11.619.501	11.619.501	11.075.863	5.008.741	5.195.128
0515 3631 0025 - Construção da adutora Acauã com 55 km-PB.	6.494.001	6.494.001	6.454.019	4.419	600.000
0515 3647 0026 - Construção da adutora Jucazinho com 243 km de extensão-PE.	8.585.001	9.777.001	8.585.001	8.349.167	15.100.000
0515 3715 0031 - Construção da barragem Berizal-MG.	4.250.001	4.250.001	4.250.001	4.203.276	2.660.500
0515 3735 0031 - Construção da barragem Congonhas-MG.	1.443.000	1.443.000	1.442.000	1.135.531	500.000
0515 3743 0022 - Construção do açude Estreito- PI.	6.096.601	6.096.601	6.096.601	3.593	-
0515 3785 0024 - Construção do açude Bujari-RN.	1.498.450	1.498.450	625.034	147.628	-
0515.5E20.0056 - Construção da Barragem de Sítio Novo-Porteirinha- MG.	-	-	-	-	10.000
0515 11NI .0023 - Construção da barragem Figueiredo-CE.	-	8.000.000	-	-	-
Subtotal	103.506.326	112.181.650	76.012.064	23.655.157	81.296.078
0750 - APOIO ADMINISTRATIVO					
Operações Especiais					
0750 09HB 0001 - Contribuição da união, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais. Nacional.	13.410.713	13.424.826	-	-	-

continua

TABELA 32-EXECUÇÃO DAS METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS DO DNOCS.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	LEI Nº 11.100 DE 25/01/2005 (LOA/05)	CRÉDITO ORÇAMEN- TÁRIO + ALTERAÇÕES	EMPENHADO 31/12/2005	PAGO 31/12/2005	PROJ LEI Nº 40 DE 2005 (LOA/06)
Atividades					
0750 2000 0001 - Administração da unidade. Nacional. (Pessoal ativo)	72.896.554	77.073.676	70.507.368	69.742.405	74.503.843
0750 2004 0001 - Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes. Nacional	4.888.800	4.888.800	4.888.800	4.538.572	3.676.470
0750 2010 0001 - Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados. Nacional.	279.720	279.720	279.654	216.958	393.552
0750 2011 0001 - Auxílio-transporte aos servidores e empregados. Nacional.	1.511.290	1.662.034	1.635.366	1.295.846	1.812.196
0750 2012 0001 - Auxílio-alimentação aos servidores e empregados. Nacional.	3.924.936	3.532.443	3.224.066	3.022.971	3.211.152
Subtotal	96.912.013	100.861.499	80.535.254	78.816.752	95.090.996
0757 - GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL					
Atividades					
0757 2272 0020 - Gestão e administração do programa. Nordeste.	210.000	210.000	207.744	170.459	65.524
0757.4550.0020 - Capacitação para o subsetor agricultura irrigada. Nordeste.	-	-	-	-	10.000
0757 4572 0020 - Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação. Nordeste.	250.600	250.600	248.849	220.747	90.000
0757 4572 0031 - Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação-MG.	20.000	20.000	12.620	10.449	10.000
0757 8621 0020 - Estudos para projetos de obras de infra-estrutura hídrica. Nordeste.	100.000	100.000	39.262	15.816	20.000
Projetos					
0757 12DV 0023 - Recuperação e reforma do edifício-sede do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca-DNOCS-CE.	1.500.000	1.500.000	450.706	26.355	-
0757 12DX 0023 - Aquisição, instalação e modernização de recursos de tecnologia da informação-CE.	1.572.500	1.572.500	780.075	285.716	-
Subtotal	3.653.100	3.653.100	1.739.256	729.542	-
0901 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS					
Operações especiais					
0901 0005 0001 - Cumprimento de sentença judicial transitada em julgado (precatórios) devida pela união, autarquias e fundações públicas. Nacional.	5.432.395	5.264.283	-	-	6.718.348
Subtotal	5.432.395	5.264.283	-	-	6.718.348
0906 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)					
Operações especiais					
0906 0284 0001 - Amortização e encargos de financiamento da dívida contratual externa. Nacional.	725.650	725.650	725.650	534.572	639.396
Subtotal	725.650	725.650	725.650	534.572	639.396
1025 - PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS-PROMESO					
Operação Especial					
1025.005E.0086 - Apoio aos projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado-MG.	-	-	-	-	200.000

continua

TABELA 32-EXECUÇÃO DAS METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS DO DNOCS.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	LEI Nº 11.100 DE 25/01/2005 (LOA/05)	CRÉDITO ORÇAMEN- TÁRIO + ALTERAÇÕES	EMPENHADO 31/12/2005	PAGO 31/12/2005	PROJ LEI Nº 40 DE 2005 (LOA/06)
1038 - TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO DOS PERÍMETROS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO					
Atividades					
1038.2B69.0001 - Funcionamento dos perímetros de irrigação em regime de transferência. Nacional.	-	-	-	-	250.000
1038 2272 0001 - Gestão e administração do programa. Nacional.	489.000	1.217.780	565.176	398.341	400.000
Projetos					
Transferência da gestão dos perímetros públicos de irrigação. Nordeste.	27.424.704	26.695.924	25.887.908	10.423.173	35.403.143
Subtotal	27.913.704	27.913.704	26.453.084	10.821.515	36.053.143
1047 - DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO-CONVIVER					
Atividades					
1047 2272 0001 - Gestão e administração do programa /Nacional	100.000	665.996	119.678	98.325	124.920
1047 6277 0023 - Produção de microalgas como alimento alternativo para o semi-árido-CE	100.000	100.000	81.622	80.341	59.000
1047 8687 0020 - Capacitação para a produção alternativa de alimentos para o semi-árido. Nordeste.	1.130.000	1.130.000	11.923	10.578	880.000
1047 8695 0020 - Dessalinização de água - Água Doce. Nordeste.	1.000.000	1.000.000	578.124	213.544	500.000
1047 8695 0030 - Dessalinização de água - Água Doce. Na Região Sudeste.	200.000	200.000	192.750	-	50.000
Projetos					
1047 11TK 0020 - Recuperação de poços públicos. Nordeste.	500.000	500.000	351.104	-	500.000
1047 11TK 0030 - Recuperação de poços públicos. Sudeste.					300.000
1047 7766 0020 - Implantação de poços públicos. Nordeste	1.950.000	1.950.000	1.694.737	866.525	600.000
1047 7766 0026 - Implantação de poços públicos-MG.	350.000	350.000	348.800	-	-
1047 7766 0030 - Implantação de poços públicos. Sudeste	505.000	505.000	401.904	401.403	165.000
1047 7766 0048 - Implantação de poços públicos-MG.	1.400.000	1.400.000	1.400.000	-	700.000
'1047.7766.0066 - Implantação de poços públicos-MG.	-	-	-	-	600.000
'1047.7766.0070 - Implantação de Poços Públicos-CE.	-	-	-	-	60.000
Subtotal	7.235.000	7.800.996	5.180.641	1.670.718	4.538.920
1343 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQUICULTURA					
Atividades					
1343 2819 0001 - Funcionamento de estações e centros de pesquisa em aquicultura. Nacional.	3.905.400	3.905.400	3.247.954	2.653.921	3.135.974
Projetos					
1343 5282 0001 - Desenvolvimento de tecnologias de processamento de pescado. Nacional.	195.000	195.000	108.428	64.490	200.550
1343 5406 0001 - Implantação de unidades demonstrativas para a produção de pescado e/ou camarão. Nacional.	492.372	492.372	250.393	92.338	465.430
1343 5464 0001 - Implantação de estações de piscicultura. Nacional.	2.179.628	1.961.666	1.559.622	249.466	400.000
Subtotal	6.772.400	6.554.438	5.166.396	3.060.215	4.201.954
TOTAL	487.840.847	506.077.730	419.709.263	342.563.644	446.667.167
Fonte. Coordenação de Planejamento e Orçamento.					conclusão

4.3 Diretoria Administrativa

O segmento Gestão dos Recursos Administrativos tem sob sua responsabilidade a administração dos recursos humanos, importante capital de qualquer corporação e principal propulsor na implementação e consolidação das mudanças propostas nas ações desenvolvidas pela instituição. O crescimento do talento pessoal do servidor e da sua capacidade de discernimento é fundamental para a abertura de diálogo e na procura de parcerias, na imensa tarefa de promover a gestão dos recursos hídricos e da própria Autarquia. Temos procurado através da realização de encontros e seminários temáticos e gerais, da democratização das informações na página da *internet*, informativos, jornais, etc, envolver os servidores, como agentes de avaliação das ações desenvolvidas, para ampliar a capacidade de promover uma rápida correção dos desvios de percursos e tornar-se uma instituição eficiente, ágil e transparente, tendo como meta, o anseio da sociedade, o seu principal foco de atuação.

Todo programa de modernização passa, necessariamente, por significativas mudanças dentro das corporações, e é sobre os gestores das empresas que pesam os maiores dilemas. Esse é um problema complexo, pois a maioria dos gestores ainda se guiam pelo modelo das empresas, em que as pessoas são vistas como mecanismos de engrenagens a serem controladas e reguladas por poucos iluminados que guardam os segredos da administração. Se a nossa proposta é para fazer mudanças realmente significativas na organização, a persistir essa falta de conexão entre os gestores e seus comandados, serão gerados sentimentos de mágoa, frustração e desencorajamento dos funcionários. O caminho que estamos perseguindo é o de fomentar a gestão participativa, o talento individual e capacidade natural e a paixão que motiva a pessoa e a inspira.

É preciso ter em mente que a Autarquia passou por um momento singular de sua existência, ao sair do trauma do imobilismo e da ameaça de extinção, para a retomada da sua auto-estima e tornar-se uma instituição respeitada pelos resultados alcançados em suas ações. Cumpre-nos registrar que, por força da defasagem salarial existente entre os nossos servidores e os de outros órgãos públicos, um significativo número de servidores qualificados que solicitaram redistribuição para outras instituições públicas, agravando, ainda mais as deficiências relativas ao nosso contingente de servidores mais especializados, principalmente os de nível superior.

O setor administrativo cuida também do planejamento e gestão estratégica, orçamento, finanças, logística, patrimônio, licitação, assessoramento jurídico, contratos e convênios, auditoria geral e procuradoria geral e serviços gerais, fundamentais nas ações desenvolvidas.

4.3.1 Coordenação de Recursos Humanos

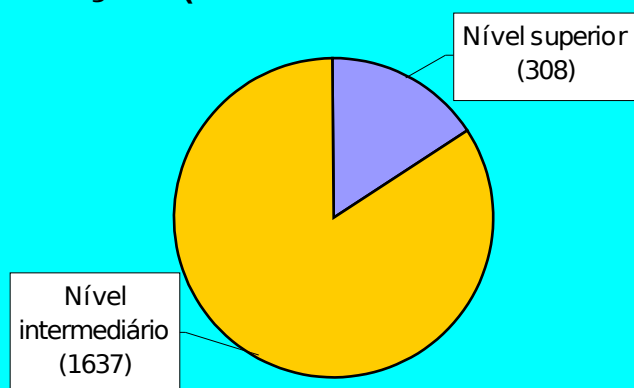
O número de servidores atrelados à folha de pagamento situa-se acima de 15.000. Desse total, 1.945 são servidores ativos, cerca de 7.000 beneficiários de pensão e 6.000 aposentados. Esses números tão elevados, são heranças de mudanças entre o final das décadas de 1960 e início da de 1970, quando da extinção do Ministério da Viação e Obras Públicas, ao qual o DNOCS pertencia. Houve um desmembramento com a sua extinção e criados o Ministério dos Transportes e do Interior. Os servidores que estavam aposentados ou pensionistas ficaram vinculados ao Ministério dos Transportes, enquanto os servidores em atividade do DNOCS, em torno de 8.400, ficaram vinculados ao Ministério do Interior. Nessa época saíram os decretos de reestruturação e remanejamento de pessoal, é tido como o marco zero para chegar à atual situação na questão de aposentados, pensionistas e ativos.

No DNOCS havia dois regimes de trabalho até dezembro de 1990, o celetista e o estatutário. Com a implantação do Regime Jurídico Único a situação se modificou, havendo um incentivo à aposentadoria, fato que gerou um número exagerado de aposentados e pensionistas e uma perda imediata de mais de 2.400 servidores, problema que vem-se avolumando com o tempo.

No período de dez anos, houve grande redução de servidores ativos, que passou de 2.767, em 1996 para apenas 1.945, ao final de 2005, uma redução de 29% na força de trabalho. O último concurso para admissão de servidores foi realizado em 1964, havendo a reposição da força de trabalho através de uma tabela emergencial e especial, entre final de 1980 e começo de 1981, que são cerca de 90% do pessoal em atividade atualmente.

Em 2005 foram aposentados 17 servidores e 321 concessões de pensão. Teoricamente, a cada falecimento de servidor deveria haver concessão de uma pensão, mas na prática, aparecem 2 a 3 beneficiários, razão porque faleceram 216 servidores e foram concedidas 321 pensões no ano passado, havendo incremento no total do quantitativo de aposentados e pensionistas. Foram efetuadas 81 revisões de processos de aposentadoria. Foram realizadas também perícia de 100 beneficiários de pensão.

Lotação de pessoal por nível de educação. (efetivo de funcionários)



Lotação de pessoal por setor. (efetivo de servidores)

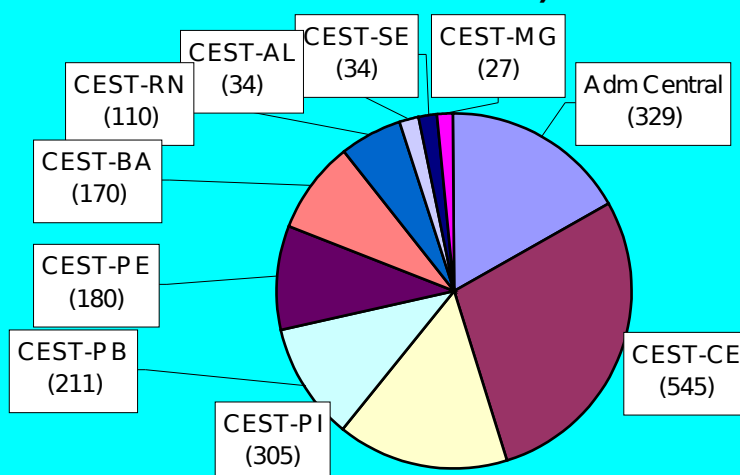


TABELA 33-LOTAÇÃO DO EFETIVO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR DO DNOCS. DISTRIBUIÇÃO POR SETOR DE LOTAÇÃO.

GRUPO E CATEGORIA FUNCIONAL	CÓDIGO	ADMINIST. CENTRAL CE	COORDENADORIAS ESTADUAIS								TOTAL DE OCUPADOS	
			PI	CE	PE	BA	RN	PB	AL	SE		MG
NÍVEL SUPERIOR												
Outras atividades de nível superior-009000												
Médico	009001	1	-	-	2	1	1	4	-	-	-	9
Enfermeiro	009004	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	2
Odontólogo	009009	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	2
Médico Veterinário	009010	2	-	2	1	-	-	1	-	-	-	6
Zootecnista	009011	1	2	2	5	1	2	-	1	1	-	15
Engenheiro Agrônomo	009012	26	8	27	11	6	9	7	2	1	1	98
Engenheiro	009016	20	5	3	15	5	6	13	-	1	3	71
Arquiteto	009017	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2
Geógrafo	009019	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Geólogo	009020	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-	3
Químico	009021	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Economista	009022	6	4	1	4	3	1	3	-	1	1	24
Administrador	009023	3	4	2	6	2	-	3	-	-	1	21
Contador	009024	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	3
Técnico em Assuntos Educacionais	009027	-	-	-	1	-	-	2	-	-	-	3
Assistente Social	009030	3	2	-	2	1	2	3	-	-	-	13
Técnico em Comunicação Social	009031	3	-	-	4	-	1	2	-	-	-	10
Bibliotecário	009032	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Auditor	009034	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Engenheiro de Pesca	009041	3	-	3	2	-	1	-	-	1	-	10
Técnico de Nível Superior	032075	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Químico	061077	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Engenheiro Civil	068013	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Engenheiro de Pesca	068016	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Processamento de dados-016000												
Analista de Sistemas	016001	2	-	-	-	-	-	-	1	-	-	3
Engenheiro Elétrico	034037	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Subtotal nível superior		84	25	44	53	20	24	43	4	5	6	308

FONTE: DNOCS. Coordenação de Recursos Humanos

TABELA 34-LOTAÇÃO DO EFETIVO DE PESSOAL DE NÍVEL INTERMEDIÁRIO DO DNOCS. DISTRIBUIÇÃO POR SETOR DE LOTAÇÃO.

GRUPO E CATEGORIA FUNCIONAL	UNIDADE ORGANIZACIONAL											TOTAL DE OCUPADOS
	CÓDIGO	ADMINIST. CENTRAL CE	COORDENADORIAS ESTADUAIS									
			PI	CE	PE	BA	RN	PB	AL	SE	MG	
NÍVEL INTERMEDIÁRIO												
Artesanato-007000												
Artífice de Estrutura de Obras e Metalurgia	007001	-	7	7	9	4	-	20	-	-	-	47
Artífice de Mecânica	007002	5	37	66	2	6	7	42	2	4	-	171
Artífice de Eletricidade e Comunicações	007003	2	-	6	-	-	-	4	-	-	-	12
Artífice de Carpintaria e Marcenaria	007004	-	1	1	2	-	-	7	-	-	-	11
Artífice de Artes Gráficas	007006	1	1	-	-	2	-	-	-	-	-	4
Serviços auxiliares - 008000												
Agente Administrativo	008001	60	21	45	29	20	9	13	2	2	1	202
Datilógrafo	008002	82	37	33	11	19	8	7	3	2	5	207
Outras atividades de nível médio-010000												
Técnico de Laboratório	010005	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Agente de Atividades Agropecuárias	010007	15	118	227	14	45	14	21	2	9	3	468
Agente de Defesa Florestal	010008	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Técnico em Colonização	010012	6	3	6	1	-	1	2	-	-	-	19
Agente de Serviços de Engenharia	010013	6	20	20	22	16	21	15	8	7	10	145
Desenhista	010014	2	2	2	8	6	4	5	2	-	-	31
Tecnologista	010018	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	3
Agente de Telecomunicações e Eletricidade	010027	3	-	6	-	1	1	1	-	-	-	12
Agente de Cinefotografia e Microfilmagem	010033	9	-	5	-	3	-	-	-	-	-	17
Técnico de Contabilidade	010042	1	4	2	3	1	1	3	2	1	-	18
Agente de Mecanização e Apoio	010043	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
Telefonista	010044	1	2	-	-	2	1	-	-	-	-	6
Agente de vigilância	010045	14	6	23	9	-	5	4	-	2	-	63
Auxiliar Oper.acional de Agropecuária	010057	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Laboratorista	010065	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Auxiliar Operacional de Serviços Diversos	010070	2	5	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Serviço de transp. Oficial e portaria - 012000												
Motorista Oficial	012001	6	10	22	13	7	9	16	7	2	1	93
Agente de Portaria	012002	19	3	30	3	10	5	8	2	-	1	81
Processamento de dados-01600												
Programador	016002	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Operador de Computação	016003	-	-	-	1	4	-	-	-	-	-	5
Perfurador-Digitador	016004	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Subtotal nível intermediário		245	280	501	127	150	86	168	30	29	21	1.637
TOTAL GERAL		329	305	545	180	170	110	211	34	34	27	1.945

FONTE: DNOCS. Coordenação de Recursos Humanos

Processos administrativos e disciplinares.

Foram abertas mais trinta sindicâncias e nove processos administrativos no exercício de 2005. Preocupado com o prazo, foi criado um grupo de trabalho para examinar todos os processos, pois na hora em que a denúncia é feita, tem que ser aberta a sindicância. Assim, foi feito um levantamento dos 25 processos pendentes, que deverão estar concluídos até o final do primeiro semestre de 2006. No final de 2004 foram capacitados oito servidores para trabalharem nos processos pendentes.

Ações judiciais.

Houve um grande transtorno no segundo semestre, por ocasião da perda da bolsa executória e tiveram essa gratificação tirada da folha de pagamento a partir de agosto, quando houve cerca de 3.221 servidores que constavam de processos judiciais por mandado de segurança. Desse total, 1.633 servidores retornaram a receber a gratificação, através de processos que chegaram depois, também através de mandado de segurança, e os que haviam transitado em julgado.

Afastamento de servidores.

Atualmente existem 53 servidores cedidos. Só no exercício de 2005 foram dez cessões, a maioria no TRE. Sobre os servidores que estão sendo transferidos deve-se solicitar um posicionamento do Diretor Geral. Deverá ser levado à consideração da Diretoria Colegiada para dar um parecer definitivo sobre o assunto.

Um fato que merece atenção é a redução do quadro de pessoal permanente nos centros de pesquisas e nas estações de piscicultura, havendo a necessidade de contratação de mão-de-obra para a manutenção e segurança. Este procedimento aumenta substancialmente a necessidade de verbas adicionais para cobrir as despesas fixas, que representam mais de 40% do orçamento do segmento.

Assistência à saúde.

No meio do ano foi renovado o contrato com a empresa Hap Vida que presta serviço de assistência médica a 8.343 pessoas assistidas pelo plano de saúde, incluindo ativos, aposentados, pensionistas e dependentes. Foram realizadas sete perícias pela junta médica oficial.

Folha de pagamento.

O valor da folha de pagamentos mensal dos 15.000 funcionários, é de R\$ 20 milhões, destinando-se R\$ 5 milhões para os ativos e o restante para aposentados e pensionistas. Em 2005, teve 2.989 concessões de diárias, com um custo total de R\$ 1,15 milhões.

Capacitação.

Para a organização e o controle do programa de treinamentos, foi criada uma comissão permanente de capacitação, composta de servidores de todas as diretorias, com a pretensão de trabalhar em conjunto e com maior participação. Essa comissão tem a função de analisar as demandas, as críticas e sugestões para elaborar um plano de capacitação e de

avaliação de resultados, alinhadas às necessidades do Órgão. Estão sendo programados seminários e palestras nas áreas de relações interpessoais.

Foi celebrado um convênio de parceria com o Sebrae, para a capacitação e aquisição de materiais didáticos de cursos para a formação de multiplicadores. Já foram indicados alguns servidores com perfil necessário para serem treinados, para posteriormente repassarem os conhecimentos aos demais colegas. Devido ao grande número de servidores, distribuídos em todo o Nordeste e Minas Gerais e, com a instalação da sala de capacitação, a intenção da equipe é priorizar os cursos internamente.

No ano de 2005, foram capacitados 280 servidores, que participaram de cursos, seminários e palestras nas diversas áreas de atuação. Existe uma grande preocupação em reter os talentos da casa, mas trata-se de um problema que depende do Plano de Cargos, Carreira e Salários-PCCS, ainda em fase de negociação. O DNOCS está com uma proposta de aprovação do PCCS em Brasília para entrar na pauta de discussão, ainda no período legal em junho de 2006.

Para ampliar o programa de capacitação, foi proposta a dotação de um percentual dos recursos da Gestão de Apoio ao Programa-GAP, ou de outra fonte, que recebeu apoio da Direção Geral, que irá estudar a melhor maneira de conseguir os recursos. O investimento anual em capacitação foi de R\$ 231 mil, sendo que R\$ 221 mil para o Nordeste e R\$ 10 mil para o Sudeste.

4.3.2 Coordenação de Recursos Financeiros

As ações na área de administração financeira se guia pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal-SIAFI gerencial, que é o sistema de informações a partir dos dados armazenados no SIAFI operacional. Os órgãos setoriais do Sistema de Administração Financeira, estabelecem, para suas unidades orçamentárias e gestoras, o cronograma e os limites mensais para pagamento, evidenciando em separado o cronograma dos Restos a Pagar. Os órgãos setoriais do sistema de administração financeira trabalham com a base de dados do dia anterior. Os dados das movimentações financeiras migram todas as noites para o SIAFI gerencial, podendo fazer as consultas *on line*, no dia seguinte. Cada órgão pode elaborar a sua própria consulta a partir de determinado contexto e na forma de apresentação desejada.

TABELA 35-EVOLUÇÃO DOS RECURSOS APLICADOS DNOCS DESDE 1909.

Ano	Valor corrente		Taxa de câmbio (...\$/US\$)	Valor em US\$ corrente (US\$)	Inflação USA (% anual)	Multiplicador de correção US\$ (2005=1)	Valor em US\$ corrigido (US\$ de 2005)
	Moeda	Valor					
1909	R\$	446.471,40	0,93	477.933,18	-3,60	22,69	10.842.581,65
1910		1.099.134,20	0,93	1.176.571,12	0,00	22,69	26.692.159,02
1911		2.341.527,80	0,93	2.506.794,30	3,70	21,88	54.841.012,15
1912		6.686.227,10	0,98	6.816.435,48	0,00	21,88	149.122.814,33
1913		6.935.312,00	0,98	7.070.366,95	3,60	21,12	149.303.146,97
1914		2.008.766,30	0,98	2.047.893,63	2,40	20,62	42.231.299,58
1915		9.127.035,70	1,07	8.495.667,18	1,30	20,36	172.947.821,58
1916		3.127.393,90	1,22	2.571.877,44	1,00	20,16	51.837.792,72
1917		4.537.797,90	1,31	3.468.098,52	7,60	18,73	64.964.393,26
1918		2.325.799,70	1,45	1.606.227,20	17,40	15,96	25.628.479,42
1919		6.134.629,40	1,49	4.104.243,82	17,40	13,59	55.780.309,49
1920		27.155.691,60	1,68	16.149.299,36	14,90	11,83	191.021.135,85
1921		137.270.114,80	1,73	79.427.213,80	15,40	10,25	814.125.311,83
1922		145.947.350,00	1,87	78.114.438,93	-10,70	11,48	896.606.303,92
1923		67.213.127,50	2,01	33.464.208,57	3,70	11,07	370.401.103,85
1924		11.668.762,40	2,38	4.898.344,25	1,80	10,87	53.259.028,41
1925		3.826.749,30	2,57	1.489.569,87	0,20	10,85	16.163.562,75
1926		4.347.636,40	2,66	1.632.945,55	2,50	10,59	17.287.175,96
1927		5.996.492,50	2,71	2.213.427,56	1,00	10,48	23.200.443,58
1928		8.468.577,30	2,66	3.180.769,15	-1,90	10,68	33.985.535,58
1929		11.635.031,30	2,66	4.370.057,22	-1,30	10,83	47.307.711,39
1930		9.544.018,60	2,38	4.006.426,35	0,00	10,83	43.371.253,95
1931		11.316.099,90	2,27	4.981.881,95	-2,50	11,10	55.313.817,41
1932		168.315.861,30	2,34	72.069.281,88	-8,80	12,17	877.395.809,31
1933		137.504.608,70	2,29	60.078.112,66	-10,30	13,57	815.397.168,52
1934		47.246.469,90	2,48	19.084.829,11	-5,10	14,30	272.944.898,30
1935		42.987.148,20	2,80	15.338.478,54	3,40	13,83	212.152.644,64
1936		42.156.074,20	3,04	13.884.854,28	2,50	13,49	187.362.912,06
1937		63.508.170,50	3,22	19.704.960,51	1,00	13,36	263.267.043,65
1938		47.668.481,60	3,36	14.174.046,21	3,60	12,90	182.791.087,48
1939		46.462.353,30	3,50	13.262.796,10	-1,90	13,15	174.352.130,19
1940		45.920.626,90	3,60	12.767.671,51	-1,40	13,33	170.226.414,05
1941		47.956.229,90	4,01	11.945.996,35	1,00	13,20	157.694.393,78
1942		90.346.831,90	4,48	20.148.211,20	5,00	12,57	253.303.430,65
1943	Cr\$	65.212.858,50	5,51	11.831.672,60	10,70	11,36	134.370.242,16
1944		61.111.701,10	6,40	9.549.907,68	6,10	10,70	102.221.146,02
1945		65.708.269,00	6,91	9.505.034,52	1,70	10,52	100.040.146,23
1946		66.458.185,50	8,41	7.904.437,88	2,30	10,29	81.323.484,07
1947		88.118.223,60	9,62	9.157.845,73	8,50	9,48	86.837.751,72
1948		124.071.682,00	10,14	12.240.733,25	14,40	8,29	101.460.420,28
1949		145.167.190,00	10,74	13.512.488,56	7,80	7,69	103.897.668,39
1950		178.266.411,90	11,35	15.705.727,54	-1,00	7,77	121.981.319,45
1951		421.287.919,70	12,56	33.529.099,06	1,00	7,69	257.831.382,77
1952		425.196.920,40	13,59	31.281.845,32	7,90	7,13	222.938.365,84
1953		379.090.123,10	14,99	25.283.231,33	2,20	6,97	176.308.857,69
1954		519.769.611,80	18,22	28.532.337,89	0,80	6,92	197.386.924,22
1955		668.206.708,60	21,49	31.099.120,37	0,50	6,88	214.073.576,49
1956		1.032.825.346,30	25,94	39.823.156,43	-0,40	6,91	275.227.167,63
1957		1.673.906.072,50	30,69	54.543.237,75	1,50	6,81	371.390.245,96
1958		5.024.987.812,80	38,22	131.462.329,87	3,60	6,57	864.034.628,43
1959		4.621.856.812,80	46,71	98.949.042,25	2,70	6,40	633.243.841,38
1960		3.127.559.434,00	60,34	51.831.844,48	0,80	6,35	329.075.470,99
1961		4.200.000.000,00	82,70	50.788.518,66	1,60	6,25	317.373.517,90
1962		4.700.000.000,00	125,41	37.477.955,03	1,00	6,19	231.878.056,54
1963		6.200.000.000,00	219,92	28.192.348,08	1,10	6,12	172.529.696,85
1964		7.595.618.736,00	418,94	18.130.751,50	1,20	6,05	109.639.716,37
1965		57.515.118.000,00	657,04	87.536.780,52	1,30	5,97	522.556.461,64
1966		76.390.006.000,00	906,03	84.312.718,82	1,70	5,87	494.896.968,75
1967	NCr\$	81.348.957,15	1,16	69.934.578,13	2,90	5,70	398.931.458,01
1968		95.353.006,00	1,44	65.996.128,31	2,90	5,54	365.855.348,38
1969		99.002.122,00	1,74	56.745.954,90	4,20	5,32	301.896.542,79
1970	Cr\$	131.077.027,20	2,09	62.713.883,88	5,40	5,05	316.552.915,48
1971		213.449.333,60	2,52	84.793.876,46	5,90	4,77	404.157.972,48
1972		245.582.241,20	2,94	83.514.732,81	4,30	4,57	381.650.159,05
1973		303.409.041,50	3,39	89.520.425,06	3,30	4,42	396.026.425,44
1974		401.567.319,10	4,36	92.060.712,40	6,20	4,17	383.488.058,33

continua

TABELA 35-EVOLUÇÃO DOS RECURSOS APLICADOS DNOCS DESDE 1909.

Ano	Valor corrente		Taxa de câmbio (...\$/US\$)	Valor em US\$ corrente (US\$)	Inflação USA (% anual)	Multiplicador de correção US\$ (2005=1)	Valor em US\$ corrigido (US\$ de 2005)
	Moeda	Valor					
1975		767.670.831,10	5,57	137.786.440,54	11,00	3,75	517.083.900,00
1976		1.357.165.001,00	7,87	172.423.537,55	9,10	3,44	593.097.830,15
1977		1.550.556.555,50	11,23	138.047.112,24	5,80	3,25	448.819.215,79
1978		2.084.950.417,20	15,58	133.829.669,85	6,50	3,05	408.551.599,54
1979		2.927.443.339,00	23,98	122.075.785,49	7,60	2,84	346.347.266,73
1980		8.934.841.182,35	71,41	125.128.049,22	11,50	2,54	318.391.924,28
1981		17.985.209.195,47	102,20	175.987.155,41	13,50	2,24	394.541.307,89
1982		32.364.200.000,00	203,37	159.139.239,35	10,30	2,03	323.454.556,78
1983		68.496.592.000,00	471,13	145.388.144,18	6,20	1,91	278.253.395,15
1984		225.280.113.280,00	1.385,81	162.562.625,69	3,20	1,85	301.475.821,46
1985		477.736.088.612,00	4.580,53	104.297.069,94	4,50	1,77	185.091.979,12
1986	Cz\$	1.834.138.067,00	10,54	174.038.887,06	3,60	1,71	298.127.496,69
1987		8.549.186.449,96	31,70	269.680.803,77	1,90	1,68	453.347.876,60
1988		51.216.303.196,35	196,23	261.001.392,22	3,60	1,62	423.510.927,48
1989	Cr\$	744.546.000,00	2,93	254.214.816,84	4,10	1,56	396.252.419,28
1990		18.043.431.599,75	77,01	234.301.657,36	4,80	1,49	348.485.847,17
1991		76.994.288.104,60	408,66	188.404.916,86	5,40	1,41	265.865.145,71
1992		958.192.920.000,00	4.551,15	210.538.730,01	4,20	1,35	285.123.788,85
1993	CR\$	12.718.791.330,00	99,62	127.674.352,58	3,00	1,31	167.867.991,48
1994	R\$	107.144.077,45	0,64	167.224.754,46	3,00	1,28	213.465.439,62
1995		297.511.404,89	0,92	324.794.819,30	2,60	1,24	404.099.895,13
1996		331.403.890,96	1,00	329.953.415,74	2,50	1,21	400.505.429,15
1997		504.414.077,00	1,08	467.976.925,60	3,00	1,18	551.496.796,75
1998		467.499.988,00	1,16	402.924.836,20	1,70	1,16	466.897.597,74
1999		417.385.258,00	1,81	229.968.384,02	1,60	1,14	262.284.138,04
2000		438.239.395,00	1,83	239.645.450,13	2,70	1,11	266.135.394,93
2001		490.421.867,00	2,35	208.564.484,97	2,40	1,08	226.190.234,35
2002		476.691.426,00	2,93	162.685.768,17	1,60	1,07	173.655.821,79
2003		356.650.222,79	3,07	116.145.244,74	1,60	1,05	122.024.633,17
2004		454.989.486,15	2,92	155.555.843,33	2,30	1,03	159.755.851,10
2005		517.027.677,00	2,43	212.768.591,36	2,70	1,00	212.768.591,36

Fonte: Coordenação de Recursos Financeiros

conclusão

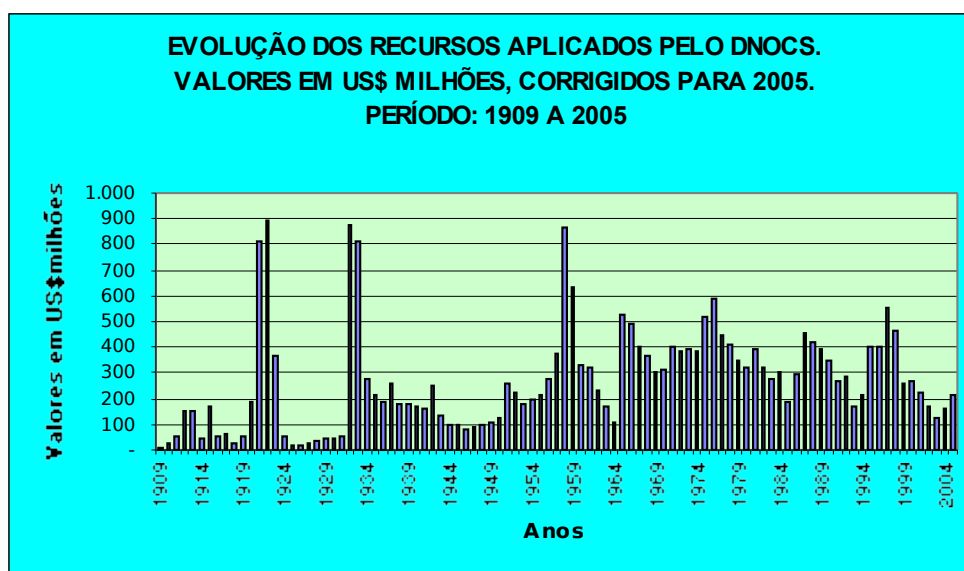


TABELA 36-BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DO DNOCS.

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	TÍTULOS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITA CORRENTES	1.871.860	2.717.781	-845.921	CRÉDITO ORÇ. SUPLEMENTAR	497.150.053	420.602.217	76.547.836
Receita tributária	-	1.800	-1.800	DESPESAS CORRENTES	368.930.990	329.933.955	38.997.035
Receita patrimonial	731.018	942.445	-211.427	Pessoal e encargos sociais	310.793.500	277.750.123	33.043.377
Receita agropecuária	135.958	112.343	23.615	Juros/encargos dívida externa	31.550	31.550	-
Receita industrial	-	1.852	-1.852	Outras despesas correntes	58.105.940	52.152.282	5.953.658
Receitas de serviços	396.763	262.928	133.835				
Transferências correntes	567.860	-	567.860	DESPESAS DE CAPITAL	128.219.063	90.668.262	37.550.801
Outras receitas correntes	40.261	1.393.513	-1.353.252	Investimentos	127.097.402	89.974.162	37.123.240
Receitas correntes classificados	-	2.900	-2.900	Inversões financeiras	427.561	-	427.561
				Amortização da dívida	694.100	694.100	-
RECEITAS DE CAPITAL	5.296.913	1.827.885	3.469.028	CRÉDITOS ESPECIAIS	8.927.677	904.789	8.022.888
Alienação de bens	3.648.212	919.182	2.729.030	DESPESAS DE CAPITAL	8.927.677	904.789	8.022.888
Transferência de capital	1.648.701	908.703	739.998	Investimentos	8.927.677	904.789	8.022.888
Subtotal (1)	7.168.773	4.545.666	2.623.107	Subtotal (1)	506.077.730	421.507.006	84.570.724
MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA				MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO			
REPASSE	583.133.470	395.304.678	187.828.792	CRÉDITO ORÇ. SUPLEMENTAR	68.075.616	81.997.766	-13.922.150
Autorizado	497.981.280	432.974.248	65.007.032	DESPESAS CORRENTES	-734.938	4.312.156	-5.047.094
Descentralizado	85.152.190	-37.669.570	122.821.759	Pessoal e encargos sociais	-4.776.761	-	-4.776.761
				Outras despesas correntes	4.041.823	4.312.156	-270.333
				DESPESAS DE CAPITAL	68.810.554	77.685.611	-8.875.056
				Investimentos	69.238.115	77.685.611	-8.447.495
				Inversões financeiras	-427.561	-	-427.561
				CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	17.076.573	13.522.905	3.553.669
				DESPESAS DE CAPITAL	17.076.573	13.522.905	3.553.669
				Investimentos	17.076.573	13.522.905	3.553.669
Subtotal (2)	583.133.470	395.304.678	187.828.792	Subtotal (2)	85.152.190	95.520.671	-10.368.481
TOTAL (1+2)	590.302.243	399.850.345	190.451.898	TOTAL (1+2)	591.229.920	517.027.677	74.202.242
<i>Déficit total</i>		117.177.333	-117.177.333	<i>Superávit total</i>			
TOTAL	590.302.243	517.027.677	73.274.565	TOTAL	591.229.920	517.027.677	74.202.242

FONTE: Coordenação de Recursos Financeiros

TABELA 37-BALANÇO FINANCEIRO DO DNOCS-2005-2004.

RECEITAS			DESPESAS		
TÍTULOS	2005	2004	TÍTULOS	2.005	2.004
RECEITAS CORRENTES	2.711.644	1.607.642	DESPESAS CORRENTES	334.246.111	328.530.350
Receita tributária	1799.98	-	Aplicação direta e transf. intergovernamental	334.246.111	328.530.350
Receita patrimonial	942.445	718.030	Pessoal e encargos sociais	277.750.123	284.767.411
Receita agropecuária	112.343	182.176	Juros e encargos da dívida externa	31.550	45.238
Receita industrial	1.852	695	Outras despesas correntes	56.464.438	43.717.702
Receitas de serviços	262.928	273.218	Transf. a Estados DF e Municípios	4.802.027	705.314
Receitas correntes a classificar	2.900	-	Transferência ao exterior	120.000	812.630
Outras receitas correntes	1.393.513	433.524	Outras despesas	51.542.411	42.199.757
Deduções da receita	-6.138	-			
RECEITAS DE CAPITAL	1.827.885	541.434	DESPESAS DE CAPITAL	182.781.566	126.459.136
Alienação de bens	919.182	541.434	Aplicação direta e transf. intergovernamental.	182.781.566	126.459.136
Transferência de capital	908.703	-	Investimentos	182.087.466	125.788.813
Outras transferências de capital	908.703	-	Amortização/refinanciamento da dívida	694.100	670.324
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	837.056.436	761.686.508	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	441.745.620	389.642.625
Transferências orçamentárias	833.621.477	761.403.908	Transferências orçamentárias	438.316.799	389.354.029
Repasso recebido	432.972.951	370.849.713	Repasso concedido	25.978.998	118.258
Sub-repasso recebido	399.800.488	386.739.583	Sub-repasso concedido	399.800.488	386.739.583
Sub-repasso recebido no exercício	399.800.488	386.739.583	Sub-repasso concedido no exercício	399.800.488	386.739.583
Valores diferidos - baixa	233.575	3.344.317	Valores diferidos - baixa	232.278	1.787.378
Valores diferidos - Inscrição	614.463	470.295	Valores diferidos - Inscrição	625.801	708.809
Transferências extra-orçamentárias	3.434.959	282.600	Repasses previdenciários concedidos - RPPS	11.679.234	-
Ordem de transferência recebida	2.822.508	243.070	Transferências extra-orçamentárias	3.428.822	288.597
Transferências recebidas	293.943	125.659	Ordem de transferência concedida	2.822.508	249.066
Recebimento de transf. concedidas	2.528.565	117.411	Transferências concedidas	293.943	125.659
Transferências diversas recebidas	612.451	39.530	Devolução de transferências recebidas	2.528.565	123.407
			Transferências diversas concedidas	606.314	39.530
INGRES. EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	1.073.288.009	686.598.697	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	956.122.452	604.502.169
Valores em circulação	247.242.039	164.582.396	Valores em circulação	392.490.631	247.419.155
Recursos especiais a receber	247.170.422	163.557.247	Recursos especiais a receber	391.463.317	247.170.422
Recursos da União	67.135	1.020.666	Valores em trânsito realizáveis	2.164.50	-
Recursos vinculados	4.483	4.483	Recursos da União	1.020.666	244.251
Valores pendentes a curto prazo	1.096.096	2.496.187	Recursos vinculados	4.483	4.483
Valores diferidos	1.096.096	2.496.187	Valores pendentes a curto prazo	1.323.272	4.010.437
Depósitos	1.554.000	2.450.791	Valores diferidos	1.323.272	4.010.437
Consignações	1.492.885	2.434.377	Depósitos	2.450.791	1.544.983
Depósitos de diversas origens	61.115	16.414	Consignações	2.434.377	1.524.737
Obrigações em circulação	394.695.791	240.752.697	Depósitos de diversas origens	16.414	20.246
Fornecedores	3.331.025	3.187.067	Obrigações em circulação	240.038.323	153.519.026
Do exercício	236.494	1.099.063	Fornecedores	3.187.067	18.052.940
De exercícios anteriores	2.880.712	1.874.184	De exercícios anteriores	2.973.247	13.970.026
Convênios a pagar	180.000	180.000	Convênios a pagar	180.000	4.049.094
Pecatórios de OCK a pagar	33.819	33.819	Pecatórias de OCK a pagar	33.819	33.819
Pessoal e encargos a pagar	28.742.744	29.067.425	Pessoal e encargos a pagar	29.067.425	28.779.919
Restos a Pagar	180.868.093	88.720.256	RP não proces inscrição	88.005.882	33.869.861
Não processados a liquidar	171.614.012	88.005.882	Valores em trânsito	622.123	158.133
Cancelado	9.254.081	714.374	Obrigações tributárias	841	12.941
Valores em trânsito	483.874	622.123	Recursos a liberar para pgto de RP	119.126.967	72.507.072
Obrigações tributárias	706	841	Outras obrigações	28.019	138.160
Recursos a liberar para o pag. de RP	180.981.024	119.126.967			
Outras obrigações	288.324	28.019			
Receita extra-orçamentária	32.247	315.882	Ajustes de direitos e obrigações	319.819.435	198.008.567
Restituição de receitas federais	32.247	315.882	Baixa de direitos	138.294.874	78.705.956
Ajustes de direitos e obrigações	428.667.835	276.000.743	Créditos diversos a receber	138.294.874	78.705.956
Incorporação de direitos	362.326.599	238.045.992	Incorporação de obrigações	181.250.344	119.210.610
Créditos diversos a receber	361.850.564	238.045.992	Exercícios anteriores	30.503	83.643
Outras incorporações de direito	476.034	-	Recursos diversos a liberar	180.981.024	119.126.967
Desincorporação de obrigações	66.341.237	37.954.751	Outras incorporações de obrigações	238.817	-
Exercício anteriores	757.646	199.740	Ajuste de obrigações	274.218	92.002
Recursos diversos a liberar	65.583.590	37.755.011	Variação cambial	274.218	-
Ajuste de créditos	-	-	Ajustes financeiros a débito	-	92.002
Ajustes financeiros de créditos	-	-			
DISPON. DO PERÍODO ANTERIOR	2.357.870	1.057.870	DISPON. P/O PERÍODO SEGUINTE	2.346.094	2.357.870
Conta única do Tesouro Nacional	11.776	11.776	Conta única do Tesouro Nacional	-	11.776
Aplicações financeiras	2.050.000	750.000	Aplicações financeiras	2.050.000	2.050.000
Outras disponibilidades	296.094	296.094	Outras disponibilidades	296.094	296.094
TOTAL	1.917.241.844	1.451.492.150	TOTAL	1.917.241.844	1.451.492.150

FONTE: Coordenação de Recursos Financeiros

TABELA 38-BALANÇO PATRIMONIAL DO DNOCS-2005-2004.

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2.005	2.004	TÍTULOS	2.005	2.004
ATIVO FINANCEIRO	393.811.576	249.528.291	PASSIVO FINANCEIRO	387.078.665	243.752.777
DISPONÍVEL	2.346.094	2.357.870	DEPÓSITOS	1.621.135	3.471.457
Disponível em moeda nacional	2.346.094	2.357.870	Consignações	1.492.885	2.434.377
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	391.465.482	247.170.422	Recursos do Tesouro Nacional	67.135	1.020.666
Créditos a receber	-	3.903.316	Depósitos de diversas origens	61.115	16.414
Lim. sSaque c/ vincul. pagamento	29.612.753	5.221.113	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	385.441.709	240.038.323
Rec. a receber pelo pagto de RP	361.850.564	238.045.992	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	32.087.427	32.282.197
Valores em trânsito realizáveis	2.165	-	Fornecedores - do exercício	236.494	1.099.063
			Fornecedores do exerc. anterior	2.880.712	1.874.184
			Convênios a pagar	180.000	180.000
			Precatórios de OCK a pagar	33.819	33.819
			Pessoal a pagar do exercício	160.545	506.941
			Pessoal a pagar de exerc. anteriores	8.244	-
			Precatórios	28.560.484	28.560.484
			Encargos sociais a recolher	13.472	-
ATIVO NÃO FINANCEIRO	1.783.647.576	1.647.944.932	Obrigações tributárias	706	841
REALIZÁVEL CURTO PRAZO	23.234.237	23.942.619	Débitos diversos a pagar	12.952	26.864
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	21.919.967	21.366.706	RESTOS A P. NÃO PROCESSADOS.	171.614.012	88.005.882
Diversos responsáveis	21.919.847	21.366.334	A Liquidar	171.614.012	88.005.882
Adiantamentos concedidos	120	371			
BENS E V. EM CIRCULAÇÃO	1.314.269	2.575.913	CREDORES DIVERSOS	274.218	-
Estoques	1.314.269	2.575.913	VALORES EM TRÂNS. EXIGIVEIS	483.874	622.123
VALORES PEN. CURT. PRAZO	156.733.798	73.034.311	RECURSOS LIBERADOS PGTO RP	180.981.024	119.126.967
Despesas antecipadas	991	991	OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.155	1.155
Valores diferidos	614.463	470.295	VALORES PEND. A CURTO PRAZO	11.338	238.514
Bens/direitos a inc por insc RP	156.118.344	72.563.025	Repasse recebido diferido	11.338	238.514
REALIZÁVEL LONGO PRAZO	3.222	2.972	PASSIVO FINAN. A LONGO PRAZO	4.483	4.483
DEP. REAL.LONGO PRAZO	3.222	2.972	Depósitos exigíveis a longo prazo	4.483	4.483
Depósitos compulsórios	3.222	2.972			
			PASSIVO NÃO FINANCEIRO	39.804.534	38.065.495
			OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	713.164	702.400
			PROVISÕES	700.000	700.000
			OPERAÇÕES DE CRÉDITO	7.828	-
			Externas	7.828	-
			OUTROS DÉBITOS	5.336	2.400
			VALORES PEND. A CURTO PRAZO	614.463	470.295
			Valores diferidos	614.463	470.295
			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	38.476.907	36.892.800
			OBRIG. EXIG. A LONGO PRAZO	38.476.907	36.892.800
			Operações crédito externas	1.584.107	-
			Obrigações a pagar	36.892.800	36.892.800
			PASSIVO REAL	426.883.199	281.818.272
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.750.575.952	1.615.654.951
			PATRIMÔNIO/CAPITAL	1	1
			LUCROS OU PREJ. ACUMULADOS	1.750.575.952	1.615.654.951
			PASSIVO COMPENSADO	758.474.452	652.960.593
			COMPENSAÇÕES DIV. PASSIVO	758.474.452	652.960.593
			Val., tit. e bens sob responsabilidade	34.562.401	49.697.885
			Direitos e obrigações conveniadas	645.828.811	552.923.469
			Direitos e obrigações contratadas	75.643.699	50.339.239
			Compensações diversas	2.439.539	-
TOTAL	2.935.933.603	2.550.433.816	TOTAL	2.935.933.603	2.550.433.816

FONTE: Coordenação de Recursos Financeiros

**TABELA 39-BALANÇO DA VARIAÇÃO PATRIMONIAL DO DNOCS. EXERCÍCIOS DE 2005
E 2004**

VARIAÇÕES ATIVAS			VARIAÇÕES PASSIVAS		
TÍTULOS	2.005	2.004	TÍTULOS	2.005	2.004
ORÇAMENTÁRIAS	1.001.156.784	878.003.926	ORÇAMENTÁRIAS	955.344.476	844.674.152
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	4.539.529	2.149.076	DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	517.027.677	454.989.486
RECEITAS CORRENTES	2.711.644	1.607.642	DESPEAS CORRENTES	334.246.111	328.530.350
Receita tributária	1.800	-	Pessoal e encargos sociais	277.750.123	284.767.411
Receita patrimonial	942.445	718.030	Juros e encargos dívida externa	31.550	45.238
Receita agropecuária	112.343	182.176	Outras despesas correntes	56.464.438	43.717.702
Receita industrial	1.852	695			
Receita de serviços	262.928	273.218			
Receita correntes a classificar	2.900	-			
Outras receitas correntes	1.393.513	433.524			
Outras deduções	-6.138	-			
RECEITAS DE CAPITAL	1.827.885	541.434	DESPEAS DE CAPITAL	182.781.566	126.459.136
Alienação de bens	919.182	541.434	Investimento	182.087.466	125.788.813
Alienação de bens	908.703	-	Amortiz.refin.da dívida externa	694.100	670.324
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	833.621.477	761.403.908	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	438.316.799	389.354.029
Transferências financ. recebidas	833.621.477	761.403.908	TR. FINANC. CONCEDIDAS	438.316.799	389.354.029
Repasse recebido	432.972.951	370.849.713	Repasse concedido	25.978.998	118.258
Sub-repasse recebido	399.800.488	386.739.583	Sub-repasse concedido	399.800.488	386.739.583
Valores diferidos-baixa	233.575	3.344.317	Valores diferidos-baixa	232.278	1.787.378
Valores diferidos-inscrição	614.463	470.295	Valores diferidos-inscrição	625.801	708.809
			Repasses previd. concedidos	11.679.234	-
MUTAÇÕES ATIVAS	162.995.779	114.450.942	MUTAÇÕES PASSIVAS	-	330.637
Incorporações de ativos	162.484.280	113.780.618	DESINCORPOR. DE ATIVOS	-	330.637
Aquisições de bens	25.828.994	44.933.082	Alienação de bens	-	330.637
Incorporação de créditos	-	120			
Gastos e despesas diferidas	-	991			
Bens/dir. a incorp pela insc. RP	136.655.286	68.846.426			
Desincorporação de passivos	511.498	670.324			
RES. EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	477.409.170	285.510.381	RES. EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	388.300.477	231.079.239
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	3.588.496	649.978	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	3.550.111	340.092
Transf. bens e val. recebidos	121.290	51.496	Transf. bens e val. concedidos	121.290	51.496
Transf. financeiras recebidas	2.854.755	558.952	Transf. financeiras concedidas	2.822.508	249.066
Movimento de fundo a débito	612.451	39.530	Movimento de fundo de crédito	606.314	39.530
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	473.820.674	284.860.403	DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	384.750.366	230.739.147
Incorporações de ativos	395.577.164	246.164.469	DESINCORPOR. DE ATIVOS	198.165.370	109.640.318
Incorporação de bens imóveis	27.014.158	1.859.464	Baixa de bens imóveis	243.798	1.052.149
Incorporação de bens móveis	5.195.223	1.697.826	Baixa de bens móveis	4.720.050	4.093.130
Incorpor. de bens intangíveis	82.659	-	Baixa de títulos e valores	103.063	-
Incorpor. de títulos e valores	136.364	-	Baixa de direitos	138.563.773	78.786.150
Incorporação de direitos	363.148.759	242.607.179	Bens/dir. inc. inscritos	54.534.685	25.708.889
AJUST BENS, VAL. E CRÉDITOS	250	26.809	AJUST BENS, VAL. CRÉDITOS	-	1.009.513
Reavaliações de bens	-	26.612	Desvalorização de bens	-	1.009.513
Ajustes de créditos	250	196			
DESINCORP. DE PASSIVOS	76.166.871	38.669.125	INCORPOR. DE PASSIVOS	181.824.833	119.213.009
AJUSTES DE OBRIGAÇÕES	2.056.981	-	AJUSTES DE OBRIGAÇÕES	4.434.632	670.324
AJUST. EXERC. ANTERIORES	19.407	6.913	AJUST. EXERC ANTERIORES	325.531	205.983
Ajustes não financeiros	19.407	6.913	Ajustes financeiros	-	92.002
			Ajustes não financeiros	325.531	113.981
RESULTADO PATRIMONIAL	-	-	-RESULTADO PATRIMONIAL	134.921.001	87.767.829
Déficit do exercício	-	-	Superavit do exercício	134.921.001	87.767.829
TOTAL GERAL	1.478.565.954	1.163.514.307	TOTAL GERAL	1.478.565.954	1.163.521.220

FONTE: Coordenação de Recursos Financeiros

4.3.3 Coordenação de Recursos Logísticos

As atividades da Coordenação de Recursos Logísticos-CRL são das mais variadas, essenciais na agilização do funcionamento de todas as unidades da Administração Central e muitas vezes, das Coordenadorias Estaduais. A missão mais espinhosa é a conservação do prédio da Administração Central, que está em situação avançada de deterioração e ainda proporcionar um ambiente propício aos funcionários.

Como não se dispõem de recursos financeiros para as despesas mais elevadas e no tempo desejado, recorre-se às improvisações. Para se comprar algum material ou a contratação de serviços, é necessário enfrentar uma longa e demorada tramitação de processos de solicitações nos meandros da burocracia. A consequência é a demora e a crítica ao setor, pelas dificuldades no atendimento às reivindicações mais urgentes. Para as pequenas despesas são aplicados recursos para suprimento de fundos, mesmo assim, contando com o apoio irrestrito da Diretoria Administrativa, tornando possível a efetivação de muitas providências tomadas.

Existem duas equipes na CRL, a de movimentação e patrimônio e a de serviços gerais, que entre outras atribuições, realizam pesquisas de informações sobre fornecedores de materiais e serviços, levantamento dos preços para a elaboração dos termos de referência, dispensas de licitação para compras de material, recebimentos, preparação das faturas para pagamento e acompanhamento dos cumprimentos dos contratos, encaminhadas para a Diretoria Administrativa.

Devido a grande diversidade de atividades, há um estudo para que os acompanhamentos sejam efetuados por setores específicos. A exemplo da Radiobrás e da Imprensa Oficial que poderiam ser acompanhados pelo Setor de Comunicação. O Setor de Almoxarifado seria responsável pelo recebimento e distribuição de material, confecção e colocação da plaqueta de identificação de Bem Móvel-BM na incorporação dos bens patrimoniais adquiridos, criação de códigos para novos setores de materiais permanentes, baixa de bens para alienação, inventário anual dos bens patrimoniais e controle de bens por concessão de uso.

Para se ter uma idéia da dimensão do trabalho da equipe de serviços gerais, o Setor de Protocolo, registrou a entrada e encaminhou 7.800 documentos ou processos; a portaria do prédio registrou 4.339 visitantes; 302 atendimentos de eletricitas; 202 serviços de substituição de divisórias; 60 chamadas atendidas pelo bombeiro hidráulico; 80 visitas da empresa de assistência técnica aos elevadores; 28 atendimentos da assistência técnica no sistema de ar condicionado; 382 atendimentos nas máquinas xerox; atendimentos de problemas de telefonia e solicitação de veículos para viagens e deslocamentos de servidores, aquisição de passagens aéreas entre outras atividades.

Houve mudanças para melhor, pela implantação do cartão de abastecimento para solucionar o problema dos combustíveis conduzidos nos veículos, foi renovada a frota de veículos e concluído todo o processo de licitação para a modernização dos elevadores, cuja ordem de serviço já foi expedida.

A revogação da portaria que regulamentava a concessão de uso de bens imóveis, pela procuradoria, vem criando dificuldades na cobrança de aluguel, a exemplo do servidor que tenha um contrato de aluguel não pode ser descontado no contracheque, o particular que está no prédio pertencente à Instituição diz que não paga porque não tem contrato de concessão de uso. Muitos imóveis estão entregues sem contrato, a terceiros. A Coordenação tem um processo em tramitação na Procuradoria Jurídica, para o estudo das normas dos contratos de concessão de uso dos imóveis, porque é um problema que está se agravando a cada dia, pois o patrimônio do DNOCS em imóveis são mais de 11.000 edificações identificados.

O DNOCS dispõem, em seu patrimônio, terrenos e edificações que abrigam a Administração Central, nove Coordenadorias Estaduais, Unidades de Campo, escritórios, laboratórios, galpões para oficinas, máquinas e equipamentos e residências de administradores, 326 barragens, 37 perímetros irrigados, 2 centros de pesquisas ictiológica e carcinícolica, 6 estações de piscicultura, 7.165 residências de irrigantes assentados nos perímetros, inclusive edificações construídas ilegalmente nas áreas de preservação ambiental dos açudes públicos, antigos canteiros de obras que se transformaram em vilas e cidades e demais terrenos públicos administrados pela Autarquia.

Dentre outras ações no eixo Gestão do Patrimônio, foram coletadas informações sobre todas as edificações erguidas por particulares, de forma irregular, nas áreas de segurança e de preservação ambiental, localizadas no entorno das barragens e dos espelhos d'água, resultado do trabalho de levantamento do patrimônio improdutivo. Enquanto se examinam alternativas para corrigir o erro ou o crime ambiental, são procedidos o tombamento e registro, como propriedade do DNOCS, todos os bens construídos em terras públicas.

Só para que se tenha uma idéia da dimensão do problema, apenas no entorno do Açude Epitácio Pessoa (Boqueirão de Cabaceiras-PB), foram identificadas 310 edificações irregulares. A atual estimativa é que existam cerca de dez mil ocupações imobiliárias irregulares nos entornos dos açudes, a maioria absoluta localizada em área de preservação e que se constitui em grave problema ambiental, cujos dejetos afetam a qualidade da água armazenada. O quadro constatado apresenta forte conotação política quando se verifica as condições de grande parte dos ocupantes.

A comissão criada para proceder o levantamento e a análise da situação das receitas próprias do Departamento, propôs um conjunto de medidas, envolvendo a questão dos imóveis não operacionais a serem alienados, contratos de concessão de uso de áreas de exploração agrícola, aluguéis de prédios administrativos, tarifação do consumo de água bruta para cobrir as despesas de operação etc. Tais medidas serão implementadas no próximo ano, principalmente aquelas que dizem respeito à alienação dos imóveis não operacionais e as decorrentes do processo de regularização fundiária em curso com a titulação dos lotes irrigados.

É importante o registro do trabalho que vem sendo realizado em articulação com a Câmara de Valores Imobiliários e a Caixa Econômica Federal, para que sejam transferidos através de alienação, cerca de 7.000 imóveis residenciais de natureza não operacional. Trata-se de casas isoladas ou integrantes de conjuntos habitacionais edificadas nos canteiros de obras, destinados a abrigar os trabalhadores e suas famílias. Boa parte dos imóveis estão alugados aos funcionários ativos, inativos, pensionistas ou terceiros. Alguns sem condições de recuperação, estão abandonados.

Objetivando melhor aproveitamento das áreas agricultáveis de um total de 116 mil hectares de terras desapropriadas e não utilizadas, nos perímetros de irrigação e nas margens dos reservatórios, vêm-se realizando articulações com o Ministério da Integração Nacional e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, com a interveniência do DNOCS e do INCRA desde

2003, havendo no momento, convênios de transferência de cerca de 46.000 ha para o programa de reforma agrária.

Dentre as áreas transferidas, assume grande importância a entrega ao INCRA, 10.600 ha com toda a infra-estrutura do Perímetro de Irrigação da Baixada Ocidental Maranhense, originário do extinto DNOS e anteriormente transferido ao DNOCS, cujos estudos técnicos demonstraram a sua inviabilidade como área irrigada. A situação dessa área revela, de forma emblemática, os problemas de natureza patrimonial enfrentado.

A infra-estrutura do referido perímetro é constituída de cerca de 30 edificações de naturezas diversas, canais e reservatórios, além de 70 Km de estradas de serviço e 11,4 Km de rede elétrica. Foram retirados equipamentos passíveis de aproveitamento para serem utilizados em outros perímetros irrigados no Piauí, que se utilizaram de três carretas para o transporte. Mais 48,3 toneladas de outros materiais foram encaminhados ao complexo Castanhão para serem aproveitados nos assentamentos instalados, restando mais de 40 lotes de materiais inteiramente sucateados, destinados para leilão em 2006.

Outra importante questão relacionada à necessidade de se dar um melhor tratamento ao patrimônio, diz respeito à situação em que se encontram os perímetros irrigados, cujas atividades foram iniciadas em 1970 (Morada Nova-CE e Sumé-PB), havendo completado 35 anos em operação, com grave deterioração de infra-estrutura e que está sendo recuperado para fim de emancipação.

As ações desenvolvidas para a recuperação da infra-estrutura dos antigos perímetros e a implementação da autogestão nos perímetros irrigados recém concluídos, foram as previstas no Programa Transferência de Gestão, sob a coordenação do Ministério da Integração Nacional com a utilização de recursos, do orçamento, complementado com os advindos do Projeto Piloto de Investimentos-PPI.

Outra ação no sentido de dar melhor utilidade social ao patrimônio público sob sua responsabilidade, o DNOCS, em articulação com o Ministério da Integração Nacional, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, através do INCRA, e o Ministério do Trabalho, através da Delegacia Regional do Trabalho, foi realizada a licitação para a recuperação dos galpões da antiga oficina localizada no bairro do Pici, em Fortaleza-CE, para que fosse instalado o Centro de Referência em Economia Solidária. As obras foram concluídas, onde funcionará o Mercado do Produtor, que será uma central de comercialização dos produtos dos perímetros irrigados e dos assentamentos da reforma agrária, destinado ao suprimento das feiras populares de Fortaleza. O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Ceará-SEBRAE-CE e a Secretaria da Ação Social-SAS deverão alocar recursos financeiros e participar do projeto, na assistência técnica.

A atual administração vem fazendo articulações para o carreamento de recursos financeiros necessários, para a recuperação e reforma do edifício sede da Administração Central, que apresenta problemas no seu funcionamento e na segurança dos servidores. A grande preocupação é a falta de manutenção adequada desde a sua construção em 1973, motivo do avançado estágio de deterioração, causado pelo envelhecimento da estrutura física, sistema elétrico precário e em situação de colapso, dificuldades para instalação de novos sistemas de comunicação, sanitários entupidos, presença generalizada de cupins e goteiras e salas apertadas entre outros problemas.

O projeto arquitetônico e os projetos executivos elaborados prevêm a realização de serviços de recomposição e vedações internas do piso, das esquadrias da fachada norte e da

fachada sul, estrutura, pilares, vigas, instalações hidro-sanitárias, elétricas e de comunicação, escada de incêndio, sistema de proteção contra incêndio, sistema de ar-condicionado, sistema de proteção eletrostática etc.

Para o maior conforto e bem estar dos servidores, está projetado um novo *lay out*, com a aquisição de móveis funcionais para o uso de computadores em rede, reagrupar as áreas afins espalhadas em vários andares e, enfim, promover melhorias nas condições de comunicação e de trabalho em um ambiente aberto, agradável e seguro.

O cronograma de recuperação e reforma do prédio ficou prejudicado pela não liberação, em tempo hábil, dos projetos de instalação geral, elétrico, hidro-sanitário e sistema de ar-condicionado, para o início da execução dos serviços, que deverão ocorrer, ainda em 2006. No que concerne às obras civis e instalações gerais, todo o projeto de reforma está concluído. Está tramitando com vistas aos procedimentos licitatórios.

Licitação

Existem diversas modalidades de licitações em voga, destacando-se entre elas, o pregão, que pela sua agilidade é a mais utilizada pelo poder executivo. As modalidades alternativas à licitação são a concorrência, a tomada de preço e o convite. Pelas normas internacionais de procedimento da licitação, o pregão, é o mais ágil, e os recursos são restritos a uma só fase. No pregão, abre-se primeiramente a proposta de preço, verifica se está em conformidade com as exigências, parte para fazer o julgamento e apenas da empresa vencedora é que vai-se examinar a documentação. A licitação comum demora mais porque primeiramente abre a documentação e examina, num prazo de 5 dias úteis, se está dentro das exigências e em seguida abre as propostas, cabendo recursos nas duas fases. Numa licitação de concorrência normal, tendo dez empresas, teria dez documentos e mais dez propostas para examinar.

Existem ainda, as modalidades de pregões presencial e eletrônico. O pregão presencial consiste na apresentação de uma proposta de preço e outra de habilitação, em local e hora predeterminada. Os representantes são qualificados, é aberta a sessão, examina a documentação para verificar se as exigências são atendidas e, em seguida, passam a dar lances. A grande vantagem é que, na licitação normal o preço é fixo e não é possível flexibilizá-lo. No presencial e no eletrônico se tem um preço de referência e na de menor preço é acrescido 10% e todas as empresas que estão nessa faixa, estão aptas a dar lance baixando o preço, até que só resta uma que deu o menor lance.

Foram realizadas 24 pregões presenciais em 2005, sendo empenhados 21 e revogados 3. O valor total de pregões presenciais foi de R\$ 7,02 milhões em termos referenciais, cuja compra foi de R\$ 4,80 milhões, e o resultando em economia de R\$ 2,21 milhões representa um percentual de 31,56%. O pregão eletrônico totalizou 55, foram empenhados 41, não empenhados 4, anulados 2 e revogados 7, cujo preço de referência foi de R\$ 8,36 milhões, de compras R\$ 6,51 milhões, economizando R\$ 1,84 milhões. As demais modalidades foram 7 convites; 3 concorrências e 4 tomadas de preços.

É necessário ter bom senso para estabelecer o pregão presencial e o eletrônico, como no caso do combustível, em que há preferência pelo presencial, porque no eletrônico, se uma empresa de um lugar distante for a vencedora, haverá dificuldade para entregar o produto, por causa do diferencial de impostos nos estados. O pregão é indicado para serviços e objetos de natureza homogênea.

TABELA 40-RESUMO DAS LICITAÇÕES.

LICITAÇÃO	QUANTIDADE							VALOR (R\$)				
	Concluído					Não concluído		Total	Referência	Compra	Economizado	(%)
	Empenhado	Não empenhado	Para homologação	Anulado	Revogado	Para adjudicar	recurso/Apreciação de					
Pregão presencial	21				3			24	7.025.437	4.808.409	2.217.028	31,56
Pregão eletrônico	41	4		2	7	1		55	8.368.768	6.518.797	1.849.971	22,11
Convite	5				2			7	332.750	297.893	34.857	10,48
Concorrência	1		1				1	3	4.876.336	4.826.274	50.062	1,03
Tomada de preço	3				1			4	2.364.484	1.123.905	1.240.578	52,47
Total	71	4	1	2	13	1	1	93	22.967.775	17.575.279	5.392.497	23,48

Fonte: Coordenação de Recursos Logísticos.

Os recursos são referentes a licitações que não foram empenhadas, homologadas, anuladas, revogadas e não concluídas, não constam nos valores por não terem sido utilizados.

Em obras e serviços de engenharia as outras modalidades de licitação são preferidas, porque o pregão não alcança os diversos objetos envolvidos na construção e na transformação. É objetivo da Divisão de Licitação continuar aprimorando as instruções para que elas possam chegar aos diversos setores e possam ser manuseadas por pessoas não especialistas, através de uma ampla divulgação dessas modalidades de pregão, em apostilas e seminários. O setor sugere que as unidades solicitantes das licitações especifiquem mais o objeto a ser adquirido para que possa ser feita a aquisição no padrão mais aproximado possível do desejado. A inelegibilidade, não é uma modalidade de licitação, mas para mostrar mais transparência, foi prometida à Direção Geral que nas próximas apresentações, serão colocados dados referentes a essa modalidade.

4.4 Procuradoria Geral

4.4.1 Coordenação de Contencioso e Desapropriação

Pela Coordenação de Contencioso e Desapropriação-CCD passam os processos judiciais, que têm levado, de certa forma, algum desconforto aos que se julgam prejudicados com ações que foram, eventualmente, desfavoráveis aos servidores, têm sido cumpridas. Esse trabalho é institucional e também um dever funcional. O acompanhamento é feito mediante uma distribuição equitativa. Feito por um sistema novo criado, chamado Sistema de Controle de Ações da União-SICAU, onde são controladas ações contra a União e as Autarquias e cada Procurador recebe ações, ou pelo dígito final ou pela vara que está atuando e daí por diante, ele vai desenvolvendo o processo até o final da decisão judicial.

4.4.2 Coordenação de Análise Jurídica

Trata do consultivo que é matéria dos processos administrativos, que envolve pareceres, análises de procedimentos que chegam ao órgão. Há uma questão que passa pela Procuradoria que tem uma certa dificuldade no Regimento Interno do DNOCS. É a questão das Procuradorias Regionais, mas, no caso do DNOCS essas Procuradorias não estão diretamente vinculadas à Procuradoria Geral. Existe um hiato entre essas Procuradorias. Se tem um item a ser remodelado no Regimento Interno é o caso que trata das Procuradorias Regionais. Por esse fato, propõe-se a examinar a questão de vinculação das Procuradorias Regionais e Procuradoria Geral para que se defina um quadro de atuação mais segura, sob pena de se continuar no mesmo ostracismo.

Com relação a desapropriação ela é feita em caráter amigável ou judicialmente. Quando é em caráter judicial vem, ou à CCD ou à CEST-CE. Existem 5 decretos desapropriatórios: açudes Piaus-PI, Berizal-MG, Figueiredo-CE, Taquara e Vacaria-MG. Desses, apenas os dois últimos ainda não foram publicados. Essas desapropriações deverão ter seu andamento normal: primeiro, a fase amigável, com um acordo em que a Procuradoria ingressará com uma ação de pedido de emissão de posse, depósito prévio e demais atos subsequentes.

Sindicâncias.

Talvez devesse ser incluído na sindicância, os processos administrativos disciplinares. Essa matéria está atravancada no DNOCS, por causa de um número elevado de sindicâncias a serem instauradas e passa o problema dentro da questão de pessoal, não temos servidores suficientes para atender os procedimentos de sindicância, especialmente quando exige a presença de Procurador Federal.

Atendimento aos órgãos de controle.

São, de regra, a Auditoria Interna, Tribunal de Contas da União-TCU, Controladoria Geral da União-CGU, Coordenação Geral Jurídica-CJU e Secretaria do Comercio Exterior-SECEX. São atendidas as solicitações desses órgãos com exibições de processos, que vêm em maior monta do que se possa atender. A CJU, em seus pareceres, tem sido objeto de certas críticas por excesso. Lamentavelmente, alguns setores da instituição têm instruídos os processos de forma precária. No geral, a Procuradoria tem uma meta de criar um setor de sindicância e de processo administrativo. Para isso foi solicitada a instalação de duas salas e servidores, além de estagiários para dar apoio.

Assentamentos nos perímetros públicos.

Nos assentamentos dos perímetros públicos de irrigação são adotados dois procedimentos, sendo o primeiro, a convocação dos pequenos produtores atingidos pela desapropriação para reassentamento em lotes de 8 ha, com os equipamentos de irrigação parcelar implantados, 5 anos de carência e mais 20 anos para pagar. O segundo é para os demais lotes entregues, somente com um ponto de água, e outro de energia elétrica, os quais são transferidos através de licitação, divididos em categorias de pequenos produtores qualificados, profissionais da área de ciências agrícolas e empresas, com 3 anos de carência e mais 9 anos para pagar. O pequeno produtor candidato à licitação, passa por um processo de pré-qualificação, envolvendo critérios como a experiência em agricultura e em gerenciamento entre outros conhecimentos sobre agronegócios e deve apresentar uma proposta com as condições de pagamento, para julgamento e seleção.

Após três anos de implantação do perímetro do Baixo Acaraú, foi realizado um levantamento da situação dos mais de 6.000 ha alienados, havendo constatado que apenas cerca de 1.000 ha estavam em operação. Vale lembrar que os editais foram lançados com um preço base para a terra nua, em torno de R\$ 500,00/ha, em alguns casos, alcançaram valores próximos a R\$ 2.500,00/ha. No início havia alguns problemas de projetos convincentes e garantias para obter financiamentos bancários, o que vem sendo sanado através de aval solidária, ações, recomendações e apoio do Ministério da Integração Nacional, para incentivar os produtores a assumirem suas áreas.

Como resultado, foram liberados alguns financiamentos bancários e enviados avisos e cartas de recomendações para os agricultores que ainda não estavam em condições ideais de ocupação. Paralelamente, houve uma gestão do Ministério e do próprio DNOCS, junto ao Banco do Nordeste, para a liberação de financiamentos, havendo, ao final do ano, operação com equipamentos *on farm*, em torno de 1.000 ha e atividades de desmatamento e preparo da terra em mais 4.000 ha. Com relação ao financiamento aos usuários do projeto Tabuleiros de Russas, foram feitas gestões junto ao Banco do Nordeste, havendo inclusive a emissão de título de concessão de uso para os que ainda não tinham o título de posse, posteriormente suspenso por recomendação da comissão fundiária. Passou-se, então, a ser fornecida a escritura pública de compra e venda.

No perímetro de Araras-Norte foram licitados os setores empresariais 1 e 3, em torno de 600 hectares. No momento, está sendo realizado levantamento do perímetro de Araras-Norte, que se encontra em situação precária de funcionamento por causa da inadimplência e corte de fornecimento de energia elétrica pela Coelce, havendo cerca de 600 ha na espera pela religação. Nas áreas onde estão assentados pequenos produtores, técnicos em ciências agrícolas, os problemas estão sanados e os financiamentos normalizados.

Foi feita uma licitação para fornecimento e serviço para a implantação de 600 ha do setor 3 do projeto Tabuleiros de São Bernardo-MA, a qual foi vetada pela Procuradoria. A solução foi a necessidade de firmar um convênio com o Distrito de Irrigação para conseguir salvar a licitação.

Regularização fundiária

O setor jurídico concentrou esforços na titulação de lotes dos perímetros irrigados desde o início da atual administração, cujo problema constituía em um dos maiores óbices ao pleno desenvolvimento e autonomia dos irrigantes. De um universo de 7.165 produtores assentados nos perímetros, 1.379 irrigantes receberam suas escrituras, representando 19,34% de usuários que possuem os seus títulos de posse da terra. Esse percentual teria sido mais expressivo, se os 838 processos entregues nos cartórios para escrituração, tivessem sido concluídos. Esses números revelam o empenho da atual administração no que se refere à ação de Regularização Fundiária dos Perímetros Irrigados.

Na atividade de regularização fundiária existem 800 processos em andamento nos cartórios. Está tudo entregue nas mãos dos irrigantes para que sejam feitas as escrituras, havendo apenas 49 títulos entregues do total de mais de 6.000, o que é um número insignificante pela idade dos projetos de irrigação. Alguns irrigantes não se interessam ou não dispõem de dinheiro, agravado pela lentidão nos cartórios em fazer as escrituras. A maior dificuldade de titulação dos lotes verificou-se em São Gonçalo-PB, onde os irrigantes não querem receber os títulos dos lotes, com receio dos bancos tomarem as terras, já que a maioria deve ao banco. Outros não querem porque, em suas concepções, com o título na mão, vão se endividar e perder as terras para os bancos. O problema é grave já que foi constatado que a maioria dos irrigantes desse perímetro, acostumados com o paternalismo e os subsídios recebidos periodicamente do Governo Federal, raciocina dessa maneira e luta para permanecer no lote.

Contratos

A equipe de monitoramento de convênios acompanhou a celebração de 5 contratos de obras e serviços de engenharia, autorização de 24 ordens de serviço, assinatura de 13 ordens de paralização e acompanhamento físico e financeiro de 33 contratos vigentes, dos quais seis foram concluídos em 2005. A principal atividade é o de acompanhamento da execução física e financeira das obras, com emissão de relatórios periódicos de desempenho das ações orçamentárias e o registro periódico das informações gerenciais no SIGPLAN, em apoio ao setor de planejamento e controle financeiro. Em virtude da quantidade, e da complexidade das informações gerenciais das obras, o setor está procurando desenvolver um programa *on-line* de acompanhamento, para facilitar o acesso às diversas áreas gerenciais do DNOCS.

A Equipe de Acompanhamento participa também da coordenação dos projetos produtivos do complexo do Castanhão, apoio às Equipes de Campo do projeto de inclusão social na área de influência do Projeto de Integração do rio São Francisco, projeto da barragem e estrada do Itapebussu e fiscalização da implantação da variante da BR 116 e da estrada de acesso ao perímetro irrigado Curupati. Elabora relatório periódico da execução dos programas e metas orçamentárias do Projeto de Integração do rio São Francisco. Houve preenchimento de questionários nas comunidades que possuíam acima de 20 domicílios e um anteprojeto para ser apresentado ao Ministério.

Pelo cronograma previsto, há um prazo apertado para a entrega do projeto de inclusão social dos atingidos pelos futuros canais que interligam as bacias, havendo a necessidade de conclusão da pesquisa sócio-econômica para 10 de fevereiro, elaboração da pesquisa para 17 de fevereiro, elaboração do projeto executivo para a apresentação em uma reunião de 23 de fevereiro e o projeto final deverá ser entregue até 30 de março de 2006.

Convênios.

O número de processos de convênio cadastrados em 2005 foi de 436, tendo sido analisados 261 pela Coordenação de Estudos e Pesquisas-CEP, formalizados apenas 132, no valor de R\$ 46,9 milhões.

Dois são os fatores que mais contribuem para o baixo nível de aprovação de convênios que se vincula às antigas práticas de clientelismo. O primeiro devido ao pequeno número de servidores da equipe de acompanhamento de convênios torna-se impossível controlar um grande volume de trabalho. Em face da gravidade do problema, houve um debate envolvendo toda a diretoria do DNOCS, sobre a melhor forma de atender os processos de convênios, já que as prefeituras só enviam a documentação exigida e os elementos necessários à análise da solicitação,

quando têm certeza que o convênio será realizado. O outro diz respeito ao cronograma de liberação de recursos pelo Governo Federal que é concentrado no final do exercício, gerando uma grande correria para atender a todos os processos.

TABELA 41-CONVÊNIO FIRMADOS PARA EXECUÇÃO DOS PROJETOS.

CONVÊNIO	NÚMERO DE CONVÊNIO	VALOR (R\$)
Convênio com os municípios do Ceará	106	21.317.141
Recuperação e/ou ampliação de barragens	10	1.559.967
Construção de barragens	25	3.315.902
Construção de passagens molhadas	44	5.503.607
Perfuração e instalação de poços	7	706.654
Implantação de sistema de abastecimento d' água	7	2.285.000
Drenagem, pavimentação e urbanização	11	7.651.548
Eletrificação rural	1	200.000
Recuperação de dessalinizadores	1	94.464
Recuperação de barragens do DNOCS no Ceará	7	2.152.751
Recuperação de barragens do DNOCS na Bahia	3	546.976
Recuperação de barragens do DNOCS em Sergipe	9	396.970
Recuperação de barragens do DNOCS na Paraíba	1	248.000
Governo do estado do Piauí	1	5.900.000
COMDEPI	1	129.348
Governo do Estado de Pernambuco	1	5.000.000
Governo do Estado do Paraíba	1	6.403.000
Prefeitura Municipal de Dirceu Arcoverde - PI	1	1.683.000
Prefeitura Municipal de Picos-PI	1	3.145.771
TOTAL	132	46.922.957

Fonte: Procuradoria Geral.

TABELA 42-CONVÊNIOS E PARCERIAS. CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS RECEBIDOS E CONCEDIDOS.

N/O	IDENTIFICAÇÃO	ORIGEM OU DESTINO	OBJETIVO	CRÉDITOS (R\$)			Concedidos
				Recebidos			
				Total (r\$)	Despesa realizada	Total (%)	
1	10.512.0122.3861.0001- Implantação, ampliação ou melhoria de sistema público de abastecimento de água para a prevenção e controle de agravos em municípios de até 30.000 habitantes/nacional	255000/36211	Aditamento ao convênio nº PGE-158/2003, celebrado entre o DNOCS e o Governo do estado do Piauí, para prosseguimento da construção da adutora do sudoeste piauiense	2.000.000,00	2.000.000,00	100,00	-
2	10.512.0122.3861.0022- Implantação, ampliação ou melhoria de sistema público de abastecimento de água para a prevenção e controle de agravos em municípios de até 30.000 habitantes/no estado do Piauí	255000/36211	Aditamento ao convênio nº PGE-158/2003, celebrado entre o DNOCS e o Governo do estado do Piauí, para prosseguimento da construção da adutora do sudoeste piauiense	3.000.000,00	3.000.000,00	100,00	-
3	20.122.0379.2272.0001-Gestão e Administração do Programa/Nacional	530001/0001	Objetivando o acompanhamento e monitoramento do programa de recuperação de perímetros de irrigação com o objetivo de maximizá-los.	615.923,90	-	-	-
4	18.544.0515.1851.0074-Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica/no estado de Minas Gerais	530001/0001	Objetivando a construção de pequenas adutoras no vale do Jequitinhonha e região norte do estado de Minas Gerais.	2.000.000,00	-	-	-
5	18.544.0515.11NO.0022-Construção da adutora do sudoeste do Piauí, no estado do Piauí	195007/11201	Para continuar obras e serviços para implantação da adutora do sudoeste, no estado do Piauí	5.100.001,00	5.000.000,00	100,00	-
6	18.544.0515.11PO.0020- Construção dos sistemas de poços de águas subterrâneas/ na região Nordeste	530001/0001	Perfuração e instalação de poços públicos em municípios dos estados do Ceará, Piauí, Bahia, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Pernambuco	1.000.000,00	343.271,66	34,32	-
7	18.544.0515.2C10.0001- Manutenção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica/nacional	530001/0001	Visando a recuperação do açude Poço Branco no estado do Rio Grande do Norte, o desassoreamento do Rio Ceará-Mirim e recuperação das comportas de Maré.	9.048.195,37	390.827,68	4,31	-
8	18.544.0515.2C10.0001- Manutenção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica/nacional	530001/0001	Visando a execução de obras e serviços de recuperação de barragens, em diversos estados do nordeste e norte de Minas Gerais.	8.254.520,00	12.636,90	0,15	-
9	18.544.0515.1851.0048-Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica em municípios do estado do Ceará	530001/0001	Visando atender municípios do estado do Ceará	1.360.000,00	-	-	-

continua

TABELA 42-CONVÊNIOS E PARCERIAS. CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS RECEBIDOS E CONCEDIDOS.

N/O	IDENTIFICAÇÃO	ORIGEM OU DESTINO	OBJETIVO	CRÉDITOS (R\$)			Concedidos
				Recebidos			
				Total (r\$)	Despesa realizada	Total (%)	
10	03.122.0580.2272.0001-Gestão e administração do programa/nacional	110060/0001	Rateio de despesas da área ocupada pela PF/Bahia, correspondente aos meses de jan a ago/05	57.129,22	47.542,29	83,21	-
11	18.544.0757.8621.0001-Estudos para projetos de obras de infra-estrutura hídrica/nacional	530001/0001	Objetivando a elaboração do projeto básico para a construção do açude IPU, localizado no município de Itapajé, no estado do Ceará	150.000,00	-	-	-
12	18.544.0757.8621.0001-Estudos para projetos de obras de infra-estrutura hídrica/nacional	530001/0001	Objetivando a elaboração do projeto básico de irrigação de Mendubim, localizado no município de Açú, no estado do Rio Grande do Norte.	300.000,00	-	-	-
13	18.544.0757.8621.0001-Estudos para projetos de obras de infra-estrutura hídrica/nacional	530001/0001	Objetivando a elaboração do projeto básico de irrigação de Mendubim, localizado no município de Açú, no estado do Rio Grande do Norte.	500.000,00	-	-	-
14	06.122.1029.4557.0001- Recuperação de danos causados por desastre/nacional	530001/0001	Atender as obras do Açude Várzea Grande, no município de Alto Santo, no estado do Ceará.	352.244,00	352.244,00	100,00	-
15	18.122.1036.2272.0001- Gestão e Administração do Programa/Nacional	530001/0001	Desapropriação de terras em decorrência da implantação do Projeto de Integração do rio São Francisco	1.538.728,00	1.136.037,85	73,82	-
16	18.122.1036.2272.0001- Gestão e administração do programa/nacional	530001/0001	Objetivando o abastecimento de água às comunidades situadas ao longo dos eixos norte e leste no âmbito do Projeto de Integração do rio São Francisco	585.900,00	8.164,90	1,39	-
17	18.631.1036.12EO.0020- Reassentamento da População Residente em áreas Afetadas pela Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (eixos Norte e Leste)/ Na Região Nordeste.	530001/0001	Desapropriação de terras em decorrência da Implantação do Projeto de Integração do rio São Francisco.	11.661.272,00	890.800,22	0,77	-
18	18.631.1036.12EO.0020- Reassentamento da população residente em áreas afetadas pela Integração do Rio São Francisco com as bacias do Nordeste Setentrional (eixos Norte e Leste)/ na região Nordeste.	530001/0001	Objetivando a execução dos serviços de desapropriação de terras em decorrência da Implantação do Projeto de Integração do Rio São Francisco.	26.607.458,00	-	-	-

continua

TABELA 42-CONVÊNIOS E PARCERIAS. CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS RECEBIDOS E CONCEDIDOS.

N/O	IDENTIFICAÇÃO	ORIGEM OU DESTINO	OBJETIVO	CRÉDITOS (R\$)			Concedidos
				Recebidos			
				Total (r\$)	Despesa realizada	Total (%)	
19	18.544.1036.12EP.0020 - Integração do rio São Francisco com as bacias do Nordeste Setentrional (Eixos Norte e Leste)/ na região Nordeste	530001/0001	Visando a implementação de rede de energia de alta tensão, interligando a subestação da CELPA de Gravatá a Cumaru/riacho dos Bois, no estado de Pernambuco.	5.000.000,00	-	-	-
20	20.607.1038.11UA.0001- Transferência da gestão dos perímetros públicos irrigados/nacional	530001/0001	Reabilitar a infra-estrutura de irrigação de uso comum, nos perímetros de irrigação do DNOCS.	19.892.000,00	2.377.802,02	11,95	-
21	20.602.1343.6108.0001- Fomento a unidades produtoras de formas jovens áquaticas/nacional	110008/0001	Implantação de uma unidade demonstrativa de produção de alevinos de pirarucu.	804.651,49	777.141,70	96,58	-
22	18.544.0515.11NP.0031-Obras Complementares do açude de Sétubal na bacia do vale do Jequitinhonha no estado de Minas Gerais	530001/0001	Obras a serem executadas em convênio com o Governo do estado de Minas Gerais sob a supervisão do Ministério da Integração Nacional, conforme ofício nº 082/GAMI, de 18/abr/05, objeto do Proc. nº 59400.001805/ 2005-23.	-	-	-	8.449.000,00
23	18.544.0515.3601.0023-Construção do complexo Castanhão no estado do Ceará	153103/15234	Para fazer face ao convênio nº 35/2005, entre UFRN/DNOCS, visando dar continuidade as ações de monitoramento sísmológico na área do reservatório da barragem Padre Cícero no complexo Castanhão.	-	-	-	10.000,00
24	04.122.0750.2000.0001- Administração da unidade/nacional	133087/37201	Rateio com despesas do condomínio da representação do DNOCS em Brasília.	-	-	-	15.575,43
25	28.748.0901.0005.0001-Cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios) devidas pela união, autarquias e fundações públicas/nacional	090032/0001 090031/0001 080021/0001 080006/0001 080004/0001	Pagamentos de precatórios	-	-	-	5.264.283,00
26	20.1287.1047.8687.0020-Capacitação para a produção alternativa de alimentos para o semi-árido/na região Nordeste	135048/13203	Programa de capacitação de produção alternativa de alimentos.	-	-	-	717.031,74

Fonte: Procuradoria Geral.

conclusão

4.5 Auditoria Interna

A Auditoria Interna passou recentemente a integrar o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, tendo em vista o decreto assinado em 2000. A Auditoria Interna tem como atribuição, zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos, examinar a conformidade das normas vigentes, examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de conta anual do DNOCS, elaborar plano de atividade de auditoria interna, acompanhar a implementação das recomendações dos órgãos de controle interno e externo. Todas as exigências dos órgãos de controle interno e externo foram atendidas pela Auditoria.

Diligências

As diligências da Controladoria Geral da União-CGU são para apurar as denúncias relativas a lesões contra o patrimônio público, Ministério Público etc., encontra-se, entretanto, nesta Administração Central de 8 a 10 processos objetos de reiteradas solicitações, notadamente pela CGU. O problema deverá ser objeto de discussão junto à Diretoria Colegiada.

Apesar de ter apenas 7 servidores, foram realizadas 19 auditorias ordinárias e uma especial, produziu 117 pareceres prévios em processos referentes a faturas para posterior pagamento. Foram emitidos 526 despachos de prestação de contas de convênios, dos quais 142 foram sugeridas sua aprovação pelo ordenador de despesas. Providenciados 131 despachos de pareceres de diversos processos. Emitidos 52 ofícios endereçados aos órgãos de controle interno e externo e elaborados 322 memorandos, tratando de matéria de interesse do DNOCS.

Coordenação de Planejamento e Orçamento-CPO

Airton Jorge de Sá

Ana Maria de Fátima Afonso Braga (a partir de 19-03-2003)

Coordenação de Gestão Estratégica-CGE

José Eduardo Varissimo Gadelha

Coordenação de Recursos Financeiros-CRF

Antônio Ponce de Leão Filho

Airton Jorge de Sá (a partir de 19-05-2003)

Coordenação de Recursos Logísticos-CRL

Eduardo Henrique Corrêa de Paula

Coordenação de Recursos Humanos-CRH

Heraldo José Teixeira

Adriana Gurgel de Sousa (a partir de 24-06-2003)

Coordenação de Estudos e Projetos-CEP

Joaquim Manoel de Arruda

Maria Zita Tombó Araújo (a partir de 15-05-2003)

Diretoria de Infra-Estrutura Hídrica-DI

Deodato Machado Pinheiro

Célio Augusto Tavares e Sales (de 01-06 a 29-07-2003)

César Augusto Pinheiro (a partir de 30-07-2003)

Coordenação de Obras-COB

José Felipe Américo Cordeiro

Amilcar de Oliveira Magalhães (01-01 a 30-07-2003)

Célio Augusto Tavares e Sales (a partir de 01-08-2003)

Coordenação de Pesca e Aqüicultura-CPA

Renata Teles Polary Borrigueiro

Coordenadoria Estadual no Piauí-CEST-PI

Rubens Felipe Demis

José Carvalho Rufino (a partir de 27-06-2003)

Coordenadoria Estadual no Ceará-CEST-CE

Antônio José Porto Mota

Antônio Edilson Silva (de 07-07 a 11-09-2003)

Francisco Edilson Ponte Aragão (a partir de 01-10-2003)

Coordenadoria Estadual em Pernambuco-CEST-PE

Charles Eduardo de Andrade Jurubeba

Valdemar Alberto Borges Rodrigues Filho (a partir de 03-07-2003)

Coordenadoria Estadual na Bahia-CEST-BA

Márcio Gordilho Duarte Guimarães

Maria de Fátima Nunes do Carmo (a partir de 09-09-2003)

Coordenadoria Estadual no Rio Grande do Norte-CEST-RN

Flávio Eduardo Maranhão Madureira

Coordenadoria Estadual na Paraíba-CEST-PB

Inácio Irenaldo Xavier Pimentel

Francisco Jacome Sarmento (de 30-06 a 02-10-2003)

Gilmar Ferreira da Silva (a partir de 07-10-2003)

Coordenadoria Estadual em Alagoas-CEST-AL

Francisco de Assis Silva

José Rogério Casado dos Santos (a partir de 27-06-2003)

Coordenadoria Estadual em Sergipe-CEST-SE

Antônio César Tavares Santana

José Marcionílio da Rocha (a partir de 06-09-2003)

Coordenadoria Estadual em Minas Gerais-CEST-MG

Renato Rebello de Freitas

Paulo José Carlos Guedes (a partir de 01-09-2003)

Escritório de Representação em Brasília

Gerarda de Maria Vale Sales